



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0168/08	DATA: 12/03/2008
INÍCIO: 17h00min	TÉRMINO: 22h22min	DURAÇÃO: 05h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h21min	PÁGINAS: 123	QUARTOS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ORLANDO JOSÉ ROCHECE – Representante da Pastoral da Arquidiocese de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.
FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIACÃO – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Mato Grosso do Sul.
LINDA MARIA SILVA COSTA – Defensora Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.
EDNA REGINA BATISTA NUNES DA CUNHA – Defensora Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul.
KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO – Vice-Presidenta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul.
WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.
RAFAEL GARCIA RIBEIRO – Representante de entidade pública do Estado.
ARCELINO VIEIRA DAMASCENO – Delegado Federal. Diretor de presídio.
PEDRO LUIZ TERUEL – Deputado Estadual por Mato Grosso do Sul.
LUCIANA MOREIRA SCHENK – Promotora de Justiça.
CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES – Representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais de Mato Grosso do Sul.
VÍTOR LUÍS DE OLIVEIRA GUIBO – Juiz Titular da 2ª Vara de Execuções Penais.
FRANCISCO GERARDO DE SOUZA – Juiz Titular da 1ª Vara de Execuções Penais.
ANTÔNIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS – Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre a situação do sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.
Há falha na gravação.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Senhores e senhoras, boa-tarde.

É com satisfação que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em nome do seu Presidente, o Deputado Jerson Domingos, recebe a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, que está fazendo um trabalho em todo o Brasil — já visitou, se não me engano, 13 Estados — e está programada para amanhã visitar Mato Grosso.

Por solicitação dos membros da CPI, esta Casa abriu suas portas para este importante debate sobre o sistema carcerário.

Quero, neste momento, agradecer à presença de todos, do Secretário de Justiça e Segurança Pública, Wantuir Jacini, das autoridades e dos profissionais ligados ao sistema carcerário, das autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, enfim, das demais pessoas presentes.

Agora, vou passar a presidência dos trabalhos para o Presidente da CPI, o Deputado Neucimar Fraga.

Estão ainda presentes Relator, o Deputado Domingos Dutra, e o Deputado Valtenir Pereira, que aqui representam os 23 Deputados que compõem a Comissão Parlamentar.

Com a palavra, para presidir esta sessão, o Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaramos abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

Esta CPI foi criada no dia 22 de agosto de 2007. Nós estamos intercalando os nossos trabalhos com visitas aos Estados, às unidades prisionais neles existentes, e audiências públicas, realizadas no âmbito da Comissão, em Brasília, com representantes de Estado, autoridades judiciais e outras pessoas que acompanham o sistema prisional do Brasil. Especialistas e estudiosos do problema têm sido convidados para debater alterações do sistema prisional, para que possamos apresentar, ao final, no nosso relatório, as propostas desta Comissão ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e ao Congresso Nacional sobre um sistema prisional que funcione e cumpra bem suas funções.

O Estado de Mato Grosso do Sul é o décimo quarto Estado que nós estamos visitando. Já visitamos mais de 50 unidades prisionais no Brasil nos Estados da



Regiões Sudeste, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul. Hoje, estamos aqui no Estado de Mato Grosso do Sul; amanhã, estaremos no Estado de Mato Grosso, se Deus assim o permitir, e vamos também visitar as unidades prisionais e conhecer os problemas dessas unidades.

Nós queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul o apoio que tem dado à Comissão; queremos também agradecer, em nome da Comissão, o Governo do Estado e a Secretaria de Justiça pelo apoio dado à Comissão nas visitas realizadas durante esta manhã. Nenhuma dificuldade foi criada por onde nós estivemos. Tivemos acesso a todos os espaços que a CPI achou necessário conhecer. Conversamos com os presos sem nenhuma interferência.

Então, nós queremos agradecer ao Governo de Estado, à Secretaria de Justiça, em especial ao Secretário e aos diretores de departamentos que nos acompanharam, o apoio dado à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queremos registrar a presença do Relator, o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, e do Deputado Valtenir Pereira, do PSB de Mato Grosso.

Estamos acompanhados de assessores da CPI, alguns cedidos pela Polícia Federal e pelo Governo do Distrito Federal, e outros da própria Câmara Federal.

Queremos também registrar a presença do Deputado Coronel Ivan, que está conosco na Mesa.

Nós queremos agradecer às autoridades que estão presentes, aos representantes das entidades que atuam no sistema prisional e à imprensa local.

Nós queremos convidar, neste momento, o Secretário de Justiça de Mato Grosso do Sul, o Sr. Wantuir Jacini, para tomar assento à mesa; queremos convidar também a Dra. Luciana Moreira, Promotora de Justiça da 2ª Vara de Execução Penal; queremos convidar a Dra. Edna Regina Batista, Defensora Pública-Geral do Estado; e queremos também convidar a Dra. Kátia Maria de Souza Cardoso, Vice-Presidente da OAB de Mato Grosso do Sul.

Gostaríamos ainda convidar o Dr. Vítor Guibo, Juiz da 2ª Vara de Execução Penal, e o Dr. Francisco Gerardo de Souza, Juiz da Vara de Execuções;

Queremos registrar a presença do Dr. Arcelino Damasceno, Diretor do Unidade Prisional Regional Feminina Ana Maria. Está presente o representante da



Pastoral Carcerária? Depois, vamos dar a palavra a alguém fale em nome da Pastoral Carcerária.

Está conosco o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado, Sr. Fernando Ferreira de Anunciação, que vai também fazer uso da palavra nesta audiência; o Dr. Francisco Faiad, Presidente da OAB de Mato Grosso; o representante da Pastoral aqui, Dr. Eduardo Macau; Sr. Acir Rodrigues, Diretor da Penitenciária de Segurança Máxima.

Antes de passar a palavra aos convidados, quero dizer que a CPI do Sistema Carcerário foi criada na Câmara Federal após requerimento feito pelo Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. Nós estamos fazendo esse trabalho em todo o Brasil. Viemos a Mato Grosso do Sul e vamos a Mato Grosso amanhã realizar também o mesmo tipo de trabalho, a mesma modalidade: visitas a unidades prisionais e também audiências públicas, para debater os problemas encontrados durante a vistoria.

O sistema carcerário brasileiro, após o diagnóstico que nós estamos tendo oportunidade de fazer, nós podemos concluir que é um sistema falido, é um sistema caótico, é um sistema que, com raríssimas exceções em alguns Estados, funciona. E nós sabemos que nem mesmo as exceções em alguns Estados conseguem ser padrão em todo o Estado. Nós sabemos que é um sistema que vem sofrendo falta de investimento nos últimos anos no Brasil. Durante muito tempo está sendo feito um discurso muito fácil, de que não adianta construir novos presídios no Brasil, que devemos construir escolas. E muitos governantes que não construíram nem escolas, nem presídios. Hoje, nós temos um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário e temos também um déficit no setor educacional.

Nós temos hoje, no Brasil, 420 mil presos, ou seja, 0,3% da população brasileira está presa. Parece muito, mas nós temos alguns países, como os Estados Unidos, que têm 1% da população presa. Os Estados Unidos têm cerca de 2,5 milhões de presos para uma população de 250 milhões de habitantes.

O sistema prisional brasileiro é um dos sistemas mais violentos no mundo. Somente no ano passado quase mil presos morreram dentro do sistema prisional do nosso País. Para um País que não aplica a pena de morte como pena máxima, é um número muito alto de mortes dentro do nosso sistema prisional.



O objetivo da nossa CPI, além de diagnosticar e investigar o sistema carcerário no País, investigar atuação de facções criminosas dentro dos presídios, investigar denúncias de torturas e maus tratos dentro dos presídios brasileiros, de superfaturamento de obras e de corrupção dentro do sistema, nós também temos objetivo de defender um sistema que funcione. A CPI não foi criada para defender nem preso, nem Governo nenhum. Nós fomos criados para defender um sistema prisional que cumpra com as suas funções, que atinja os seus objetivos. E hoje nós sabemos que o sistema prisional brasileiro, com raríssimas exceções, não tem cumprido com as suas funções.

Nas visitas que fazemos, nós sabemos que não podemos acreditar em tudo que ouvimos, mas não podemos descartar nada do que nos é informado. Todas as informações serão objeto de investigação por parte da nossa Comissão.

E nosso papel também é sensibilizar tanto os Governos Estaduais como o Governo Federal sobre a necessidade de investir no sistema penitenciário. E nós estamos convencidos de que investir no sistema penitenciário não é dar regalia para o preso. A população precisa entender que investir no sistema penitenciário é garantir a segurança da população, porque hoje a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias brasileiras. E a nossa população carcerária, num país que não tem pena de morte, que não tem prisão perpétua, precisa ser tratada com dignidade pelo Estado brasileiro, precisa ser disciplinada dentro do sistema prisional, não com torturas e com maus tratos, mas precisa ser disciplinada, reeducada e ressocializada, para, quando tiver oportunidade de voltar para sociedade, volte para a sociedade na certeza de que, a partir desse momento, será cumpridora também do seu dever.

Com esse objetivo nós viemos a Estado de Mato Grosso, para, além de investigar e diagnosticar, sensibilizar as autoridades locais sobre a necessidade de investimento no setor carcerário.

Sabemos também que a população que cobra segurança é a mesma população que não quer presídio. Nenhuma município quer presídio, nenhum município quer conviver com uma unidade prisional no seu território. Mas a população dos municípios precisa entender que nos municípios são geradas as infrações, que nos municípios é gerada a população carcerária. E não basta dizer



que não é problema do município, que é problema do Estado, que é problema do Governo Federal. Os municípios também têm que assumir essa responsabilidade. E queremos sensibilizar as autoridades também municipais acerca da necessidade de abrirem seus municípios para que os Governos dos Estados possam construir unidades prisionais onde houver necessidade.

Com essas palavras, quero passar a palavra ao Relator, Deputado Domingos Dutra, para uma saudação, e, logo em seguida, aos representantes e convidados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Boa-tarde a todos.

Deputado Neucimar Fraga, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Pedro Teruel, representante do Poder Legislativo estadual, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, dos agente penitenciários, da OAB e da sociedade em geral, eu queria brevemente dizer a todos que esta CPI é do Sistema Carcerário, não é uma CPI para ver apenas a situação de quem está recolhido em algum estabelecimento penitenciário. Nós estamos preocupados com os presos, estamos preocupados com os agentes penitenciários, com os defensores públicos, que são poucos e mal pagos, com os promotores, que têm muitos processos, com os juízes, com os policiais civis e militares. Portanto, é uma CPI que pretende contribuir com o sistema por inteiro.

Segundo, nós estamos preocupados com os presos, mas, mais do que com os presos, que são cerca de 420 mil, estamos preocupados com os 185 milhões de brasileiros que hoje vivem intranquilos, principalmente nas regiões metropolitanas e nos grandes centros urbanos.

Como disse o Deputado Neucimar Fraga, cuidar do sistema penitenciário, além de ser uma obrigação constitucional, de ser uma obrigação legal, é uma obrigação com a segurança pública do País. Se nós não cuidarmos desses presos, se tratamos eles como animais — e, lamentavelmente, no nosso País, em todos os Estados, a visão que se tem é de que preso é lixo, é resto de gente e não sujeito de direitos. A pessoa cometeu um crime, e lamentavelmente, nos 13 Estados que já visitamos, nós só encontramos presos lascados, só raia miúda, só gente pobre, dando a entender que só quem comete crimes são aqueles despossuídos, quando, na verdade, são vítimas de muitos que cometem crimes e que, por motivos variados, não conseguem receber uma pena. Se esses homens e essas mulheres



continuarem a ser tratados como animais, todos nós pagaremos a conta, e já estamos pagando, porque a reincidência é muito alta.

Sr. Presidente, nós temos a compreensão de que a responsabilidade é histórica e é sucessiva: é da sociedade, é do Congresso Nacional, que formula leis sem se preocupar com as conseqüências, é do Poder Judiciário, é do Ministério Público, é dos Governos dos Estados, é da União Federal. Se nós continuarmos tendo a concepção de que preso é lixo, de que é resto de gente, nós vamos continuar agravando a violência em nosso País.

Dito isso, eu gostaria de solicitar aos que vão prestar esclarecimentos que, primeiro, falassem a verdade. Ninguém está compromissado para dizer a verdade do que sabe, do que ouviu. Mas não adianta esconder uma realidade que de vez em quando a sociedade brasileira é surpreendida com rebeliões, quase sempre presos eliminam outros presos, espetam em ponta de varas, em cabo de vassouras, e expõe isso para o País como forma de dizer que eles existem. Portanto, ao invés da defensiva, ao invés de botar para debaixo do tapete uma realidade dura, é melhor que a gente abra os problemas. Vamos socializar os problemas, porque esta CPI é uma CPI diferente. Ela não parte do ponto de vista de estar indiciando ninguém. Nós queremos obter a verdade do jeito que ela é.

Se algum dos depoentes tiver informações que não queira revelar publicamente, nós vamos ouvir reservadamente, de forma sigilosa, de tal forma que a gente possa colher o maior número de informações.

E, por último, nós gostaríamos de obter sugestões. O nosso interesse não é botar mais gente na cadeia, embora, em todos os Estados em que a gente passe, diante das omissões, a vontade é botar muita gente na cadeia que está botando preso atrás das grades. Mas nosso objetivo não é botar ninguém na cadeia. Nosso objetivo é tirar gente da cadeia.

Portanto, quem tiver sugestões, nós vamos agradecer bastante, sugestões que possam ser transformadas em projetos de lei; sugestões que possam melhorar a gestão dos recursos; sugestões sobre arquitetura prisional; sugestões para resolver as questões das mulheres encarceradas, das muitas crianças que estão presas com as mães. As sugestões que forem dadas, nós as consideramos bem-vindas.



Quero também agradecer à Assembléia, que inclusive transmite esta reunião. É muito importante que a mídia, que a imprensa divulgue essa realidade, porque nós temos que ganhar a sociedade para essa causa, porque a própria sociedade exige pena de morte, exige que se trate o preso de forma autoritária. E a sociedade tem razão, porque as informações que ela tem são informações distorcidas. Portanto, divulgar essa realidade é importante para gente dialogar com a sociedade, de tal forma que, ao final dos trabalhos, a gente possa contribuir com o País, com a nossa segurança e, principalmente, com aqueles que estão privados de liberdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos, após as palavras do nosso Relator, convidar o irmão Orlando Rochece, da Pastoral Carcerária, para fazer uso da palavra.

Em cima do que o Deputado Domingos Dutra falou, tudo isso que nós defendemos e acreditamos é por entender que nem todo mundo que está preso é bandido. Nós sabemos que boa parte da população carcerária é composta por infratores, pessoas que cometeram delito na vida e que, se tiverem oportunidade de serem educadas e ressocializadas, com certeza voltarão para a sociedade.

O SR. ORLANDO JOSÉ ROCHECE - Boa-tarde.

Eu gostaria de apresentar-me como Irmão Orlando, noviço da Congregação dos Pequenos Irmãos do Santíssimo Sacramento.

Venho em nome da igreja de Campo Grande agradecer a oportunidade de estar presente nesta CPI, que trata com generosidade aqueles que tantas vezes são excluídos de nossa sociedade. Muitas vezes nós temos, como Igreja, o dever de anunciar o Senhor Deus, embora os pecados, embora nossas fragilidades, e devemos ser misericordiosos. A nossa função, enquanto Pastoral Carcerária, acredito eu e também da Igreja, é um trabalho de reeducação da fé. Reeducação daqueles que tantas vezes se perderam em sua catequese no caminho e também ser a sua última esperança talvez para a construção de um novo Reino.

Embora tenhamos grandes dificuldades, embora estejamos vivendo um mundo conturbado, nós, enquanto Igreja, acreditamos na esperança. Essa esperança que suscitou com a Pastoral Carcerária.



No seu Evangelho, Jesus diz assim a nós: *“Estive preso e não fostes me visitar”*. Todos nós seremos cobrados, numa vida eterna com este Deus, da nossa participação contra aqueles que são excluídos. Hoje, aqui se encontram diversas autoridades, se encontram homens e mulheres, acredito eu, dispostos a responder com esse “sim” ao Senhor Deus, sem placa de religião, sem determinar a fé de ninguém, mas acreditando no próximo.

Então, como Pastoral Carcerária, nós acreditamos que todos nós, seres humanos, somos dotados de inteligência, mas também somos dotados de um coração misericordioso para acolher os outros diante de nossas fragilidades.

Acredito que, com a implantação desta CPI, possamos nos unir, cristãos católicos, cristãos de demais religiões, homens e mulheres que se dispõem a trabalhar em busca da verdade, até porque anunciamos o autor dela, que é nosso Deus, a própria verdade. Então, eu acredito que, como Igreja, possamos construir um mundo melhor, tanto com os diretores de nossos presídios, que se fazem aqui presentes, quanto os senhores que representam o povo; e nós, enquanto Igreja, que somos este povo, pedimos aos senhores este olhar misericordioso em nos atender.

Muitas vezes, como Pastoral, nós encontramos dificuldades, encontramos conturbações, vamos dizer assim, ao fazer o nosso trabalho. Nós, enquanto Igreja, não queremos nos envolver tanto com a politicagem em si, embora seja necessário, mas nós queremos trabalhar a dimensão da fé. Nós queremos tentar ser luz para aqueles que vivem tantas vezes nas trevas. Aqui, pessoas trabalham lá dentro, vêem claramente o sistema como é difícil. Muitas vezes é difícil. Mas nós não condenamos ninguém, procuramos caminhar juntos, procuramos caminhar para a melhoria, não agredindo, até porque quando nós fazemos assim para o outro, 3 se voltam contra nós.

Nós devemos observar, diante de nossos erros, diante de nossas fragilidades, a esperança de um novo tempo. Novo tempo este que é só olhar para as vossas mãos e para as minhas mãos, e nós vamos ver então que é delas que vai sair esse novo tempo.

É isso em que, enquanto Pastoral Carcerária, como Igreja Católica, Apostólica Romana em Campo Grande, acreditamos. Acreditamos que juntos, os senhores e nós, possamos somar com uma sociedade mais justa, a começar por aqueles que



estão lá dentro, atingindo também suas famílias, atingindo em si toda a sociedade no cômputo geral.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Irmão Orlando, eu queria que o senhor pudesse explicar em que consiste os trabalhos da Pastoral Carcerária, qual a área territorial que a Pastoral abrange?

O SR. ORLANDO JOSÉ ROCHECE - Caríssimo, nós temos um campo vasto. Estou chegando de São Paulo praticamente neste momento. Faz apenas um mês que me encontro em Campo Grande. Assumi o desafio de estar junto a vocês nesta causa. Porém, nós temos a penitenciária federal, onde assistimos os presos; nós temos também as penitenciárias estaduais; temos, eu acredito, a penitenciária agrícola; temos também um trabalho interno. Estamos também tendo um trabalho com menores, com a Pastoral Carcerária vinculada à Palavra Viva, que é um movimento católico de evangelização; e o feminino. Estamos também, agora com a minha chegada, pensando em abranger esse campo, atingindo as famílias, em um cadastro para a unificação melhor, para podermos saber como vamos nos direcionar. Então, a Pastoral, eu acredito, está trabalhando em todos os presídios que compõem a Arquidiocese de Campo Grande.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor podia relatar os principais problemas que o senhor ou recebeu relato do seu antecessor ou percebeu nesses 30 dias, quais os principais problemas do sistema e quais os mais graves?

O SR. ORLANDO JOSÉ ROCHECE - Amigo, eu digo assim: nós estamos construindo um tempo novo. Eu vejo assim. Nós temos problemas dentro da Igreja, nós temos problemas dentro de um sistema. As reclamações são muitas: alimentação, segurança, saúde, enfim. Às vezes, reclamações pequeninas e outras que nos levam a refletir um pouco mais. Também a questão da segurança no desrespeito para com o preso, mas também do preso com desrespeito ao seu carcereiro. Então, eu acredito que nós devemos ser flexíveis, e, antes de apontar esses erros, eu prefiro analisar já para também apresentar soluções para tal. Então, eu acredito que os problemas são nítidos, nós todos estamos vendo eles, mas nós podemos assim estudar, sentar e trabalhar melhor para assim, então, desenvolver os nossos serviços.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são as sugestões que o senhor tem para a CPI?

O SR. ORLANDO JOSÉ ROCHECE - Primeiro, não impeçam o nosso trabalho. Tantas vezes nós chegamos nos presídios, alguns aí, e somos barrados. Eu tive a graça de, semana passada, estar em um presídio e fui barrado, vestido com a roupa oficial ao qual sou representante. E ainda fui abordado dizendo assim: “O senhor vai fazer o que aqui dentro?” Puxa vida! Qual que é o serviço de um religioso senão evangelizar e levar a palavra de Deus? Embora tenhamos testemunhos de algumas pessoas que infelizmente usam de nossas vestes para querer passar uma imagem que não é nossa, eu acredito que, pelo menos, a função nossa, enquanto Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Campo Grande, nosso dever é evangelizar. Então, eu peço que nos dêem melhor assistência. Muitas vezes, nós perdemos membros que se dispõem, homens e mulheres, casados, porque a Igreja não se compõe só dos colarinhos brancos e das irmãs. A Igreja compõem-se de homens e mulheres que inclusive estão sentados neste plenário. Homens e mulheres que executam seu trabalho como leigos, para o benefício de muitos. Então, eu peço que dêem uma assistência melhor a esta Pastoral, que tem sido um pouco deixada de lado nessa Arquidiocese no campo dos presídios todos. E também eu acredito que poderíamos estar sempre nos encontrando. Eu acredito que poderíamos sempre estar em reunião, sempre estar discutindo é uma solução própria, porque nós que estamos diretamente lá dentro, estamos cara a cara muitas vezes com o preso, nós temos uma realidade dita por ele e, muitas vezes, a outra realidade nos é privada. Nós não temos uma parceria, muitas vezes, com os Deputados, com aqueles que são destinados a essa área. Aí, nós ficamos apenas com a visão de um preso, e criticamos o sistema (*falha na gravação*)... e eu digo que eu nunca faço uma colocação sem conhecer todos os pontos necessários para defender ou atacar. Então, eu faço, por enquanto, apenas esses 2 requerimentos que são válidos para toda a Pastoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos.

O SR. ORLANDO JOSÉ ROCHECE - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos convidar neste momento o Sr. Fernando Ferreira de Anunciação para falar em nome do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Boa-tarde, Deputado Neucimar, na pessoa do senhor, eu cumprimento as demais autoridades da Mesa.

Companheiros da plenária, companheiros servidores penitenciários, autoridades presentes, eu estou neste momento bastante feliz com a visita desta CPI, esse instrumento tão importante hoje para o sistema penitenciário. Nós, que vivemos, eu, agente penitenciário que sou há 15 anos, sei o que é o sistema penitenciário do meu Estado e também de parte do meu País, conheço pessoalmente, visitei em quase todos os Estados o sistema penitenciário. O que o senhor viu hoje, Sr. Deputado, tenho certeza, o senhor já disse e eu volto a repetir, não é privilégio nosso. Infelizmente, alguns têm situações piores e outras melhores. Mas nós, Deputado, temos muita felicidade de estar com os senhores hoje, de poder estar falando de uma situação, mostrando e demonstrando o que nós fizemos, a realidade do nosso sistema penitenciário. Isso não é privilégio de Governo tal, de Governo que passou, de Governo que ficou: é um descaso que o sistema penitenciário vem sofrendo há anos, há anos. Quando vocês falam carcereiros, isso é do passado, isso nos enche de tristeza. Carcereiro é algo do passado, é algo que nós estamos tentando tirar há anos do nosso dizer penitenciário. Nós somos servidores penitenciários. Hoje, nosso Estado, graças a Deus, organizado, temos uma carreira organizada, para a qual se exige nível superior para ingressar. Temos uma carreira excelente, temos profissionais de excelente qualidade.

Não fosse isso, Deputado, o senhor pode ter certeza, hoje, os senhores não entrariam no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, os senhores não entrariam naquela colônia penal, que, embora daquela forma, ainda temos servidores ali se dedicando, praticamente se matando no dia-a-dia junto aos presos. Então, a gente fica bastante feliz com essa presença dos senhores.

E quero dizer para os senhores que nós temos, hoje, no sistema penitenciário do Mato Grosso do Sul o maior número de internos, de presos em relação à população. O senhor mesmo sabe disso, o senhor mesmo fez essa conta. São praticamente 4 presos para cada mil cidadãos da nossa população. Então, esse é



um número que só existe aqui no nosso Estado. Veja bem: e temos um déficit de vagas, o maior também no nosso País. Temos também o menor número de servidores do País. E, infelizmente, também um dos menores salários do nosso País.

Isso, para nós, é difícil, mas o senhor viu hoje, o senhor pôde presenciar o que é ser servidor penitenciário no nosso Estado, a dificuldade que nós enfrentamos, mas, assim, o que nós fazemos, hoje, no sistema penitenciário é algo gratificante. Eu me sinto, eu sou um apaixonado pelo sistema penitenciário. Quando participo de uma audiência pública como esta, quando participo de uma visita como a que vocês fizeram hoje, autoridades constituídas, preparadas que são, a gente fica muito feliz, e eu fico emocionado de ter participado e ter contribuído com esta Comissão.

Eu tenho um relatório, um dossiê a entregar para a Comissão. Gostaria de ser ouvido em reservado, até porque eu não tenho aqui nenhum credo partidário, não é Governo que saiu, Governo que está, não tenho nada disso, mas tenho muito a contribuir. Não sou o dono da verdade, não somos donos da verdades, mas temos muito a contribuir com essa CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São quantos agentes, hoje, no Estado?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Nós temos 1.300 servidores penitenciários. Esse é o total de servidores. Aqueles que trabalham diretamente com os presos — segurança e custódia — em torno de 800 para 11 mil presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então são 800 agentes para 11 mil presos.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Dar segurança e custódia para 11 mil presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A situação da colônia penal é que há 2 agentes por turno para cuidar de quase 600 presos. Ela sempre foi assim ou já teve época melhor?



O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Faz tempo que está assim; faz tempo que está assim. Isso foi fruto de uma política que nós achamos errada, do passado, onde se inauguraram vários presídios sem um planejamento, sem contratação de servidores. Com o mesmo orçamento que nós tínhamos aí há 6 anos atrás, nós estamos aí tocando o sistema penitenciário, com o mesmo contingente de servidores, o mesmo orçamento financeiro, sem investimento nenhum. Isso foi uma ação, me parece, até criminosa por parte das administrações passadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Então o Sr. Fernando quer ser ouvido reservadamente. A CPI, em determinado momento, vai ouvi-lo reservadamente durante esta sessão ainda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Fernando, qual é o salário inicial e qual é o teto do salário dos servidores agentes penitenciários?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Hoje, o início do salário do agente penitenciário inicia-se com 1.400 reais. O teto máximo que chega o agente penitenciário chega a 2.700 reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas mortes ocorreram entre agentes nos últimos 5 anos?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Uma morte. Nós lamentamos muito. Um servidor companheiro, parceiro, que trabalhei com ele vários anos dentro do presídio de segurança máxima, aquele que o senhor visitou, foi assassinado brutalmente em um lava a jato. Nós temos inclusive fotos, documentos para entregar aos senhores nessa situação. E mais 2 atentados que tivemos no último ano, 2007; 2 atentados também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos processos disciplinares os agentes respondem e quantos já foram excluídos por irregularidades no exercício da função?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Nós temos, hoje, um índice, Deputado, dos menores, como volto a dizer, dos menores índices de corrupção no País, aqui, no nosso sistema penitenciário, minimamente... Agora,



ainda existe aqui, Deputado... Naquela colônia penal que o senhor visitou hoje, aqueles 2 agentes penitenciários que estão de plantão, por várias vezes, o sindicato, através da sua assistência jurídica, teve que fazer a defesa do servidor que ali está trabalhando, quando dizem que o interno saiu para roubar, saiu para não sei o quê, e a culpa foi do servidor que deixou ele sair dali. Será que tem condições ali, naquela unidade penal, de manter um interno ali, manter a vigilância dele? Não temos. Então existem muitos processos administrativos, mas, assim, processos que não levam a nada, porque, na verdade, o que está faltando ali é condições para trabalho, é servidor, é tudo isso. E a gente consegue, graças a Deus, rebater isso na Justiça e mostrar que o nosso servidor está fazendo um trabalho excelente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais os tipos de doenças, quais tipos de abalos psicológicos os agentes têm sofrido no exercício da função?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - São enormes, são enormes. Inclusive, psicologicamente, nós temos vários servidores afastados com atestado médico por problemas vividos dentro do sistema penitenciário. O senhor viu ali. O senhor imagina 2 servidores naquela pressão que é aquela colônia penal. Chega a um ponto que não consegue mais trabalhar. Então o número é alto. Diversas são as patologias, até alcoolismo. Muitos... são muitos os problemas de saúde que a gente enfrenta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há muitas ameaças aos agentes penitenciários?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Existe bastante, mas a gente tem conseguido administrar essa situação, provando para o preso que nós estamos ali, que nós somos profissionais, que não adianta nos ameaçar que nós continuaremos fazendo o nosso trabalho, que nós fomos preparados para aquilo. Nós temos conseguido administrar essas ameaças, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vocês têm algum pleito para melhorar as condições de trabalho, a condição salarial, o número de agentes?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Deputado, dentro desse documento que nós estamos entregando para o senhor, nós temos também um projeto de... uma proposta de emenda constitucional que está tramitando em Brasília, ao qual saúdo os nossos companheiros do presídio federal que estão



presentes conosco aqui também, que contribuiria e muito com o sistema penitenciário, com a padronização do sistema penitenciário brasileiro. Os senhores têm visitado o nosso País, os senhores viram, em cada Estado, o sistema penitenciário é tratado de uma forma. Tem alguns locais, os agentes penitenciários são contratados, terceirizados, até mesmo, vamos dizer, emprestado o servidor ali dentro. E isso, enquanto não se padronizar, enquanto a gente abrir a Constituição e não estiver escrito lá o agente penitenciário, a função do agente penitenciário, tenho certeza que a gente vai estar nessa demanda de descaso no sistema nosso completo em relação a servidores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No interior do Estado, todos são concursados?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Hoje, nós temos a felicidade no nosso Estado de só termos servidores de carreira, concursados. Para se entrar no nosso Estado, hoje, no sistema penitenciário, somente concursado. Isso é uma felicidade, uma luta, uma conquista desses servidores bravos que estão aqui presentes e dos demais pelo nosso Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Presidente. Eu deixo as outras perguntas para a reservada, porque pressuponho que as perguntas que eu tenho para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma última pergunta. Chegou até nós a informação de que ali, na colônia penal, alguns presos que teriam a oportunidade de sair dali — porque ali, na verdade, é o semi-aberto mais aberto que eu já vi na vida —, principalmente os mais articulados ali dentro, usam indigentes e mendigos da cidade para ficar no lugar deles dentro do sistema, enquanto eles saem e aprontam.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Tem sim. Inclusive tem uma reclamação do nosso administrador da colônia penal nesse sentido, porque muitas vezes o preso já está lá na delegacia, preso, e a denúncia está chegando lá, e ele está constando como se estivesse lotado na unidade penal. O senhor viu muito bem. Nós temos alojamento com 90 homens, onde se pode simplesmente contar, visualizar. Saber que aquela pessoa que está respondendo, olhar e conhecer nós não temos a condição hoje mais. Então existe sim essa denuncia, e ela está sendo



praticamente... Num momento desse será confirmado, com toda a certeza, que isso está acontecendo na colônia penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só mais uma pergunta. O senhor responde se achar conveniente aqui, senão, deixa para a reservada. Nós vimos na colônia agrícola uma pocilga com vários porcos, alguns patinhos, umas galinhas, e nos disseram que muitos daqueles animais são de agentes, gente que empresta... O que você sabe a respeito daqueles animais ali? E, segundo informações, esses porcos são levados para ali, os presos tratam, alguns presos dormem com os porcos e, depois, eles recebem um percentual, parece, um quarto, 10%, pelo tratamento. O que você tem a dizer sobre aquela situação?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - É uma denúncia séria. Eu acho que realmente isso está acontecendo e eu acho que é errado. Se tem ali um local para criar porcos, não seria ali. Se é do Estado, não seria ali o local para criar porcos. Se é do agente penitenciário, ele que compre uma chácara, ele que coloque em um local que seja próprio para isso. Eu acho que o nosso Diretor-Presidente está aqui presente e irá tomar providências quanto a isso. Eu também tinha essa dúvida, tinha essa curiosidade, e hoje pude ter a felicidade de ouvir do interno: *“Não, não são nossos, são dos servidores”*. *“Você ganha para cuidar dos porcos?”* *“Não, não ganhamos”*. Então, quer dizer, tem alguma coisa errada e que nós gostaríamos também que fosse esclarecido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o Sr. Fernando e vamos ouvi-lo depois na reservada durante esta audiência ainda.

Nos vamos passar a palavra agora à representante da Defensoria Pública, a Sra. Edna. (*Pausa.*)

Então nós vamos passar a palavra à Sra. Linda Maria, que é Defensora do sistema prisional. S.Sa. terá um tempo também de 5 minutos para falar e poderá ser interpelada por alguns Parlamentares durante a fala.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Boa-tarde a todos. Gostaria de me colocar à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário e, mais uma vez, reforçando as palavras dos colegas que antecederam, de agradecer a presença da CPI para tratar de um assunto tão sério como é o nosso sistema carcerário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então eu vou começar logo fazendo uma pergunta. São quantos defensores hoje no Estado do Mato Grosso?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - No Estado de Mato Grosso do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mato Grosso do Sul.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Somos em torno de 120. Cento e quarenta e nove; fui corrigida pela minha superiora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul tem feito acompanhamento sistemático nos presídios para conhecer a realidade dos presos e acompanhar os seus trâmites jurídicos, os seus processos?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Na medida do possível, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que significa na medida do possível?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Se o senhor levar em consideração que uma defensora pública responde por quase 8 mil processos, é uma situação difícil e delicada de se dar a todos os processos uma atenção única. Mas, hoje, a Defensoria Pública da Comarca de Campo Grande, o Núcleo Especializado da Vara de Execução Penal, conta com 2 Defensoras Públicas. Estando a Dra. Clari de férias, sou eu a responsável. Respondendo perante as 2 Varas de Execução Penal. A 1ª Vara de Execução Penal, Presidência do Dr. Francisco Gerardo, hoje, conta com... em torno de 6 mil processos. A 2ª Vara de Execução Penal, com a Presidência do doutor... sob a judicatura do Dr. Vítor Guibo, deve ter em torno de 6 a 7 mil processos, contando que ainda se leva o livramento condicional, o regime aberto e as penas e as medidas alternativas da CEPA. Somos 2 defensoras públicas com essas 2 atribuições, de atendimento ao público: atendimento ao cárcere e à família do preso que nos procura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, na verdade, nós temos 2 defensoras acompanhando cerca de 13 mil processos.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Sim, senhor. Em Campo Grande.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em Campo Grande. Mas quantos atuam, hoje, no Estado nessa área de acompanhamento da população carcerária?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Cada comarca conta com um defensor público designado para a Vara de Execução Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a concentração maior dos processos...

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - É em Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É em Campo Grande. Já foi solicitado da Defensoria-Geral, quem sabe, a designação de mais defensores para acompanhar esses processos ou vocês se contentam com esse número e nunca fizeram essa solicitação?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - A solicitação existe. A nossa Defensora Pública-Geral, a Dra. Edna, acompanha sempre, acompanha *pari passu* todas as atividades, só que nós estamos, na Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, com uma falta de 97 defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Governo tem sinalizado com a possibilidade de contratar novos defensores?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Sim. Há a possibilidade. Já se fala, já se tem projeto de realização de concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem expectativa em que prazo isso pode ocorrer?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - A Dra. Edna... Acredito eu que, ainda na gestão dela, será realizado, com posse efetiva de pelo menos 12 a 17 defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a gestão dela vai até quando?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Até 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Este ano. Então este ano a gente deve ter mais alguns defensores.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Torço que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Linda, quantas comarcas existem aqui, em Mato Grosso do Sul?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - São 77 comarcas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São 77 municípios?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Não, municípios são mais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe quantos municípios?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, há comarcas...

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Que abrangem 2 municípios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há municípios que são termos de outra comarca?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - É. Por exemplo, Comarca de Jardim, que é bem próxima à nossa, ela abrange o Município de Guia Lopes da Laguna; Aquidauana abrange o Município de Anastácio e algumas outras também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a remuneração dos defensores públicos aqui.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Carreira inicial, cargo inicial, 7 mil reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui, na Capital, há muitos presos que cumprem pena na Capital e que a execução aqui fica privada porque o preso veio mas o processo ficou?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Quando ocorre de o preso ter sido recambiado de uma comarca do interior para a Capital, a informação, ela acompanha... A GEPEN recebe o preso e imediatamente comunica ao juiz da vara o recebimento deste preso. A documentação, ela vem em seguida por determinação do juízo da comarca de origem. Muitas das vezes, o preso vem do interior para a cidade de Campo Grande apenas para tratamento médico. Então a documentação dele vai permanecer no município onde ele está cumprindo a pena, na comarca onde ele cumpre pena.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora informou que, só aqui na Capital, as 2 Varas atendem aproximadamente 13 mil processos. Pelos dados do



DEPEN, há 11 mil presos no Estado. A senhora já está dando o número de 13 mil processos só aqui.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Mas não são presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Processos.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Processos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem informação de quantos presos respondem mais de um processo? Porque pelos números que a senhora está apresentando, está dando uma diferença bastante razoável em relação aos do DEPEN. Não estou questionando os seus números, é que um dos problemas do sistema carcerário são justamente os números. Não há estatística confiável. E, como o Estado não tem estatística confiável, não gera política também confiável. Portanto, eu perguntaria para a senhora se a senhora, na Defensoria, tem o número de quantos presos respondem a mais de um processo.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Não tenho esse dado estatístico para passar para o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem informação de quantos presos são acompanhados por dativos e por advogados constituídos?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - O que muito ocorre, isso eu posso confirmar, é a presença de advogado no processo da execução da pena, o nome do advogado consta no procedimento. Agora, a Defensoria Pública só pode atuar nos processos em que não há advogado constituído. Muitos há a constituição do advogado, talvez, sem a atuação necessária, e a Defensoria Pública não pode ter acesso a essa atuação, ter acesso a essa GR, a essa Guia de Recolhimento, esse processo de execução.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria Pública tem pego processos que antes eram acompanhados por advogados, e o advogado abandonou?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Muitos. Em sua grande maioria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria tem pego alguns depoimentos de presos que reclamam que o advogado recebeu os honorários, não cumpriu a sua tarefa, abandonou o processo pela metade?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Sim, muitos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora poderia depois passar esses termos para a Comissão?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Os termos? Não tenho por escrito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As reclamações.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Não, por escrito não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você não tem?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Tenho o comentário da pessoa que chega até ao gabinete informando que o advogado constituído não está sendo satisfatório e que ela gostaria de ter a assistência da Defensoria Pública. Então, nós pedimos a carta de renúncia do advogado, que vai ser homologada pelo juiz de direito e aí, então, a Defensoria Pública vai passar a essa assistência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós já tivemos caso onde o advogado contratado ficou com a carroça, ficou com o burro, ficou com o cartão de aposentadoria do preso. Há algum caso assim especial, assim muito chocante de advogados que receberam honorários etc. que pudesse ser relatado?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Que eu tenha conhecimento, não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Me diga o seguinte: estão informatizados os processos de execução na Defensoria?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Na Defensoria Pública, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Nós acompanhamos e utilizamos o sistema de informatização do Poder Judiciário, que é o *site*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria visita periodicamente os estabelecimentos?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Eu faço a visita toda sexta-feira, agora na máxima, e pretendo continuar as visitas, passando cada mês por cada estabelecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria tem um relatório dos presos que são atendidos?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Das visitas que eu faço, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E as providências?



A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora poderia passar para a CPI?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Posso providenciar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque há uma queixa generalizada em todos os lugares que a CPI vai da deficiência na assistência jurídica, durante o processo, durante a instrução processual, e há reclamações sobre a execução. Muitos reclamam que estão ali há mais tempo do que deviam. O que a senhora tem a dizer para a Comissão? Essas queixas são improcedentes? A Defensoria não tem condições de atender todos os estabelecimentos?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - As queixas que os senhores ouviram são as mesmas que nós acompanhamos também. Sempre chega a queixa no sentido de *"já estou com pena vencida, já não devo mais estar aqui"*. Ocorre que, muitas das vezes, a contagem de tempo pelo preso não é a contagem de tempo feita pelo cálculo penal. O preso muitas das vezes se esquece, e isso é lamentável... porque quando ocorre, por exemplo, uma falta grave, um preso ser hoje surpreendido com a posse de um aparelho celular, a posse de entorpecente numa cela, ele vai estar sujeito a uma falta grave disciplinar. Esta falta grave vai alterar, e muito, seu cumprimento de pena, porque vai determinar uma regressão, vai determinar uma modificação na data-base, que vai alterar o cálculo. Então, quando muitas das vezes o preso faz essa reclamação e que nós vamos ao sistema consultar se é fato que sua pena já está vencida, que ele já cumpriu, nos deparamos com outra carta de recolhimento, com outra pena que ele se esqueceu de somar, e muitas das vezes com uma data-base que foi modificada e, na contagem dele, isso não ocorreu. Então, essa questão da pena estar vencida, todos os processos que tramitam na Vara de Execução Penal são movimentados. Nenhum fica guardado em prateleira, esquecido. Todos os processos recebem despachos periódicos e são acompanhados. Então o que pode, sim, ocorrer é a questão de estar com o direito reconhecido, o direito ao livramento condicional, o direito à progressão de regime, e ele não ter o direito subjetivo a isso, ele ter um parecer disciplinar que lhe é desfavorável ou ele ter cometido uma falta disciplinar que vai lhe impedir de obter essa progressão.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora já informou que os 2 juízes cuidam de 13 mil processos. A senhora tem uma média de quanto tempo leva entre o pedido da Defensoria para uma progressão, para qualquer benefício, até o deferimento, em média o tempo que leva?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Em se tratando de réu preso, que é o caso da 1ª Vara de Execução Penal, o trâmite é um pouco mais célere, porque o cartório tem capacidade, ele está estruturalmente mais servido de funcionários, e ele pode, por isso, agilizar o trâmite desse pedido. A 2ª Vara de Execução Penal, porque lida com muita quebra de regime, porque o preso alcança o direito à progressão de regime para um regime mais brando e, com muito raras exceções, infelizmente, ocorre a quebra, ocorre o descumprimento das condições e o regresso desse preso para o sistema penal, o que acontece com isso? Isso dificulta o andamento desse processo na vara. Se o senhor for levar... se eu poderia dar um prazo, um tempo, eu diria que dura de 3 a 4 meses para julgamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu tenho algumas perguntas que depois eu vou fazer para ambos os expositores. Eu perguntaria à Dra. Linda: nós ouvimos muitos presos que estão no presídio de segurança máxima, alegando que estão ali porque quebraram o benefício que tinham. Eu pergunto para a senhora se é normal um preso, que já estava no regime mais brando, estava inclusive na colônia, quebrou o benefício e foi colocado num presídio de segurança máxima.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque a informação que nós tínhamos é que no presídio de segurança máxima estão ali os líderes do PCC, portanto, estão os presos mais perigosos. Eu lhe pergunto: é normal o preso que já avançou por qualquer motivo e, inclusive por falta de trabalho, que não é oferecido, ele quebrou o benefício e ele é colocado num regime de segurança máxima, junto com presos que lá estão ainda, extremamente perigosos, e misturados, presos de todo o tipo, reincidente, 155, 157, com 33, todos os artigos estão ali misturados numa grande salada? Eu pergunto para senhora: é normal, por essa quebra de benefício, ser colocado num presídio de segurança máxima?



A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Se o senhor levar em consideração que é o presídio de segurança máxima quem melhor, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, está aparelhado para receber este detento que vem oriundo de uma delegacia de polícia, eu responderia para o senhor que sim. Se o senhor estiver questionando a questão da classificação do preso entre perigoso e não-perigoso, eu diria hoje para o senhor que a máxima tem de tudo, assim como o presídio de trânsito, o centro de triagem e também o IPCG. Em todos os presídios, hoje, a convivência dos presos não se dá por grau de periculosidade, ela se dá por convívio. Presos hoje não estão classificados pelo sistema penal como de periculosidade alta ou baixa, eles estão cumprindo pena nos presídios onde ele são menos... onde eles têm melhor convivência com os demais detentos. Então, na máxima, hoje, o senhor não pode afirmar com tanta segurança que só estão recolhidos lá os formadores do grupo denominado PCC ou os presos de altíssima periculosidade. Nós temos lá também presos de furto, de roubo, de quebra do regime semi-aberto, que podem não ser considerados de altíssima periculosidade. Agora, a questão da reincidência e da quebra de regime é muito grande, ela é alta. Por quê? Muitas das vezes o preso atinge, consegue ir até a sua progressão para a colônia penal agrícola, para o regime semi-aberto, e não consegue cumprir pelos motivos todos que os senhores já avaliaram e já *in loco* puderam perceber, muito e muito gravemente por ameaças, falta de condições, falta de trabalho. Então, o sistema na verdade do regime semi-aberto e do regime aberto... a quebra do livramento condicional, por exemplo, só temos em casos quando o preso ou comete um outro delito ou adoecer. Já não é tão incidente a quebra do benefício do livramento condicional como o é o do regime semi-aberto. Então, na grande verdade, há que ser analisada a questão do sistema carcerário vendo pela legislação atual. A nossa legislação penal atual prevê essa progressão de regime com o regime semi-aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Podemos afirmar, então, que ir para a colônia penal não seria um prêmio pela progressão, mas, pela precariedade da instalação, seria uma regressão.

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Minha opinião pessoal a respeito do assunto, muitas das vezes digo que, pelo menos, estando no regime de cárcere, a segurança pessoal do detento pode ser garantida pela AGEPEN.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Na verdade, o Presidente e o Relator já exauriram as perguntas que eu gostaria de fazer, mas quero deixar aqui realçado o clamor dos reeducandos com relação ao atendimento jurídico.

Aqui, em Mato Grosso do Sul, são 149 defensores e cerca de quantas comarcas, 58?

A SRA. LINDA MARIA SILVA COSTA - Cinquenta e oito.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Cinquenta e oito comarcas, para uma população de 2 milhões e 200. Temos em Mato Grosso 115 defensores para 80 comarcas e uma população de 2.800 pessoas. Lá foi criada uma força-tarefa, e amanhã a CPI vai poder observar, embora não seja ainda o ideal, mas existe um núcleo de execuções penais que faz essa visita cotidiana aos presídios. Eu, em 2001, lá em Mato Grosso, tive a oportunidade de ser Corregedor-Geral da Defensoria, e esses reclames que a gente ouviu em Goiás, ouvimos aqui, de falta de assistência jurídica ao preso, acontecia no Estado do Mato Grosso, freqüentemente, inclusive com ameaças de rebeliões. E naquela ocasião o que é que, na condição de Corregedor, avaliando a legislação e tudo o mais, porque o defensor público goza da inamovibilidade, da autonomia funcional... nós reunimos 30 defensores. Havia 450 processos, aí dividimos a média de 10, 15 processos para cada defensor, fizemos um mutirão e estabelecemos um mutirão de 4 em 4 meses. Além do atendimento jurídico à população carcerária que tinha o defensor designado para o órgão de atuação do sistema carcerário, em abril, agosto e dezembro — e nós tínhamos iniciado aquela atividade em dezembro —, nós fazíamos a distribuição desses processos. Exatamente sentando com o preso, à frente do preso, abre o processo ali, originário, você pega, com vista, carga nos autos, e senta com o preso e conversa com ele. Muitas vezes ele está falando coisas que realmente não existem: *“Ah, eu só tenho uma condenação”*, mas está preso por um outro motivo. Ele não quer te falar. E muitas vezes os presos tinham razão, sim. Nós tiramos vários lá, com progressão de regime, gente que trabalhou em outra delegacia, veio transferido, não veio o documento atestando aquele trabalho, então não teve como remir a sua pena



e com isso ele ainda não tinha tempo, mas com aquele tempo remido ele passaria a ter tempo para a progressão.

Então eu quero deixar aqui uma sugestão e fazer um apelo mais para a Dra. Edna Regina, que é Defensora Pública-Geral — se eu fosse lotado aqui em Mato Grosso seria a minha chefe —, no sentido de avaliar com carinho, sentar com o Conselho Superior da Defensoria, para poder montar uma estratégia de ir a esses presídios, de criar esse núcleo, de ampliar a Defensoria do sistema penitenciário. Eu vejo que a Defensoria Pública tem... Toda pessoa que não tem condições de pagar um advogado, ela tem que ter um defensor público à sua disposição, isso é dispositivo constitucional. Mas dentro desse contexto de dificuldades a gente tem de priorizar. Priorizar o quê? Área da família, porque você precisa do alimento para aquele recém-nascido, para aquela criança, e priorizar a parte criminal e o sistema carcerário, porque aí você tem um bem jurídico em jogo, que é a liberdade, que é um bem indisponível. Então, eu faço esse apelo, deixo essa sugestão aqui em Mato Grosso do Sul, para montar essa força-tarefa da Defensoria, remanejar mais defensores para dentro do sistema penitenciário, porque essa é, na verdade, a nossa clientela, a clientela da Defensoria, aquelas pessoas humildes, que cometem delitos, cometem crimes, e também aquelas pessoas humildes que têm problemas familiares, que têm separação, que é o recém-nascido que precisa de alimentos.

Então fica essa sugestão, porque é um importante espaço que nós devemos preencher, como defensores públicos. Sou defensor público licenciado, no exercício da função de Deputado Federal hoje. Então eu gostaria de deixar essas palavras aqui, essas sugestões, Dra. Edna, para que a gente possa, num outro momento, voltar aqui e ver os presos dizendo: *“Olha, a questão jurídica aqui nossa não tem problema, está tudo sob controle”*. Espero que lá no meu Estado a gente possa encontrar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Passo a palavra à Dra. Edna, para as suas considerações.

A SRA. EDNA REGINA BATISTA NUNES DA CUNHA - Inicialmente, é com grande satisfação que vejo as autoridades empenhadas em resolver um problema que não vem de hoje. Meu pai foi Secretário de Justiça em 1983, aqui em Mato Grosso do Sul, e esse problema já existia. Então, eu acho que tem que existir uma



soma de esforços do Governo Federal, da Câmara, do Senado, do Governo Estadual e dos municípios para a gente encontrar uma solução. A Defensoria Pública também tem como objetivo, como disse o Relator, tirar gente da cadeia. O objetivo da Defensoria é ver quais os detentos que realmente já fazem jus a seus benefícios e postular esses benefícios junto ao Judiciário. Nós temos hoje 149 defensores e 97 cargos vagos. Estamos na iminência de abrir concurso público, já com dotação orçamentária, para contratação até o próximo ano de mais 25 defensores. A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul é valorizada pelo Governo do Estado, ela é uma das mais bem pagas do País e, com isso, ela também tenta corresponder ao que lhe... tenta retribuir ao salário que ela vem percebendo. A Defensoria tem atuado nos presídios. Paralelamente à atuação nos presídios — no interior do Estado, em todas as comarcas, existe um defensor público que semanalmente faz essa visita ao presídio —, aqui em Campo Grande nós temos uma Defensoria Pública Criminal, Defensoria da Cidadania Criminal, e essa Defensoria faz uma ronda nos presídios e nas delegacias. Nas delegacias, visando evitar que esse cidadão chegue ao presídio, já requerendo a liberdade provisória dele antes mesmo de ele ser sentenciado. A Defensoria-Geral disponibiliza um carro ao defensor com motorista e, semanalmente, são feitas essas visitas. Nós temos interesse de contribuir da melhor maneira possível para solucionar o problema carcerário aqui no nosso Estado. Ouvei atentamente as palavras do Deputado Valtenir Pereira, Defensor Público de Mato Grosso, licenciado. Claro que, na medida do possível, vamos alocar mais defensores na Vara de Execução Penal. Mas, hoje, o trabalho executado pela Defensoria considero satisfatório. As Defensoras têm-se esmerado no atendimento no presídio e aos familiares dos presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos à representante da Defensoria Pública do Estado a participação e queremos convidar agora a representante da OAB, a Sra. Kátia Maria Souza Cardoso, para fazer uso da palavra.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Boa-tarde a todos. Repetindo as palavras, mas por necessidade de serem repetidas, é uma grata satisfação receber os membros desta Comissão aqui no nosso Estado, onde vêm buscar, junto a nós e *in loco*, uma solução, ou pelo menos a minimização dos problemas que nós



vivenciamos. Sabemos que esses problemas são de ordem nacional, mas como vivemos aqui, é aqui que os sentimos mais próximos e presentes e por isso os consideramos muito mais graves do que em qualquer outro lugar do País. Então, tenho a oportunidade de, além de ser Vice-Presidente da OAB, ser advogada criminalista, militante, atuante. Fui defensora pública por 12 anos e sempre trabalhei frente à Vara de Execuções Penais. Conheço a fundo a situação do sistema prisional do nosso Estado, vivido em nosso Estado, e a situação dos nossos presos. Me emociono cada vez que tenho a oportunidade de ir, como fui hoje, à colônia penal, por ficar extremamente injuriada com aquilo que a gente vê; por ver que os nossos animais em casa são tratados de forma muito melhor e digna do que aqueles seres humanos que estão lá; e de poder dizer, como sempre digo, de boca aberta, que esse sistema falido não vai a lugar nenhum. Esse sistema falido é uma hipocrisia. E nós ficamos simplesmente do lado da população, que está crescendo, admitindo a pena de morte em nosso Brasil. Por quê? Porque não sabem da realidade vivida pelos presos. Porque não têm conhecimento de que esses presos não têm chance nenhuma de serem reinseridos na sociedade e de que não têm mão nenhuma, a não ser a religiosa, que de fato tem dado a eles a oportunidade de, pelo menos, se sentirem gente. É triste, Srs. Deputados, é triste senhoras autoridades. A união faz a força? Faz. Mas a gente quer a força de vontade, a força de verdade de nossos corações, imbuídos na intenção de resolver esse problema e de não passarmos a vergonha que hoje passamos, até entre os presos, onde ouvimos deles que vocês só estão aqui porque estão em véspera de eleições. Não é isso. Nós estamos aqui porque faz tempo que nós clamamos; faz tempo que nós buscamos que olhem para nós e nos ajudem. Somem conosco, advogados, defensores públicos, promotores, juizes, Secretário de Segurança, delegados e agentes penitenciários, que estamos todos sem condições reais de agir. Falta tudo: falta estrutura; falta dignidade; falta povo; falta mão-de-obra humana dentro dos cartórios de execuções penais, para dar agilidade às decisões judiciais; falta gente para ajudar os defensores públicos a trabalharem efetivamente. Eu entendi perfeitamente a Dra. Linda, porque eu já vivi isso, e os senhores hoje presenciaram isso. O meu atendimento aos presos da colônia penal e também lá na máxima, de onde vim recheada de bilhetes e cheia de anotações, com o compromisso moral meu de ver,



pessoalmente, a situação de cada um... Não sem antes indagar a cada um deles que me pediu se eram clientes da Defensoria Pública, porque já tive a precaução de dizer que se tem advogado constituído não temos possibilidade de sequer olhar seus processos. Então, Srs. Deputados, a situação é aquela. A situação, hoje, é cruel. Hoje, nós temos um... não temos o divisor de águas necessário, que nós brigamos sempre para que exista. Esse divisor de águas onde eu falo, colônia penal, dividindo águas entre aqueles que querem cumprir sua pena e aqueles que são obrigados a cumprir e, por serem obrigados, impedem os que a querem bem cumprir. Nós temos que dividir esses presos. Nós temos que afastar os que foram evadidos, que cometeram uma falta e tiveram regredido o regime, tirar da máxima. É minha maior briga. Os juizes da execução me ouvem diariamente com isso. Não é possível que uma quebra de regime, seja lá o motivo que for, imponha que imediatamente seja encarcerado num presídio de segurança máxima. Concordo com a Dra. Linda, quando diz que é o convívio que manda aqui. É o convívio. Mas é porque nós não adotamos outra alternativa. Nós temos que começar a fazer alguma coisa. O presídio de trânsito, maravilhoso, criado para abrigar presos processados está lotado. E mais: há uma mistura de presos, porque não tem onde pôr. Fiquei feliz, ao ponto que chorei, na colônia penal, de ver aqueles seres humanos dormindo sobre porcos, com suas redes estendidas ali, naquele mau cheiro, naquela coisa horrível. Fique feliz, ao entrar na segurança máxima, de ver a beleza que está aquilo lá, apesar de ser um presídio, de ouvir dos internos elogios ao Diretor Acir e ao Subdiretor Fernandes, agradecidos e dizendo que nunca tiveram o tratamento que estão tendo hoje. E eu tive o orgulho, por conhecer esses 2 senhores, de retribuir o elogio feito a eles, dizendo: *“É que hoje vocês têm na direção pessoas que não estão aqui só para cumprir a carga horária. Elas têm outro objetivo, elas querem cumprir o papel humano que deve fazer parte disso”*. Então, senhores, nós da OAB, dias atrás, realizamos uma audiência pública exatamente sobre isso, onde reunimos a sociedade, onde foi feito um trabalho maravilhoso, e eu só lamento de não ter estado presente à própria audiência, porque eu tive uma crise de apendicite e fui operada. Mas nem por isso não fiquei ao telefone, sabendo o que estava acontecendo. E o trabalho foi brilhante. E uma das conclusões a que se chegou, de forma mais fácil, foi de que simplesmente se cumprisse a LEP. Comece-se a cumprir



a Lei de Execuções Penais, efetivamente a cumprir e a adotar, que aí vai ficar mais fácil o segmento dessa aplicação. Dividam-se os presos. Afastem-se os condenados reincidentes dos primários. Dêem-se uniformes a esses presos, para que não haja mais a lambança vergonhosa de que você leva uma roupa para um detento e, no dia que vai lá, no dia seguinte, não está mais, porque ele vendeu para o fulano do lado. Dá uniforme. Acaba esse problema. E não denigre ninguém, porque até identifica quem é o detento e quem não é. Os alojamentos, decentes, de forma que pelo menos a pessoa possa dormir. Profissionalização, educação, dêem oportunidade para aqueles presos que estão, principalmente, com penas grandes de efetivamente trabalhar, de se profissionalizar com cursos técnicos, de pelo menos concluir o primeiro e segundo graus ali dentro. E aos do semi-aberto, dêem a oportunidade de efetivamente trabalhar. Trabalhar como? Trabalhar internamente ou cuidando de porcos, ou cuidando, fazendo a obra que nós constatamos hoje, feita pelos internos. E nós — nós, digo, eu e os Srs. Deputados — indagamos: *“Vocês estão recebendo para isso?”* *“Estamos: para cada 3 dias trabalhados, temos 1.”* E um dos senhores ainda indagou: *“Mas e a pecúnia?”* *“Que é isso?”* Estão trabalhando, sim. Então, nós não podemos generalizar que todos os presos que estão lá são bandidos, criminosos sem recuperação. Nós temos que dar a mão e mostrar que é possível, para aqueles que querem — porque existem os bandidos por opção que não vão querer nunca, que o mundo deles é esse e vão voltar e sair, nós sabemos disso, não sejamos hipócritas. Então o que pede a OAB para esta Comissão, após a investigação? Que façam com que a Lei de Execuções Penais seja aplicada, seja cumprida. O Governo... A parte do Governo: que dê a estrutura física e humana que precisamos — a física são os ambientes dignos para receber esses detentos, para que eles tenham um norte para acreditar que vão cumprir a pena, e vão sair, e vão ter uma chance na vida; e humano, para que adaptem os seus serventuários de forma necessária para dar o atendimento, e não ficar aquela coisa de 2 agentes cuidando daquele mundaréu de homens lá na colônia penal, que é pura hipocrisia, porque nós sabemos que eles são cuidados pelos presos. E o Poder Judiciário: aparelhamento das Varas de Execuções Penais, principalmente aparelhamento humano, porque eu sou testemunha viva que tanto os promotores quanto os juizes das Varas de Execuções Penais e as 2 defensoras que ali trabalham, trabalham



muito, trabalham rápido, mas suas decisões não são efetivamente cumpridas rapidamente por falta de aparelhamento humano. E o povo, Sr. Presidente, que seja conclamada a sociedade para que pare, somente pare de reclamar e venha somar conosco para achar uma solução, e essa solução pode ser dada a partir do momento em que se interessem em oferecer frente de trabalho a esses internos. São esses os nossos questionamentos. A OAB está inteiramente à disposição, ainda mais na atual gestão, onde temos à sua frente nos 2 primeiros cargos, Presidente e Vice-Presidente, 2 criminalistas atuantes em nosso Estado. Muito obrigada pela presença e estejam sempre... Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria fazer uma pergunta também relacionada à OAB: quantos advogados hoje respondem a algum processo administrativo na OAB por irregularidades cometidas durante o acesso aos presídios, principalmente alguns advogados que possam estar envolvidos com o crime organizado ou que foram presos tentando entrar com celular ou droga no presídio?

Há algum advogado nessa situação aqui no Mato Grosso? E o que a OAB tem feito em relação a esses advogados?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Posso lhe responder perfeitamente, até porque eu sou a pessoa competente que instaura, admite as representações e reclamações de toda a sociedade e recebe pessoalmente o público em geral todo dia, pela manhã, com reclamações. Posso lhe dizer que existem hoje cerca de quase 10 mil processos de representações contra advogados — e das mais variadas que o senhor possa imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dez mil?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Dez mil processos. Sobre a minha mesa, a minha mesa, não, o meu balcão de trabalho, é lotado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essas 10 mil representações envolvem quantos advogados?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Todos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Quantos? Quantos advogados estão envolvidos nessas 10 mil? Porque pode haver várias representações contra o mesmo advogado.



A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Tem, tem. Há advogados que têm 10, 12, aí, na terceira, julgamento transitado em julgado, nós abrimos processo de exclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos já foram excluídos pela OAB?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Doutor, quantos foram excluídos da OAB eu não posso lhe dizer ao todo, ao longo desses anos. Posso lhe dizer que nós temos no *site* hoje 6 excluídos, certo? Porque é um processo que depende do Conselho, tá? Ele não é aberto por nós, vai para o Conselho, é o Conselho que decide pela exclusão, e há possibilidade de recurso para Brasília. Então, há 6 excluídos. Punidos, aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas V.Sa. poderia me afirmar quantos advogados especificamente respondem processo por tentar entrar com drogas ou celular, ou levar ordem de dentro da cadeia para representante das facções que ali estão, especificamente sobre esses assuntos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - No momento, nós temos uma pessoa só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que responde a esse tipo de processo?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Responde, esteve presa e foi... Agora aguarda em liberdade o processo. E ela está com processo na Ordem, em razão desse processo aí por envolvimento levando celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para a cadeia?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estamos sendo questionados aqui na Mesa, porque numa afirmativa da senhora, quando eu perguntei quantos advogados estão envolvidos nessas 10 mil representações, a senhora falou todos, não é? Mas eu acredito que...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não, não. Todos, não. O senhor me perguntou... porque todos esses processos obviamente são de advogados, certo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É que eu perguntei... A minha pergunta foi a seguinte: são 10 mil representações, mas como pode haver várias representações contra o mesmo advogado...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Pode e existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Talvez sejam aí 500 advogados respondendo por essas 10 mil, ou 300, ou 200...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Impossível eu lhe dar essa resposta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, não são todos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fica aqui retificado.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não. Absolutamente. Há advogados com formação, com a ficha disciplinar absolutamente limpa, assim como há advogados que foram punidos com suspensão. Decorrido um ano, ele pode entrar com processo de reabilitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Kátia, esses processos que envolvem advogados diretamente no sistema penitenciário, esses processos correm em segredo?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Em segredo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a senhora tem uma lista de advogados só com esses processos relativos ao sistema penitenciário?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não, senhor, porque não é averbada qual é a tipificação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me o seguinte: nós já ouvimos muito aqui sobre o PCC.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que há de real mesmo sobre essa organização criminosa? Qual é o poder dela e se há algum advogado que responde processo por envolvimento com o PCC?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não, não temos aqui nenhum advogado que responda processo por envolvimento com o PCC.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos advogados já morreram em decorrência da atividade profissional?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Que eu me lembre, 3.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em que circunstâncias?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Crime de mando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já foi apurada a responsabilidade?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim, senhor. Já foram condenados os autores, inclusive.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual a causa do mando, qual a causa do conflito?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Problemas entre advogados e clientes, quase todos envolvidos com o PCC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os clientes mandaram matar, e eles são envolvidos com o PCC?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto a esses processos, V.Sa. pode me informar depois, quais são as varas em que respondem...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Posso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já foram julgados?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Já.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos condenados?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Condenados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os condenados já estavam presos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Já.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já estavam presos. Desse trabalho da OAB que tem sido feito de vitorias, V.Sas. têm relatórios?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Vitorias?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nos estabelecimentos penitenciários?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Temos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A OAB constatou algum caso de tortura no sistema? Denúncia de presos por maus-tratos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Nós temos aí, da área da nossa Comissão de Direitos Humanos, tudo que é alegado é efetivamente apurado. Eu não tenho a informação se agora, não sei se são membros da Comissão... Há algum dado nesse sentido? (*Pausa.*) Não, não é? No momento, não está havendo isso, não. Nenhuma reclamação nesse sentido de tortura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A OAB tem peticionado as autoridades a respeito da situação do sistema?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com relação à Colônia Agrícola, a OAB fez alguma reclamação?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Fez.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora poderia, depois, passar para a Comissão?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que a senhora acha sobre as reclamações sobre excesso de prazos no interior dos estabelecimentos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Foi boa essa pergunta, porque eu ia abordar. Eu estava fazendo anotação, porque esse fato me preocupou muito. Tanto que eu chamei a atenção de vários presos, tanto na Máxima, quanto na Colônia, porque eu vi os senhores indagando a eles: "*Quantos aqui estão com a pena vencida?*". Porque eles têm o hábito de dizer: "*A minha pena já venceu*". Aí, o senhor pergunta assim: "*Venceu como? Para ir embora?*" — "*Não, doutora, para ir para progressão de regime.*" Então, nós não temos notícia de preso com pena vencida para sair da cadeia. Nós temos notícia de presos que dizem que estão no direito de ir para um benefício, para uma progressão de pena.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A OAB tem conhecimento de algum caso de mulheres presas nos mesmos estabelecimentos em que estão os homens?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não só a OAB, como eu própria fui testemunha viva disso. Na Comarca de Miranda, existem 4 celas e um corró.



Fica... São 2 celas assim... Agora está em reforma, Deputados. De tanto que eu briguei lá, e até briguei com os juízes — está um “brigueiro” entre eu e eles por conta dessas coisas. Quatro celas assim e um murinho aberto no meio. Uma cela de mulher e 3 de homens. Solta os homens, prende as mulheres. Prende as mulheres, solta os homens. Mas como não dá para prender todo mundo; então, normalmente ficam mulher e homem, ficavam ali misturados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas mulheres haviam presas nessa delegacia?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Nessa delegacia devia ter... Nessa cela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nessa cela.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Nessa cela devia haver umas 18 mulheres.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E quantos homens?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Três vezes isso , no mínimo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem conhecimento de algum tipo de violação, algum tipo de abuso sexual contra essas mulheres, engravidamento de mulheres nessa situação?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Eu ia falar assim: abuso, não; mas violação, sim, porque foi consentida, inclusive gravidez.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Uma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A criança nasceu no interior da cela?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não. Removeram a moça. E o moço veio para a Máxima aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - V.Sa. sabe o nome dessa senhora, da presa?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não me lembro do nome dela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe a delegacia, sabe o período...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sei.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Comissão pode localizar.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem conhecimento de outros municípios onde havia situação semelhante?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - No Município de Sidrolândia uma cliente minha ficou presa temporária num banheiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Num banheiro. Quanto tempo?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Cinco dias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Junto no mesmo estabelecimento masculino?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não havia outro lugar, só havia o banheiro. E, para não colocarem na cela, por imposição minha, e como não dava tempo nem de apreciar um *habeas-corpus* eu optei em deixá-la num banheirinho ali, porque, em 5 dias, o delegado se comprometeu a soltá-la.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Houve abuso sexual?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Houve outro caso de que a senhora tem conhecimento ou um colega seu?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a existência de menores presos em estabelecimentos de adultos?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu gostaria de saber se há muita reclamação por falta de atendimento médico.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Extrema, extremada. E vou lhe dizer que um episódio pessoal ocorrido no mês de janeiro, no plantão, os juízes estavam de férias, estava um plantonista, um juiz plantonista. E eu tenho um cliente, — um cliente, não, eu estava fazendo um favor, para tirar um cadeirante de dentro do semi-aberto urbano, onde ele cumpria pena, sem condições nenhuma, porque



não tem condições: um cadeirante, com um saco de colostomia do lado, onde os outros presos tinham de dar assistência. E, aí, foi dado... o Juiz da 1ª Vara concedeu a saída temporária para tratamento de saúde, até porque o sistema não tem condições físicas nem materiais para tanto. E, no retorno desse preso, ele era obrigado a se apresentar aqui na Máxima, e eu tentei o retorno dele para o semi-aberto urbano, mas o juiz de plantão entendeu que deveria cumprir a ordem que estava escrita, e que ele deveria se apresentar na Máxima. E foi uma confusão muito grande, porque, quando ele veio para a Máxima se apresentar, o oficial de dia não quis receber. Falou: *“Eu não vou te receber, porque eu onde tenho botar. Eu não tenho estrutura”*. Ele falou: *“Mas eu tenho de entrar”*. Aí me ligou desesperadamente: *“Doutora, eu estou na porta da Máxima, e não querem deixar eu entrar”*. Aí, fui eu para o juiz e para o promotor conversar com ambos para ver o que fazer. Aí, o juiz pegou o telefone e mandou recolher o preso. Ele falou: *“Mas eu não tenho onde botar”*. *“Mas recolhe”*. Ele falou: *“Doutora, o meu laboratório aqui é de louco. O lugar que eu tenho é um espaço de louco na Máxima. Eu não tenho lugar para pôr um cadeirante ou uma pessoa paraplégica do estado dele. E eu não posso retornar com ele para o semi-aberto, porque se não eu vou estar descumprindo ordem judicial”*. E os senhores ouviram hoje: na Colônia Penal não tem atendimento médico. Ninguém vai lá. O semi-aberto feminino é atendido, porque tem um posto de saúde, e eles conduzem as mulheres. A Máxima está lá, os homens com as pernas quebradas, engessadas. Os senhores viram. Não tem condições.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Está ótimo. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Kátia...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria fazer só mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Kátia, nós, nessas andanças, cada Estado apresenta uma tragédia própria. Aqui em Mato Grosso, a tragédia que nós vimos foi um verdadeiro acampamento do MST no interior de um estabelecimento penal.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - A Colônia Penal.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ali, nós vimos presos dormindo debaixo de pés de árvores, nós vimos presos em barracas que, segundo eles, eles compram a lona e, quando a polícia chega, rasga a lona. E nós vimos presos dormindo com porcos. Segundo eles, cerca de 70 homens, quando chove, têm de dormir junto com os porcos.

Qual é a definição da senhora para a CPI da situação da Colônia Agrícola?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Se os senhores não abrirem os olhos e não olharem para nós — e eu disse que a nossa realidade é das mais cruéis —, coitado desse povo. Nenhuma esperança vão ter, e essa esperança eles depositaram nos senhores hoje. E os senhores têm a força para ajudar o nosso Estado, para, junto, com o Executivo, o Judiciário, os advogados, o Ministério Público e Defensoria, mudar essa realidade. Agora, está na mão dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer à Dra. Kátia. Na verdade, quando S.Sa. fala que está nas nossas mãos, está nas mãos de Deus, porque as nossas mãos podem falhar, mas as de Deus nunca falham. E nós sabemos que essa é uma tarefa de todos. Eu acredito que só o fato de estarmos reunidos aqui — representantes da União, do Congresso Nacional, do Governo do Estado, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, de agentes penitenciários, da sociedade civil organizada, de igrejas, as entidades aqui representadas, a imprensa — é um sinal de que nós estamos abrindo uma porta para fazermos uma reflexão sobre o sistema. Ninguém tem solução mágica para o problema. Nós sabemos que tem de ser feito investimento. E essa oportunidade que nós estamos tendo aqui... Nós sabemos da dificuldade que um Secretário de Justiça tem para convencer um Secretário de Planejamento de que ele tem que colocar recurso na Secretaria para ela trabalhar. Nós sabemos que na hora de repartir o orçamento do Governo do Estado ou do Governo Federal, se não houver uma forma de sensibilizar o Secretário de Planejamento que vai redistribuir os recursos dos investimentos do Governo para os próximos anos, dificilmente esse setor vai ser olhado como um setor prioritário na distribuição de recursos, principalmente quando se fala de presos. Porque para muita gente existe o ditado que diz que bandido bom é bandido morto. Infelizmente, é um ditado cruel na sociedade. E esse ditado, esses provérbios acabam



influenciando a cabeça de muitas pessoas. Eu tenho certeza de que se o Secretário de Planejamento do Estado visitar a Colônia Agrícola — e ontem o Governador visitou —, se levar o Secretário de Planejamento junto, se levar o Secretário da Fazenda junto para visitar e ver a realidade, na hora de distribuir os recursos, eles vão dar uma participação maior para o Secretário de Justiça e vão colocar recursos para investir no sistema penitenciário.

É vergonhoso! Nós temos Estados, como estivemos semana retrasada no Piauí, em que o orçamento do setor penitenciário para 2008 é zero. Nenhum centavo do Governo do Estado. Zero. Estado como o do Pará, que tem uma economia média, investimento para o setor penitenciário: 8 milhões. Não dá para nada. Sabem quanto é que custa um presídio hoje para se fazer 400 vagas? Está na faixa de 10 milhões. Uma vaga num setor penitenciário custa de 20 a 30 mil reais. Então, se os Governos não tiverem sensibilidade, nós não vamos resolver. E a CPI está proporcionando esse debate.

Quando V.Sa. fala que agora está nas nossas mãos, nossa responsabilidade até aumenta. Mas, com certeza, nós não vamos nos furtar dessa responsabilidade, porque nós queremos ser parceiros do Governo do Estado junto ao DEPEN, junto ao Governo Federal, para que nós possamos encontrar uma forma de o Governo Federal priorizar os projetos já apresentados. Se eu não me engano, o Secretário já me informou que tem cerca de 25 projetos apresentados ao DEPEN para serem analisados, alguns já foram deferidos, e outros nós vamos ajudar no DEPEN, porque nós vamos agora fazer... O próximo passo é convidar o Secretário daqui, nós vamos convidar o Secretário de outros Estados e vamos chamar o DEPEN para uma audiência pública. E nós vamos cobrar do DEPEN todos os projetos que os Estados apresentaram e que ainda não foram aprovados pelo DEPEN. E vamos saber também quais são os critérios que estão sendo definidos pelo DEPEN na distribuição e aprovação de projetos. E, dessa forma, nós vamos colaborar com o Governo do Estado.

Sabemos que o Governo Federal tem uma responsabilidade muito grande aqui, porque nós temos quilômetros de fronteiras abertas, fronteira seca, e a modalidade de crime que mais cresce aqui é o tráfico. E nós sabemos que o tráfico é uma modalidade de crime que é praticamente de responsabilidade de combate do



Governo Federal. E se o Governo Federal é omissivo na vigilância das fronteiras, ele tem de ser parceiro para resolver o problema aqui, porque o impacto é nos Estados que têm as fronteiras com esses países que abastecem o Brasil com toneladas de drogas. E o Estado do Mato Grosso do Sul tem fronteiras com esses países que nós sabemos que abastecem o Brasil e o mundo com cocaína neles extraída. Então, nós queremos ser parceiros, sim. E podem contar conosco, porque, além de diagnosticar e ouvir as reclamações e denúncias, nós também queremos ser parceiros na solução desses problemas.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Viu como foi bom ouvir e passar para as mãos do senhor a ajuda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só mais 2 perguntas.

Eu fiquei impressionado com a quantidade de processos na OAB: 10 mil. Quantos advogados têm inscritos na OAB Estadual?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Treze, quase 14 mil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quatorze mil. A senhora tem informação de quantos advogados funcionam como dativos ou não existe mais essa figura?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Existe, sim, mas é com maior atuação na Justiça Federal, porque a Defensoria Pública aqui não atua lá, tem a federal. E lá há mais até o hábito de nomear defensores dativos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, todo o Estado está coberto pela Defensoria?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só fazer uma pergunta também, Sr. Relator, relacionada aos advogados. É uma preocupação nossa, eu fui Vice-Presidente da CPI do Tráfico de Armas, e nós fizemos um trabalho sobre o PCC no Brasil. E nós descobrimos e alertamos a OAB, a OAB Federal, sobre os advogados que hoje, no Brasil, deixaram de ser simplesmente agentes do Direito e da defesa para serem sócios do crime organizado. E muitos passaram a ser sócios das facções criminosas. Nós sabemos que o PCC também, ele patrocina a formatura de muitos advogados para serem advogados do PCC.



Inclusive o PCC tem comprado vaga em algumas OABs para alunos financiados por eles passarem para ser advogados do PCC com carteira da OAB. E muitos advogados são reféns. Hoje, muitos já são reféns do PCC. Mesmo que queiram largar, não conseguem. E nós sabemos que o PCC é forte aqui em Campo Grande, forte no Mato Grosso do Sul. É o segundo Estado em que ele tem o maior núcleo de atuação. E aqui não deve ser diferente de Estados como São Paulo, onde o PCC... Só em São Paulo, o PCC tem... nós conhecemos 34 advogados que advogam exclusivamente para o PCC. Exclusivamente.

A OAB do Mato Grosso do Sul já está preocupada também com essa possibilidade de ter nos seus quadros advogados que atuam exclusivamente para o PCC e que já são reféns também do PCC, ou que já foram vítimas do PCC? A OAB está preocupada com isso? Porque é fácil identificar os presos que são comandantes que são comandantes do PCC dentro do sistema prisional e é fácil identificar, através da lista de entrada de visita dos advogados, quem são os advogados que atuam para o PCC no Mato Grosso do Sul.

A OAB também já está preocupada com essa possibilidade de muitos advogados que já se tornaram reféns posteriormente se tornarem vítimas do PCC aqui dentro do Estado?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Olha, Sr. Presidente, a OAB se preocupa sempre, em se tratando até de abalo do nome da própria entidade, mas eu posso lhe dizer que apesar do PCC... de terem notícia de que o PCC é forte no Estado, nós não temos tido problema com advogados que militam e trabalham para os membros do comando. Eles têm sido bastante cautelosos, acredito eu, inclusive os próprios comandantes do partido, como eles chamam. Falo isso tranquilamente para os senhores, porque já tive oportunidade de conversar com alguns líderes sobre situação de prestação de serviço e tudo o mais, e eles têm sido bastante cautelosos e respeitosos para com os advogados locais. Então, eu lhe afianço que, no momento — e eu estou já na vice-presidência há 1 ano, já estou entrando no segundo ano —, não tivemos problema em nível que envolva o PCC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem informação se há alunos de Direito de quem as mensalidades estão sendo pagas pelo PCC?



A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - No Estado, não. Não. Inclusive eu tenho informação de colegas que já foram sondados, inclusive eu própria já recebi convite para prestação desse serviço e... mas são pessoas isoladas, que não têm vínculo nenhum. É pelo nome, pelo bom trabalho que desenvolve. Até a gente rejeita, eu agradei, senti-me lisonjeada, mas eu falei que não era o meu ramo de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para tirar... para ficar claro: a senhora recebeu convite para ser advogada de membros do PCC?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Recebi. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto à forma de pagamento que eles utilizam, eles pagam em nome do PCC ou pagam em nome do cliente que foi contratado?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Doutor, não recebi nenhum pagamento, porque não aceitei o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a senhora recebeu a proposta.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Apesar de ser muito tentador, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a senhora recebeu proposta?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é possível que o PCC já esteja aliciando advogados aqui para serem defensores exclusivamente deles?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Eles estão buscando advogados bons. Eu agradeço, e por isso que falei que fiquei lisonjeada por me considerar uma delas, na compreensão deles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dra. Fernanda...

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Kátia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Kátia, desculpa, Kátia Maria de Souza.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Isso.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Um dos objetivos da Comissão é investigar o poder dessas organizações no interior do sistema carcerário.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E nós temos depoimentos que colocam o poder dessas organizações fora do sistema: investimento em postos de gasolina, em boates, numa série de setores da economia, e também em investimento por dentro do Estado. Se a senhora tiver alguma informação relevante que possa prestar à Comissão de forma reservada a gente agradeceria.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Eu posso afiançar ao senhor que não tenho, e por isso... A não ser que queiram me ouvir de forma reservada, mas não existe, porque foi uma vez uma conversa e não houve mais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Uma última pergunta, Sr. Presidente.

Outro fato que me impressiona, além do poder do PCC, dos relatos sobre o PCC aqui — e aqui estão Fernandinho Beira-Mar e Abadia, por aqui já passou Marcola, etc. Mas também já fomos informados que há um presídio militar com mais de 100 militares presos, condenados, inclusive oficiais de alta patente. Eu me pergunto: onde está o perigo? Entre o PCC ou bandidos infiltrados com a farda? O que a senhora tem a dizer sobre esse número tão expressivo de militares envolvidos com crimes?

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Na verdade, eu não reputo isso como uma relação direta entre comando, entre PCC e militares. Na verdade, eu reputo tudo isso que está acontecendo — e os senhores... ali... Sobre a Máxima, é o presídio militar, naquele andar de cima, onde os senhores estiveram hoje, certo? Então, os oficiais, os PMs que estão cumprindo pena ali são por mais variados delitos e deslizes no desempenho de suas funções, certo? Eu reputo que os que praticaram efetivamente crime buscaram, aventuraram-se na busca de um dinheiro para vir suprir as suas necessidades, que são muitas, porque, infelizmente, os policias militares não são remunerados da forma como deveriam ser, pela forma de frente como toda a Polícia deve ser remunerada, e acabam se envolvendo e deslizando nessa situação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Dra. Kátia a sua participação.

A SRA. KÁTIA MARIA SOUZA CARDOSO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos passar a palavra agora ao Secretário de Justiça, o Sr. Wantuir Francisco Jacini.

Enquanto o Sr. Secretário se prepara para fazer uma apresentação, eu quero registrar a presença do Delegado Dr. Fernando de Paula Lousada, que é Diretor-Geral da Polícia Civil aqui do Estado de Mato grosso do Sul. Quero também registrar a presença do Coronel Hilton Villasanti Romero, Diretor-Presidente da Agência Estadual do Sistema Penitenciário — AGEPEN.

Quero também registrar a presença do Sr. Antônio André Medeiros, Promotor da 2ª Vara de Execução Penal. Está conosco o Dr. Arcelino Vieira, que é Delegado da Polícia Federal e Diretor do Presídio Federal de Campo Grande. Quero também registrar a presença do Prof. Oscar Maurício Martinez, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; do Delegado André — ele tem um nome difícil —, Superintendente de Segurança Pública aqui do Estado, Dr. André Matsushita — um nome difícil mesmo. Também o Sr. Eduardo Macao, que é Coordenador da Pastoral Carcerária e que já anunciamos; a Dra. Neila Ferreira Mendes, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos da Defensoria do Estado do Mato Grosso do Sul e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Também estão presentes a Dra. Daniele Osório, Defensora Pública da União; o Sr. Oldemar de Oliveira, Diretor do Presídio de Trânsito; o Sr. Rafael Garcia Ribeiro, Procurador da Entidade Pública do Estado, integrando a equipe do Secretário de Segurança Pública do Estado; o Sr. Luís Carlos Raniere, oficial penitenciário; o Sr. Acir Rodrigues, gestor penitenciário, o Sr. Mauro César, gestor penitenciário, o Sr. Cezar Delmondes, agente penitenciário federal; Dr. Sidinei Pereira de Melo, Presidente da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB. Também o Sr. Luís Carlos Telles Junior, Procurador de Entidade Pública da Superintendência de Polícia Penitenciária, e do Sr. Edilson Ferreira, Diretor do Semi-Aberto urbano daqui da cidade de Mato Grosso.



Com a palavra... Vamos receber aqui os documentos, a CPI vai receber os documentos das mãos do representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos. *(Pausa.)* Então, nós estamos recebendo o relatório final da violação dos direitos humanos feito aqui pelo conselho da cidade de Campo Grande, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado do Mato Grosso do Sul, o Sr. Oscar Maurício Martinez. A CPI recebe este documento e vai anexar aos depoimentos e aos demais documentos recolhidos aqui nesta tarde. *(Pausa.)* A CPI agradece.

Nós vamos também receber um outro documento que está sendo apresentado, solicitando a interdição do presídio federal, está sendo feito pela Nabiha Maksoud, advogada aqui da... advogada interna do presídio federal aqui do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, a CPI recebe esse documento e vai anexá-lo também aos demais documentos recebidos aqui nesta tarde.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Já que é entrega de documentos, deixe-me aproveitar para o seguinte: aqui é uma coleção de documentos produzidos pela Assembléia Legislativa, aprovada pelos Deputados, que foi enviada a vários órgãos, desde o Ministério da Justiça, a Secretaria de Justiça, o Governo, aos departamentos do sistema prisional. Então, está aqui toda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI recebe das mãos do Deputado Pedro Teruel, Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, e do Deputado Cel. Ivan, os documentos produzidos pela Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. Também serão anexados aos demais documentos recebidos aqui por esta Comissão.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, sim, com a palavra o Sr. Secretário de Justiça Wantuir Francisco.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Exmo. Deputado Federal Neucimar Fraga, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário, em nome de V.Exa. eu cumprimento os demais integrantes da CPI, as autoridades que estão à mesa, as autoridades já nomeadas pelo Cerimonial, as senhoras e os senhores.



Eu fiz uma apresentação. Como o tema é muito longo e grande, e para que não se perdesse, eu fiz uma apresentação objetiva. No sumário, eu vou falar sobre introdução, situação, ações imediatas, reestruturação administrativa e operacional, estabelecimento penal semi-aberto de Campo Grande, sugestões e conclusão. Abordarei isso em 10 minutos no máximo.

Sistema penitenciário nacional. Os senhores, na introdução, já mostraram o conhecimento que a CPI tem e a importância do sistema penitenciário para a Justiça e a segurança pública. Mas esse sistema penitenciário já vem com muitas dificuldades em nível nacional nos 27 Estados brasileiros, e, aqui no Estado do Mato Grosso do Sul, houve fatores que agravaram sobremodo o sistema penitenciário. Eu vou citar apenas alguns.

Desequilíbrio econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, de janeiro a outubro de 2007. Esse desequilíbrio retardou toda a execução do planejamento estratégico do Estado, porque o Estado ficou com as contas bloqueadas e impedido de tomar providências administrativas que viessem a enfrentar as questões. A folha de dezembro de 2006 não foi paga. Então, o Governador teve de pegar um empréstimo no Banco do Brasil para pagar o salário. E esse pagamento de salário de funcionários públicos foi até outubro. Portanto, até outubro de 2007, o Governo ficou imobilizado pelas contas públicas não pagas pelo Governo anterior. E isso retardou toda a ação de planejamento e execução realizada anteriormente.

A partir de outubro, então, começaram as providências. Planejamento de concursos públicos, planejamento de construção de vagas, licitações, reformas, enfim. Aumento de 19 para 37 unidades penais no espaço de 2004/2006, sem aumentar o efetivo. A AGEPEN cuidava de 19 estabelecimentos penais com 1.234 servidores. Praticamente esses presídios dobraram para 37. Portanto, aumentaram 18, mas o efetivo permaneceu o mesmo. Ora, com a realocação desses servidores para os novos, o controle e a fiscalização dos presídios ficaram prejudicados. Esse também foi um fator agravante do sistema penitenciário. A destruição total dos 2 maiores presídios do Estado. Com essa destruição total, interromperam todas as providências, interromperam as atividades voltadas para a ressocialização. E não só os 2 principais presídios foram destruídos: os outros 2 maiores foram parcialmente



destruídos; 2 cadeias públicas também destruídas. De modo que esse fator também aumentou o caos do sistema penitenciário do Estado.

Progressão para o regime semi-aberto decorrente de decisão judicial, sem tempo para que o Estado se prepare para cumprir a determinação judicial. Então, o Supremo Tribunal Federal autorizou a progressão do regime fechado para o semi-aberto em um sexto dos crimes hediondos. Ora, o Executivo, para cumprir as decisões judiciais e também as leis, ele tem de cumprir outras leis: as Lei de Licitação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, enfim, todas as leis que regem a Administração Pública. Não se pode cumprir as leis de imediato. Então, nós temos outras leis para seguir. Então, eu citei alguns fatores.

A população carcerária de Mato Grosso do Sul: 9.481 presos nos estabelecimentos penais. Em delegacias de polícia: 1.582. Esses números variam porque todos os dias entra preso e sai preso. Total de presos: 11.063. Isso em 1º de janeiro de 2008. Vagas existentes: 4.216. Déficit de vagas: 6.847. Cada vez que fazem uma lei mais severa e não aumentam a previsão orçamentária para o cumprimento dessa lei, aumentam-se os presos e não se aumentam as vagas.

Ações imediatas que estão sendo tomadas pelo Governo: ampliação do número de vagas. Só a partir da ampliação do número de vagas poderão ser realizadas todas as demais providências de ressocialização, de saúde, de trabalho, de reinserção, a classificação de presos por crimes, por periculosidade. Porque é preciso ter espaço para colocar os presos, para poder fazer-se essa classificação.

Dois Irmãos do Buriti, é um presídio que foi construído com recursos do Governo Federal, mas ele precisa de adequação. E não só de adequação — estão sendo feitas licitações para adequá-lo —, mas também de concursos de policiais militares para realizar a guarda externa e de servidores da AGEPEN para cuidar de ressocializar e cumprir o seu papel internamente.

Cadeia de Campo Grande: 110 vagas. Elas são lá no final da Máxima, que os senhores estiveram visitando hoje. Então, temos 110 vagas que estarão prontas em breve, talvez em 2 meses.

Cadeia de Dourados: 160 vagas. Também está sendo construída.

Ativação total do estabelecimento penal de Naviraí, vai representar mais 100 vagas.



Ampliação da Colônia Penal Agrícola, em que os senhores estiveram hoje, estão sendo construídas 3 alojamentos para 650 vagas, o que vai possibilitar reformar o outro alojamento hoje ocupado. Elevaremos, então, a Colônia Penal para umas 850 a 800 vagas da Colônia Penal. E, com isso, estaremos desafogando os 3 grandes presídios da Capital que têm uma hiperpopulação carcerária. Portanto, 1.320 vagas, nos próximos 5, 6 meses, estarão disponíveis.

Construção do semi-aberto de Campo Grande para mil vagas. Essa é a área de 50 hectares que o Governo do Estado desapropriou há exatamente um mês. E, na data de hoje, 12 de março, foi efetuado o pagamento da área de 251 mil. Lá serão construídas mil vagas. Na realidade, serão 4 estabelecimentos justapostos. Portanto, serão estabelecimentos de 250 vagas, isolados um do outro, mas todos justapostos, permitindo, então, uma melhor administração e uma melhor economia da segurança externa e do trabalho também interno dos servidores. E o prazo para essa construção é estimado em até 18 meses.

Construção do Estabelecimento Penal Feminino de Campo Grande: 256 vagas, este com recurso federal. Foram aprovados, agora, no dia 4 de março, pelo DEPEN, os recursos para a construção desse estabelecimento feminino que vai ser nessa área que hoje o Governo adquiriu. Essa área, ela será dividida em 2 hemisférios: o hemisfério destinado aos estabelecimentos semi-abertos, e o outro aos estabelecimentos fechados. Nos estabelecimentos semi-abertos serão desenvolvidas atividades agrícolas e, também, industrial. Nele estão previstas 1.100 metros quadrados para as oficinas industriais.

Construção do estabelecimento penal, 18 a 24 anos — esse com recurso do PRONASCI. São 421 vagas. É um compromisso do Ministro da Justiça com o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul ainda sem previsão. A estimativa de previsão seria para 2008. É de notar, até então, que o número de vagas a que me referi são todas para início em 2008, algumas inaugurações em 2008 e outras com início das obras em 2008.

Total: 2.997 vagas. Déficit atual de vagas: 6.847. Redução do déficit para 3.850 vagas. Isso se se mantiver a população carcerária de hoje. Vai depender muito das leis de reclusão e de outras medidas, leis que ampliem os crimes, os tipos criminais, tipos penais que prevejam penas alternativas.



Reestruturação administrativa e operacional. Foram apresentados ao Ministério da Justiça 25 projetos para... Em 2007, apresentamos 25 projetos para 2008. Esse projetos abrangem 7 projetos para construção e reforma, totalizando R\$11.252.867,80; 7 projetos destinados a reintegração dos presos totalizando R\$2.049.315,70; 11 projetos visando ao reaparelhamento do sistema penitenciário. Total dos projetos: R\$25.613.814,00. Esses projetos destinavam-se, repito, a 2008. Dos 25, foram aprovados 12. Os 12 projetos aprovados, com recursos do FUNPEN, e em contrapartida do Estado, foram: 2 projetos para a construção do estabelecimento penal feminino, em Campo Grande, o Presídio Feminino de Campo Grande, e também o Centro de Saúde do Complexo Penitenciário, lá na Máxima, perto da Máxima. Ali são 3 presídios: a Máxima, o IPCG e Presídio de Trânsito. Então, lá vai ser construído, então, um centro de saúde para atender aqueles 3 mil e 400 internos, além das enfermarias existentes nos presídios. Enfatizo o fato de que a enfermaria da Colônia Penal foi totalmente destruída, desculpe-me, da Máxima, foi totalmente destruída na rebelião — os gabinetes odontológicos, os 2 gabinetes odontológicos, os gabinetes médicos. E isso, apesar dos investimentos de 5 milhões e 200 mil na Máxima, ainda não está totalmente recuperado. Três projetos para a reintegração e ressocialização dos presos. Três projetos para a capacitação dos servidores, totalizando 519 mil. Quatro projetos para reaparelhamento do Sistema Penitenciário. Total dos projetos aprovados com recursos do Governo Federal, do FUNPEN: 11 milhões, 776 mil, 296 reais e 70 centavos para o ano de 2008. E mais a construção da penitenciária para jovens e adultos, de 18 a 24 anos, com recursos do PRONASCI — compromisso do Ministério da Justiça com o Governador. Agora, investimentos do Estado; investimentos do Estado no sistema, na Secretaria de Justiça e Segurança Pública: construção de Estabelecimento Penal Semi-aberto de Campo Grande para mil vagas, estimado em 7 milhões; reforma e ampliação da Colônia Penal, estimada em 500 mil — a Colônia Penal, portanto, com recursos exclusivos do Estado; adequação da estrutura física do estabelecimento penal de Dois Irmãos do Buriti, estimada em 600 mil reais; reforma e ampliação em cadeias públicas de 12 Municípios do Estado, totalizando 2 milhões e 95 mil; curso de capacitação para oficiais penitenciários, na área de segurança e custódia, outubro de 2007 a fevereiro de 2008 — 198 servidores especializados; realização de



palestras e seminários para 526 servidores; curso de capacitação para oficiais penitenciários, na área de apoio operacional, previsão para o segundo semestre de 2008, para 100 servidores; curso de formação para 220 agentes penitenciários, início 28 de março até 28 de julho. Esse será o acréscimo. Desde 2004, esse é o primeiro acréscimo de efetivo de servidores, e esse acréscimo de 220 vai permitir o aumento de servidores na Colônia Penal, na Máxima, e em Naviraí e ativação de Dois Irmãos do Buriti. Programas de Ressocialização e Trabalho: 25 convênios com empresas públicas e privadas, abrangendo Capital e interior, utilizando mão-de-obra prisional de 639 internos remunerados — a própria Colônia Penal tem um grupo, um quantitativo expressivo de internos que trabalham na Prefeitura, que trabalham na EMBRAPA; trabalho nos presídios sem remuneração, mas com remissão de pena: 2.334 internos. Programas de ressocialização, educação: 19 unidades penais com salas de aula em funcionamento, 2 na Capital e 17 no interior, atingindo 518 internos — antes da rebelião de 2006, 50% do efetivo da Máxima de internos estudavam. Eles destruíram bibliotecas, salas de aula e todo o aparato de ensino, assim como outros aparatos de ensino e de ressocialização da Máxima; implantação de bibliotecas em 11 unidades prisionais. Inclusive, na Máxima, já começamos a implantar biblioteca, com a colaboração de Parlamentares, inclusive aqui do Estado. Programas de ressocialização, promoção social: assistência religiosa em todos os 37 estabelecimentos penais, da Igreja Católica ou Protestante; cursos profissionalizantes de inclusão no mercado de trabalho, atingindo 317 internos. Programas de ressocialização, saúde: convênio com a Universidade Estácio de Sá para os cursos de Farmácia, Bioquímica e Fisioterapia para auxiliar no atendimento aos internos das unidades prisionais da Capital; parceria com a Secretaria de Saúde na cedência de servidores — médicos, odontólogos, serventuários — e também daquela farmácia básica nos presídios. Ampliação dos programas de ressocialização; contratação de servidores penitenciários — os 220, o que vai permitir, então, um maior trabalho de ressocialização em todos os principais presídios; cursos de atualização profissional; investimentos em serviços de inteligência — a inteligência é essencial para manter a integridade dos presos, dos servidores e, também, das instalações; reestruturação da Corregedoria do Sistema Penitenciário, no âmbito de Mato Grosso do Sul. É essencial que os desvios de



conduta sejam apurados, atendendo ao princípio da ampla defesa, e aqueles que sejam provadas as responsabilidades administrativas que sejam apenados. Ações a realizar em 2009 e 2010: construção, no interior do Estado, de 10 estabelecimentos penais para cumprimento de pena em regime semi-aberto — serão semi-abertos regionalizados; construção de um segundo presídio semi-aberto em Campo Grande. Decorrente desse um sexto e decorrente da necessidade de aumentar o número de vagas, será preciso construir mais um semi-aberto na área que foi adquirida e paga na data de hoje. Sugestões em nível nacional: não contingenciar o Orçamento da União destinado à Justiça e à Segurança Pública — existe um projeto, já aprovado no Senado, que hoje está tramitando na Câmara dos Deputados; aumentar progressivamente em até 3% do PIB nacional a destinação de recursos da União para a Justiça e Segurança Pública. Não é possível que a Segurança Pública, que preserva e protege o direito à vida, à propriedade e à liberdade dos cidadãos, e que é um direito natural do homem; não é possível que o segmento que cuide disso não tenha um orçamento compatível, muito aquém das necessidades, muito aquém dos outros segmentos da saúde e da educação, que são acima de 10% do PIB. Não chega a 1% do PIB o Orçamento da União, o recente Orçamento da União, destinado à Justiça e à Segurança Pública. Aumentar o rol de crimes apenados com penas alternativas. Os crimes de baixo potencial ofensivo precisam de reprimenda, mas reprimenda com penas alternativas e não colocar esses criminosos junto com criminosos de alto potencial ofensivo, onde eles vão receber um aprendizado e vão sair especializados em vez de ressocializados e recuperados para a sociedade. Utilização de videoconferência para as audiências criminais. Uma turma do Supremo Tribunal Federal aceita; outra, não. Essas audiências, as videoconferências, agilizam o processo de execução, diminuem as despesas porque, só para os senhores terem uma idéia, temos aqui em Campo Grande uma companhia com 150 homens destinada a fazer escolta para atender as audiências. Então, esse efetivo poderia estar fazendo a segurança pública se essa prática estivesse totalmente implantada. Temos, em Campo Grande, a implantação dessa prática na Vara de Execuções do regime aberto, do semi-aberto, inclusive idéia e projeto do juiz das execuções. Mas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, só para interromper, vou conceder ao senhor mais 3 minutos para a conclusão, porque depois vamos precisar de fazer mais algumas perguntas, aí o senhor poderia usar o tempo para...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sem dúvida nenhuma, estou à disposição. Então vamos à conclusão. Aliás, total dos recursos. Recurso Estadual na Secretaria de Justiça e Segurança Pública: 35 milhões para 2008. Alguns projetos vão se estender até 2009, mas esses 35 milhões estão reservados para 2008, abrangendo todas as instituições. Recurso Federal no Sistema Penitenciário: 11 milhões, 776 mil e 296 do FUNPEN, Ministério da Justiça, mais o compromisso estimado de 15 milhões num presídio de segurança média, com recurso do PRONASCI. Conclusão. Projetos no Ministério da Justiça para 2009-2010, em torno de 45 milhões — os 13 projetos que não foram aprovados para 2008 mais os projetos que contemplam estabelecimentos penais para Ponta Porã, Dourados, Corumbá e uma cadeia pública para Campo Grande ou presídio de trânsito. Projetos do Estado para 2009-2010: estimados em 25 milhões. Só que tem compromisso do Governador em que, se a economia do Estado responder, ele aumenta essa estimativa de previsão. Eu falei bastante aqui em vagas porque só construindo vagas nós vamos poder dar dignidade, nós vamos poder realizar trabalho, nós vamos poder fazer classificação, nós vamos poder trabalhar com ressocialização e com reinserção penal. Os projetos que eu apresentei, eles são muitos, mas são muito poucos também para a necessidade. A nossa necessidade é muito maior em face da população carcerária, mas é o que os recursos disponíveis permitem. Idéias há muitas, muitas idéias. A OAB está com um programa de violência, e é um programa muito bom porque ele traz para a agenda, traz para a agenda a violência criminal. E essa violência criminal tem como base a violência social; a violência social que começa quando a mulher deixa o lar e vai trabalhar e vai prover, vai o marido e vai a mulher, e os filhos ficam terceirizados, muitas vezes terceirizados com pessoas incapazes de cuidarem de si mesmo, o que dirá dos filhos dos outros. Há questões sociais de falta de habitação que nós vemos nas favelas, nos grandes centros brasileiros, nos grandes Estados brasileiros. De modo



que todas as questões sociais estão na base da violência e da criminalidade. Muito obrigado pela oportunidade e estou à disposição para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos.

Eu queria aproveitar e fazer duas perguntas para o Secretário. Em seguida, o Relator terá a palavra e, depois, vamos ouvir os juizes das Varas de Execuções Penais para darmos prosseguimento à nossa CPI e audiências, inclusive com algumas reservadas, que vão ser feitas pelo Relator.

Sr. Secretário, estivemos hoje na penitenciária agrícola, e a situação ali é precária, é desumana. Eu até considero que ali não é para beneficiar ninguém com progressão de pena, é até uma regressão do sistema. Quem sai da Máxima, que apesar da superlotação está em boas condições; quem sai de uma cela onde tem 2, era para caber 2 e tem 6, mas as instalações visivelmente melhores, e progride para um semi-aberto e vai disputar lugar com os porcos, vai dormir debaixo de barraca de lona, em cima de cama de madeira, feita com pedaço de pau, ou então que vai para dentro do galpão disputar lugar com o local onde cabem 80 presos e tem 400, 500, eu considero que não progride, está regredindo, e dificilmente nós não poderíamos classificar o comportamento daqueles presos que estão ali como bom, porque só fica lá porque quer.

Dois agentes para cuidar de 600 presos não tem como. Sem uma cerca, sem um limite, o limite é o olho, não tem um limite; não tem uma área delimitada para que os apenados possam pelo menos saber: aqui é o meu limite. Não tem. É tudo aberto. Dois agentes. Os agentes não podem agir energicamente em algumas situações porque eles são vítimas. Ou eles fazem vista grossa ali, ou eles são vítimas dos que já progrediram para aquele regime. A gente sabe que muitos ali não têm nem condição. Se não fosse a decisão do Supremo, não estaria ali, estaria na Máxima ainda, porque a gente sabe do risco que eles têm em relação à criminalidade.

A situação é desumana, é precária, é um retrato da falta de investimento nos últimos anos, é um retrato do abandono, é um retrato do descaso. E eu não estou falando de Governo; eu estou falando de Estado, é problema de Estado, não é de Governo, de Estado.



Estão sendo construídos aqueles galpões laterais ali. Em quanto tempo nós poderemos deixar uma expectativa para a sociedade sul-matogrossense de que as instalações atuais serão interditadas e aqueles presos passarão a viver pelo menos nos novos galpões? Em quanto tempo aquela obra vai estar pronta para poder interditar algumas instalações ali e passar aqueles presos para um sistema melhor?

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Eu compreendo esse desabafo de V.Exa. e de toda a Comissão, até como uma constatação gravíssima da situação. Essa mesma reação eu tive quando cheguei lá em janeiro de 2007, em fevereiro, em março, em abril. Toda vez que eu vou lá eu volto indignado e deprimido. E é exatamente por isso, é exatamente por isso que o Governo do Estado está fazendo investimentos da ordem de 500 mil para minorar aquela situação, fazendo alojamentos para 650 vagas, provisoriamente, provisoriamente. O semi-aberto definitivo é o que será construído com recurso do Estado na estrada da Gameleira e na área que foi paga no dia de hoje. Aquela obra que o senhor viu, ela tem hoje 30 dias de execução e a previsão é para 120 dias. As chuvas têm atrasado um pouco o desenvolvimento da obra, mas eu espero que ela fique concluída antes dos 120 dias previstos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós trouxemos uma fotos que fizemos lá hoje, e peço que sejam reproduzidas ali, para quem ainda não conhece, enquanto a gente vai discutindo, para ficar reproduzida ali na parede.

Uma outra pergunta que eu queria fazer para o Secretário. Nós visitamos hoje o Presídio de Segurança Máxima e vimos lá, na parede do presídio, algumas homenagens ao PCC. Nós temos lá um auditório que tem uma homenagem de Natal: nós, da família do PCC, agradecemos e parabenizamos... Isso em papel luminoso, mais ou menos. Nós trouxemos até a foto aí que vai ser mostrada. Até hoje aquela homenagem está ali. E nós fomos informados por alguns agentes de que há regulamentação para não tirar aquilo ali, porque senão o PCC acha ruim.

Existe algum entendimento entre os administradores ali e o PCC para que haja essa convivência nesse período para o PCC não atormentar a cadeia?

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Desconheço essa foto. Estou tomando conhecimento dela agora também e desconheço também qualquer entendimento. Agora, a administração de um presídio que tem capacidade para



abrigar 400 e tem 1.400, os servidores, eles certamente adotam algumas providências para controlar esses 1.400 presos; essa super, hiperpopulação carcerária. A presença do PCC, foi o PCC que liderou e quebrou o presídio em 2006 e destruiu tudo. E a presença do PCC é reconhecida, é sabida em todo o sistema penitenciário aqui do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós temos uma informação de que foi instalado bebedouro lá na Segurança Máxima, de que esse bebedouro foi financiado pelo PCC. O senhor tem conhecimento ou a Secretaria pagou realmente a instalação de bebedouros lá na Máxima?

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Desconheço esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os bebedouros que estão lá foram instalados pela Secretaria?

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Os bebedouros foram todos destruídos na rebelião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem um novo...

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Todos eles foram destruídos. Muitos dos mobiliários que estão lá foram doados pela Receita Federal, por outras instituições, pelas Secretarias de Governo. Então, foram remontados assim, porque os recursos do Governo Federal foram para obras, foram basicamente para obras. Foram 5 milhões e 200. Recursos também do Governo Federal, o sistema de raios-X, de sensores, enfim. Mas para mobiliário, não. Material permanente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor também não descarta a possibilidade de um daqueles bebedouros terem sido doados pelo PCC?

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Eu desconheço isso. Eu vou mandar investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A informação que nós temos é que tem um daqueles bebedouros...

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... um de 3 bocas que foi doado pela instituição PCC.



O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Então, aqui do, aqui desse púlpito, já determino ao Presidente da AGEPEN, que está aqui presente, que amanhã instaure sindicância para apurar esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Saber qual foi a instituição que fez aquela...

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Exatamente, para saber o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... aquela doação ali.

O SR. WANTUIR FANCISCO BRASIL JACINI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, nós, com essa determinação do senhor, e vamos, inclusive, também fazer esse reforço aqui, porque a presença de uma instituição como essa dentro do presídio, com doação, com agrados, realmente assusta tanto os agentes quanto os próprios presos de outros regimes que poderão chegar ali. E, com a presença forte de uma facção dessa, acabam se intimidando e têm que se filiar a uma facção criminosa como essa, que sabemos já tem dominado alguns presídios no Brasil. Somente no Estado de São Paulo e aqui, no Mato Grosso do Sul, sabemos da forte presença, e realmente poderá acarretar uma situação semelhante.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Eu gostaria, se o senhor permite, só complementar com relação ao PCC. A atual administração impediu que o PCC levasse a efeito o que ele queria: destruir novamente os presídios, removendo as lideranças para o Presídio Federal de Catanduvás e também para o Presídio Federal de Campo Grande. Lideranças menores foram remanejadas para outros presídios do interior do Estado. Mas o enfrentamento com eficácia e eficiência dessa facção negativa só vai acontecer quando tivermos mais vagas e capacidade de separá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto. Mas mesmo assim, parabenizo o Secretário. Percebemos que, diante do caos que pegou, há um esforço para a solução dos problemas, inclusive com a apresentação desses projetos do DEPEN e a sinalização de que o Governo do Estado e a Secretaria estão interessados e se esforçando para resolver o problema, mesmo sabendo que o problema ainda existe e poderíamos demorar alguns meses para resolvê-lo.



Com a palavra o Relator para também fazer as suas interpelações ao Secretário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Wantuir, vou fazer algumas perguntas bem objetivas, e se o senhor também pudesse ser bem objetivo seria muito bom para nós todos.

Pergunto ao senhor quanto custa hoje a implantação de uma vaga no sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só, Relator, pedir ao Diretor que pudesse...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Puxa mais a foto, mais para cá. Amplia. Volte. Volte lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa é a foto que está lá na parede do 2º andar onde tem uma sala de recreação, de espera. Pare, por favor: nós, da família PCC, desejamos a todos um Feliz Natal e um Ano Novo... Já estamos em março, 3 meses, e essa mensagem ainda está na parede ocupando esse tamanho. E os agentes falaram que eles não podem tirar de lá, porque se eles tirarem serão ameaçados, e são orientados a não tirar, para não mexer com o PCC, porque foram eles que colocaram e não pode tirar. Quero saber se a Secretaria poderia determinar também a retirada dessa inscrição da parede.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Acabei de dar determinação agora, na presença de todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, voltando essa mensagem de Feliz Ano Novo e Feliz Natal, o PCC, Primeiro Comando da Capital e Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul. Ou seja, identifica o partido no âmbito do País e identifica que aqui, em Mato Grosso do Sul, tem um núcleo, tem um diretório regional. E, como bem disse o Presidente, ou o PCC está economizando para esperar já o próximo Natal, o próximo Ano Novo, portanto deixou ali... Aí é um ambiente onde eles recebem as famílias, os filhos, mulheres. Portanto, é bem simbólica essa expressão de felicitações.

Sr. Secretário, se o senhor pudesse informar qual é o custo de um preso, hoje, no Mato Grosso; se esse custo é uniforme em todos os estabelecimentos, se



na Capital é mais caro do que no interior e qual o custo de implantação de uma vaga.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - O custo médio de um preso é de 868 mil. Agora, esse custo médio... O custo, dependendo do tipo de estabelecimento penal, vai variar. Eu me equivoquei, é 686. Estou me equivocando com número aqui...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Fique à vontade.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Já vou lhe responder. Se o senhor puder fazer outra pergunta, vou respondendo e, na seqüência, respondo essa com exatidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois, se o senhor, ao fazer sua consulta, na colônia penal agrícola o custo é o mesmo e o que compõe esse custo.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - O custo compõe o salário dos servidores, energia elétrica, telefone, material de expediente, alimentação, os trabalhos de ressocialização, onde tem. Então, isso compõe o custo. Mas como há diferença de regime — regime fechado, semi-aberto, aberto — também há diferenças de cada preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pode ficar à vontade.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Já tenho aqui, por favor. Despesa média mensal por interno: 686 reais e 39 centavos. Os itens que compõem esse custo, o custeio: 22 milhões, 240 mil, 664 reais e 92 centavos; abrange, então, água, luz, telefone, material de expediente; folha de pagamento: 48 milhões, 669 mil, 713 reais; pagamento dos servidores; restos a pagar: 4 milhões, 619 mil, 717 reais e 55 centavos. Total do exercício de 2007: 75 milhões, 530 mil, 095 reais e 47 centavos. Despesa média anual por interno: 8 mil, 236 reais, 65 centavos, e a despesa média mensal por interno: 686 reais e 39 centavos. Então, o total do exercício 2007 foi dividido, mês a mês, pela quantidade de preso, mês a mês, no sistema penitenciário, aí se chegou a essa média.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vamos requerer ao Governo do Estado os custos por unidade, de forma especial na colônia penal.

Perguntaria ao senhor quantos mandados de prisão existem no Estado do Mato Grosso para serem cumpridos.



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Doze mil, novecentos e quarenta e oito. Agora, esses mandados de prisão a serem cumpridos... Existem vários mandados de prisão para um preso só. Existe também... Aí estão contabilizados os presos também por alimentos. Então, esse número é menor, mas não foi quantificado ainda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou seja, aproximadamente, a quantidade de pessoas com mandados para serem presos corresponde à quantidade daqueles que estão presos, dando desconto de que pode ter mandado para mais de um.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Pode-se fazer essa afirmativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou seja, o sistema, hoje, já está superlotado. Se o Governo do Estado quisesse executar todos os mandados, a situação ficaria muito mais grave.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - É, não temos onde colocar os presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia me informar, desse percentual de 11 mil, quantos efetivamente trabalham?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Percentual? Eu tenho esses números. Hoje, de manhã, entreguei um ofício com 11 laudas onde todas essas perguntas que o senhor está fazendo estão respondidas ali. Se não me falha a memória, 28%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vinte e oito por cento. E quantos estudam?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Quantos estudam?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Percentualmente.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Em torno de 10%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Noventa por cento não estudam?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não, eu não estou certo. Está no ofício.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o percentual de reincidência no Estado?



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Percentual de reincidência... É grande, mas também está no ofício. Todos esses dados estão no ofício de 11 laudas que entreguei, hoje de manhã, para o secretário da CPI.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A falta de estudo, a falta de qualificação, a falta de trabalho tem como conseqüência a reincidência.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou seja, o preso cumpre sua pena... Primeiro, que ele não pode nem se ressocializar, porque a grande maioria deles vivia numa sociedade totalmente empobrecida. Ele cumpre a pena, sai, cumpre, pratica outro crime e volta. Pergunto ao senhor: quais são os motivos que impedem o Estado de cumprir sua obrigação de garantir trabalho e estudo para esses presos que estão sob a custódia, sob a proteção do Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Insuficiência orçamentária federal, até porque temos, aqui no Estado, mais de mil presos federais, aqueles presos decorrentes de prisões de tráfico de drogas, de lavagem de dinheiro, de contrabando e outros crimes federais às custas do Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto para o senhor: a alimentação servida a esses 11 mil presos é terceirizada?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Tem licitações... Foram feitas licitações para a maioria dos presídios; alguns são feitos com o trabalho dos internos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo por refeição para os presos?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Aqueles que tem licitação, 6 reais, abrangendo café da manhã, almoço e janta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desses 28% de presos que trabalham, ou seja, aproximadamente 2 mil e 200 presos, quantos trabalham efetivamente produzindo alguma coisa para o abastecimento do sistema? Aqui é um Estado agrícola, não é só o caso de Mato Grosso.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós temos visto...



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Tem uma outra questão. Embora nós temos uma colônia penal agrícola, ela está em litígio entre o Estado e Município há pelo menos uns 3 ou 4 anos, e isso impede a realização de determinados projetos. Não obstante, agora, tanto o Governo estadual quanto municipal são do mesmo partido, há um entendimento melhor, o que possibilitou, mesmo havendo as demandas, possibilitou, então, a realização de projetos agrícolas que estão sendo elaborados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há algo que espanta a Comissão, Secretário, e não é só o caso aqui de Mato Grosso, porque os presos estão sob a responsabilidade do Estado. Compete ao Estado garantir minimamente o trabalho, a obrigação legal; os presos consomem, e o que nos espanta é encontrar presos, homens querendo trabalhar. No caso da Colônia Agrícola, estão ali para trabalhar; é uma área de 33 hectares e eles não produzem absolutamente nada para o seu consumo.

Eu pergunto ao senhor: sobre a pocilga, os porcos, o senhor sabe dizer sobre aqueles animais que estão ali, tanto os porcos quanto as galinhas, os patos, de quem são? Como é a relação entre presos e donos de animais? Tem algum agente dono de animal? A Agência Penitenciária é a proprietária dos animais? Se o senhor puder explicar, gostaria de saber a respeito da situação dos animais naquela Colônia Agrícola.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Esse fato que veio à baila hoje, também tomei conhecimento hoje, e a responsabilidade, evidentemente, é de quem está e tem administração direta daquele local. Então, eu não recebi nenhuma comunicação a respeito desses fatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor já está no cargo há quanto tempo?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Há um ano. Desde de janeiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas vezes o senhor já esteve lá naquele estabelecimento, lá na Agrícola?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Estive algumas vezes, principalmente decorrente dos mais de 170 roubos e furtos que aconteceram na



cidade, que ensejaram então providências para controlar os internos através de fiscalizações, quando foi constatada a presença de drogas, celulares, até de mulheres, prostitutas, lá dentro do estabelecimento. Isso tudo tem demanda, um esforço muito grande da Colônia Penal e da SEJUSP para enfrentar esses problemas da Colônia Penal, fazendo fiscalização interna, do ponto de vista policial, e também externa, nos bares do entorno.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nas vezes em que o senhor esteve lá naquele estabelecimento, o senhor nunca tinha presenciado, primeiro, preso dormindo com porcos, segundo, a presença de animais ali?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Eu nunca vi preso comendo com porcos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dormindo com porcos?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Também não. Tem algumas redes nas proximidades. Eu vi algumas redes lá, realmente, eu vi, redes, mas dormindo com porcos e comendo com porcos, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a existência dos animais, só hoje que o senhor tomou conhecimento?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não, eu sabia que tinha a existência de animais lá, porque numa penúltima ou numa última vez que eu estive lá, eu fui lá na pocilga e vi os porcos. E era para encontrar porcos, por que se trata de uma pocilga.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós também tomamos conhecimento, lá do Presídio de Segurança Máxima, primeiro, os presos denunciaram, e foram muitos, a proibição da entrada de mantimentos e material de higiene para eles; segundo, há uma cantina, uma quitanda que, segundo informações, pertence aos agentes, e os preços praticados ali de sabonete, de óleo, às vezes chegam a 300% acima de preço de mercado. Eu pergunto se o senhor tem conhecimento dessa cantina.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Evidente, da cantina, sim, mas desses preços, essas coisas nunca chegou ao meu conhecimento. Disso que o senhor está referindo, não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe de quem é a cantina? Quem é que administra?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - É o diretor lá do sistema. O diretor do presídio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas essa prática de ter cantinas do diretor é uma atividade normal, legal praticada aqui no Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não. A cantina é administrada pela direção do presídio. Alguns estabelecimentos penais eu sei que têm cantina.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a cantina é do diretor ou é do estabelecimento?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não é do diretor, claro que não. É do estabelecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É do estabelecimento. Então, ela é da Secretaria. A Secretaria tem conhecimento de que é a Secretaria que mantém, que abastece, que estabelece os preços?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - De quem é então? Por que nós temos conhecimento, nós pegamos lá os preços. Nós, inclusive, compramos água mineral. Nós compramos água mineral por 3,50, água mineral que no mercado custa 1,50. Nós compramos produtos, e os produtos ali vendidos, todos eles, estão acima do preço de mercado em até 300%. Então, eu queria dar ciência ao senhor desse fato, e de outro fato extremamente constrangedor. Há uma sintonia entre os que os presos disseram que os produtos não entram, não recebem produto de higiene, para poder obrigá-los a comprar ali.

Portanto, se tem um PCC, se o PCC tenta seduzir advogados — advogado acabou de nos confirmar que a oferta foi muito vantajosa — o PCC é uma organização extremamente articulada, e se há esse tipo de empreendimento dentro do estabelecimento com práticas de preços superfaturados, evidentemente, só favorece a existência do crime organizado. Eu queria também que o senhor pudesse investigar esse fato.



Na Agrícola também há outra cantina com preços também na mão de presos, que para nós é o pior da Lei de Execuções, que estabelece a possibilidade de ter esses estabelecimentos. Mas do jeito que está, parece muito com Pernambuco, onde tinha a figura do chaveiro, que cuidava de um pavilhão. Ele cobrava por tudo: pelo sexo, pela permanência de companhias, por alimentação. Eles também tinham quitanda — inclusive sublocava a quitanda. Portanto, é uma situação bastante constrangedora.

Eu queria perguntar ao senhor sobre os celulares. Quantos celulares foram apreendidos no ano de 2007 nos estabelecimentos penais aqui do Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Em 2007, foram apreendidos vários celulares que constam dos autos de apreensão e foram instaurados inquéritos policiais também, principalmente depois da promulgação da lei que criminalizou o uso de celulares nos presídios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem a noção de quantos celulares foram apreendidos e se tem participação de agentes?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Foram muitos celulares apreendidos. Tem os inquéritos policiais e também as sindicâncias que apuram os fatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na Penitenciária de Segurança Máxima tem lá um controle.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tudo que entra os agentes têm condições de registrar. Eu pergunto: o senhor tem informações por onde que entram esses celulares?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Na maioria das vezes, nas genitálias feminina e masculina.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E na minoria entra por onde?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma participação de agentes envolvidos nesse processo?



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Quando há, eles são investigados. Tem os inquéritos policiais. Inclusive, teve um mandato de prisão cumprido agora essa semana por envolvimento desse tipo de servidor da AGEPEN.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Secretário, aquela obra que está sendo feita na colônia agrícola está sendo feita por alguma empresa?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Ela está sendo feita... a parte de estrutura foi feita uma licitação e adquirida essa parte de estrutura, e a parte de materiais, outras. E ela está sendo feita com o uso, com utilização dos presos que estão remindo a pena e com pedreiros também lá da AGESUL.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe qual é o valor da obra, essa parte licitada?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - A estimativa toda vai atingir 500 mil ou mais, porque também estão sendo adquiridos os beliches, colchões. Então, esse preço também entra nessa estimativa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse é outro fato bastante estranho aqui, a quantidade de presos que estão trabalhando só pela remissão da pena. O senhor sabe que a Lei de Execução Penal estabelece a possibilidade de convênio com a Administração Pública para obras públicas. Eu, pelo menos, considero uma exploração da mão-de-obra do preso que, além de estar preso, além das condições insalubres, está trabalhando para o Estado em obra pública sem ganhar absolutamente nada. Eu acho que é uma situação que o Estado não pode continuar, porque o preso está ali simplesmente diminuindo a pena, mas está trabalhando, não recebe absolutamente nada. São presos que têm famílias, portanto, a possibilidade de esse preso, ao sair, voltar a praticar novos crimes por falta de uma renda mínima, por falta de ter uma poupança, como estabelece a Lei de Execução Penal, é outra situação grave no Estado. Queria que o senhor comentasse. Na exposição que o senhor fez, os 2 mil e poucos presos que trabalham, todos eles só fazem diminuir a pena; não recebem absolutamente nada. Queria que o senhor comentasse sobre essa prática do Estado de usar mão-de-obra do preso para atividades que são do Estado.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - É. Os presos trabalham geralmente na limpeza, trabalham em algumas cozinhas, trabalham em outros



serviços dentro do próprio presídio. Trabalham com remuneração fora e também trabalham para remir a pena, que é também previsto na Lei de Execução Penal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos militares estão presos hoje, Secretário? Quantos militares, quais são as patentes e quais são os crimes?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Militares que o senhor se refere são policiais militares e bombeiros?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Cento e poucos presos — eu não tenho esse número aqui. E tem de soldado até tenente coronel.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais são os crimes praticados? É mais drogas?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não, tem de todos. Tem vários crimes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma associação entre os militares que estão presos com o PCC?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Foram instaurados inquéritos policiais para apurar a destruição dos presídios. Isso em 2006. A conclusão desses inquéritos determinou a autoria e o envolvimento das pessoas, e eu desconheço esse relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe quantos outros militares só respondem o processo?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Quantos?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além dos que estão presos, quantos outros respondem em liberdade?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Criminal ou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não. Criminal e na área militar.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Eu não estava preparado para esse número.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não tem. E advogados, o senhor tem conhecimento de advogados envolvidos com as organizações criminosas que têm facilitado a existência dessas organizações, que têm contribuído com a entrada de celulares e outros tipos de objetos não permitidos?



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Aqueles até que a OAB se referiu ainda há pouco.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você tem informação de quantos presos morreram nos estabelecimentos penais nos últimos anos aqui no Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Está no ofício que eu entreguei hoje de manhã.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor, na sua exposição, realçou apenas a criação de vagas. Não vi nenhuma proposta para poder tirar os que estão lá que estão reclamando que já estão há mais tempo. Eu perguntaria ao senhor: por que essa priorização só de obras? E não há nenhuma proposta para tirar aqueles que eventualmente já cumpriram pena e já têm progressão? O Dr. Maurício, do DEPEN, tem dito que se houver hoje um mutirão, um pente fino nos estabelecimentos, pelo menos um terço dos presos saem, e que isso significa diminuição de custos. Eu perguntaria ao senhor: a Secretaria não pensou nem em uma proposta de soltar os que lá estão?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Essa aí é uma atribuição da Defensoria Pública. Ela faz as suas políticas e as suas providências. Evidentemente que eu pensei nisso e, inclusive, conversei com o Presidente da OAB para ver se utilizávamos estagiários junto com a Defensoria no sentido de atender a essa questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que o senhor atribui um número tão expressivo de presos em relação à população? Seguramente o Estado do Mato Grosso do Sul é o Estado que tem o maior percentual de presos relativamente à população. O senhor, a Secretaria tem algum estudo? Somando mais os 12 mil, 13 mil mandados de prisão a que o senhor se referiu, por que Mato Grosso tem esse número tão grande de presos em relação à população?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Mato Grosso do Sul faz fronteira com os países produtores de maconha e cocaína. E também tradicionalmente é entreposto de contrabando na América do Sul. O Estado tem uma fronteira seca com esses países de 1.200 quilômetros, portanto, permeável através de estradas federais, estaduais e municipais, o que facilita muito o trânsito de criminosos. E a eficiência das Polícias Federal e Rodoviária e da Polícia Civil,



realizando muitas prisões. Setenta por cento das drogas que entram no País são apreendidas no Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem recebido... Tem uma corregedoria atual na Secretaria?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma denúncia de presos torturados, que reclamam de maus-tratos no sistema?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Não me recordo de nenhuma, mas, se chegar alguma, mando instaurar sindicância e inquérito policial.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A existência de mulheres presas em estabelecimentos masculinos, a advogada, a Dra. Kátia já fez aqui esse depoimento. O senhor tem conhecimento de outros casos, de mulheres que engravidaram nos estabelecimentos, que tiveram filhos ou mulheres que foram violentadas?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Desconheço qualquer desses casos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre o PCC, o senhor prefere falar reservado sobre o PCC?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado. Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Secretário Wantuir, eu gostaria de fazer 2 colocações. Com relação à questão da saúde, que é o atendimento médico que foi bastante reclamado, o que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública pode fazer, já de imediato, para que os presos possam ter esses atendimentos? Exemplo: hoje nós vimos um detento que a gente detectou lá na cela, ele estava com dor de dente e com a face bastante inchada, segundo ele já há alguns dias que vem reclamando. Então, eu gostaria de saber ações, assim, já de imediato para colocar à disposição dos reeducandos o atendimento médico.

E outra situação que me chamou a atenção: os excelentes investimentos que estão sendo previstos agora para 2008, 2009 e 2010, principalmente investimento na estrutura física, na construção de mais presídios, de mais ambientes. Agora, eu



gostaria de saber o que teria de ações sociais que visem à reinserção, porque essas 2 políticas não podem estar dissociadas, porque nós precisamos reinserir esse cidadão que cometeu um crime. Então, ações no sentido de ter uma estrutura física condigna com o cidadão e também ações no âmbito de reinseri-lo na sociedade, porque, embora tenha cometido um crime, cometido um desatino, ele faz parte da sociedade e precisa voltar a produzir, a gerar renda, pagar seus impostos de toda forma e contribuir com a sociedade. Então, eu fico preocupado. Deixo essa preocupação da CPI com relação a uma política mais na área social. É correto o aperfeiçoamento, o melhoramento, a preocupação com a estrutura física, mas também são importantes essas ações no âmbito social.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Eu também concordo plenamente com o senhor. A ressocialização é essencial, tanto que, entre os projetos, nós temos 10 semi-abertos objetivando a se atingir essa meta. Agora, estamos também fazendo vários projetos que não dependem de recursos. E estamos, então, acionando as secretarias de governo — a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Produção e Agricultura. Todas essas secretarias irão desenvolver projetos que visem atender esse item do planejamento estratégico, que é a ressocialização e a recuperação dos internos. Esse aí tem que ser um objetivo sempre presente em todo o trabalho desenvolvido pela AGEPEN e pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Para encerrar, eu tenho até uma sugestão: lá em Mato Grosso eles estão com um projeto denominado Nova Chance. Seria interessante buscar, avaliar a situação até mesmo de ter esse programa como uma idéia. E existe também um projeto, o PROESP, que é um programa de atendimento... um projeto de lei na Câmara que está tramitando exatamente dando subvenções às empresas para que as empresas contratem a mão-de-obra, paguem a mão-de-obra, mas recebam de um fundo, do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, as despesas que a empresa despense com a contratação do reeducando. Com isso a empresa, vamos dizer assim, entraria apenas e tão-somente com o ambiente de trabalho e a remuneração do reeducando ficaria por conta do Governo Federal. Então, nós temos esse projeto em tramitação. Eu tive a



honra de relatar, na Comissão de Segurança Pública. É um projeto de autoria do Deputado Sandro Mabel, do Estado de Goiás.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sem dúvida que todos esses projetos são muito importantes, e o nosso problema aqui também na ressocialização é que os projetos de ressocialização que aconteciam dentro da máxima foram destruídos, os projetos com a iniciativa privada. E a iniciativa privada está arredia em voltar. Então, essa volta da iniciativa privada a cooperar com os projetos de ressocialização está sendo feita aos poucos, devagar. Nós não conseguimos ainda contornar os prejuízos que eles tiveram com a destruição dos 2 principais presídios do Estado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Assumindo aqui o exercício da Presidência, acumulando com o da Relatoria, queria perguntar ao Secretário quantos presos morreram no interior dos estabelecimentos, nos últimos anos, aqui no Estado. O senhor tem esse dado? Ou por morte matada ou por morte morrida.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Eu tenho esse dado no ofício que entreguei hoje, mas ele foi por estabelecimento penal. Mas são poucos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - São poucos. O senhor sabe se existe alguma ação de indenização por parte dos familiares contra o Estado, por conta dessas mortes?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós ainda vamos ter ainda uma sessão reservada com várias pessoas. Nós queremos agradecer o secretário por essas informações. Além das providências que o senhor já determinou, eu queria solicitar que o senhor mandasse investigar a respeito dessa cantina lá no presídio de segurança máxima, sobre o destino dos recursos, sobre os preços praticados, e o senhor pudesse depois remeter à CPI.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sem dúvida nenhuma que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Está aberto. Seria bom o diretor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Fernando Anunciação, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários. Deputado, Presidente, a cantina dentro das unidades penais é prevista legalmente. Essa cantina de segurança máxima, essa denúncia é infundada, haja vista que essa cantina é administrada por aquele presídio, e os recursos levantados ali são aplicados dentro da segurança máxima mesmo, no que diz respeito a reformas, àquelas pequenas reformas que o senhor viu: tampar uma porta, trocar uma porta, um vaso que quebra, uma hidra que não funciona. Esses recursos daquela cantina são aplicados ali dentro mesmo. O que seria ilegal é se esse recurso fosse destinado para outros fins, mas não existe superfaturamento, o senhor pode ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Mas eu comprei uma água mineral, uma garrafa por 3 reais e 50 centavos. O senhor acha que esse valor é o praticado no mercado?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - O senhor comprou lá na unidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Comprei e tomei.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Na colônia penal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Na colônia penal.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Então, o preso tapeou o senhor, porque aquela lá é do preso, aquela é do preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Quem é que tem a contabilidade da cantina?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Lá da colônia penal? O preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Não, a contabilidade. Quem controla a contabilidade?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Lá na colônia penal é o preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O senhor falou que...



O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Da segurança máxima é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Não, da segurança máxima.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - O senhor comprou a água lá? Na cantina da segurança máxima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Isso. Se a contabilidade é controlada pela direção do estabelecimento.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Pelo administrador do estabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Então, vamos requisitar a contabilidade dessa cantina.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado.

Dr. Wantuir, obrigado pela contribuição. Nós vamos fazer uma reservada para o senhor responder sobre o assunto que o senhor considera que seja oportuno apenas na sessão reservada. Eu tenho outras perguntas sobre as organizações criminosas, mas vou deixar para esse momento. A gente agradece a atenção.

Dando continuidade à audiência, nós vamos ouvir a Dra. Luciana Moreira Schenk, Promotora de Justiça da Vara de Execuções Penais. V.Sa. tem 5 minutos para fazer sua exposição.

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Cumprimentando a todos, em verdade, venho aqui para me colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Desculpe, eu estava aqui ouvindo o Deputado.

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Eu me coloquei à disposição para alguma pergunta que V.Exa. queira formular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Quantas comarcas tem no Estado de Mato Grosso?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - No Estado do Mato Grosso do Sul, acho que a Dra. Linda respondeu, são 77 comarcas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Setenta e sete comarcas. Quantas Varas de Execução Penal?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Em Campo Grande, duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Duas. E no interior?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Não sei lhe dizer. Eu sei que alguns municípios, em algumas comarcas maiores tem uma vara de execução penal. As demais são exercidas pelo juiz competente pela área criminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Eu pergunto à senhora sobre a situação das visitas ao preso. O Ministério Público faz visita periódica?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, periódica, mensal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Tem um relatório dessas visitas com os atendimentos?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora poderia depois encaminhar à CPI?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Sobre as queixas dos presos que reclamam excesso de prazo, o que a senhora tem a informar à Comissão?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Eu digo ao senhor que na maioria das vezes, senão todas, que nós comparecemos ao presídio e escutamos os presos que fazem essa queixa e levamos ao conhecimento, vamos verificar nas guias de recolhimento, quase todas são infundadas. Na verdade, eles fazem seus próprios cálculos, mas na maioria tem alguma outra pendência, enfim, eu desconheço que tenha preso hoje aguardando ou com sua pena extinta dentro dos presídios de Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Ministério Público tem recebido alguma denúncia de maus tratos no interior do estabelecimento?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Ministério Público já fez alguma petição, alguma representação pela superlotação?



A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, várias. O Ministério Público acompanha de muito perto toda essa problemática, inclusive com reuniões periódicas junto à Secretaria, e peticionamos, enfim, a todo tempo. O Ministério Público não ingressou com nenhuma medida judicial nesse sentido pelo simples fato de que não vê um resultado prático objetivo, até porque essa questão de superlotação carcerária depende muito mais de uma vontade política e que agora está acontecendo. Então, na verdade, essa exposição que o secretário fez, ele já havia feito para nós há algum tempo. Eu e meu colega que atua nessa área também vimos pleiteando novas vagas para o sistema prisional. E só para colocar o que foi dito aqui, na verdade, todo problema do sistema prisional passa pela deficiência de vagas. Só depois de estabelecido um número mais adequado de vagas é que se pode falar em ressocialização de pena. Antes disso, é muito difícil, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora já visitou a colônia agrícola?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, muito embora meu colega que está presente seja o titular. Enquanto substituta, eu visitei mês passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Ministério Público já fez alguma representação contra a situação daquele estabelecimento?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, e depois eu deixo a palavra para que ele possa esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Você sabe qual foi a resposta do Estado relativo a isso, além da reforma que está sendo feita?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - A resposta do Estado tem sido essa hoje apresentada pelo Sr. Secretário. Isso, com certeza, é gestão do Ministério Público e do Judiciário também junto à Secretaria de Segurança Pública e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Sobre as organizações criminosas, o que o Ministério Público tem a dizer principalmente sobre o PCC? Tem conhecimento que existe?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora atua como acusadora?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora tem informação, nos processos em que a senhora atua, quantos são defensores públicos e quantos são dativos?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Não, eu não atuo na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Só na execução?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Isso. Só na execução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - A senhora tem informação sobre a situação das mulheres encarceradas aqui no Estado?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - De mulheres encarceradas junto com homens?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Não, desconheço. Eu tenho a situação das mulheres encarceradas na Capital apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Ministério Público tem alguma representação contra o Estado pelo fato de a maioria dos presos não exercer nenhum trabalho?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Veja bem, durante as visitas que o Ministério Público faz aos presídios e se reúne sempre com a administração, nós sempre anotamos e sugerimos, muito embora isso tenha ficado inviabilizado, como o Secretário disse, na segurança máxima, por conta da destruição total. Desde então, em tudo o que se tinha evoluído nesse sentido houve uma involução. Isso foi muito prejudicial ao sistema, porque tanto na máxima, quanto no IPCG, havia várias frentes de trabalho, e nessa expectativa de aumentá-las ainda muito mais com a iniciativa privada, que, temerosa daquele processo todo de rebelião, acabou recolhendo, porque inclusive perdeu material e perdeu maquinário durante a rebelião. Na verdade, reiniciou-se esse processo de gestão, e isso a administração do sistema tem feito, para que novas empresas possam se instalar, enfim, novas frentes de trabalho. O senhor colocou a possibilidade de presos trabalharem em obras públicas. É bastante difícil, porque o contingente carcerário é muito grande e não teria como ser feita uma fiscalização efetiva. Daí por que, na Capital, isso é um problema muito difícil de controlar. No interior, eu, como promotora criminal, já participei, já autorizei, já me manifestei pela autorização desse tipo de trabalho



externo em obras públicas e realmente é bastante interessante. Só que na Capital é inviável, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Tem comissão de classificação de preso no sistema?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Por que encontramos em todas as celas presos misturados, crimes diferentes, reincidentes e dados também diferentes?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Bom, infelizmente, eu vou lhe dizer que a comissão técnica de classificação tem atuado hoje já no final da execução da pena no regime fechado. E hoje o sistema, como a Dra. Linda mesmo, defensora pública, disse, o sistema já não faz mais a classificação do preso como é determinado pela Lei de Execução Penal, e sim pelo convívio dos presos. Isso por uma segurança deles próprios, por conta das facções criminosas que se instalaram dentro dos presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Quando o Ministério Público faz as visitas, essas visitas são... A senhora poderia relatar para a Comissão?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - O Ministério Público vai à porta da cela ou chama o preso num espaço próprio? A demanda que é feita para o Ministério Público, depois, há uma resposta do preso dizendo que ele não tem direito à progressão e se explica? Como é que é feito esse atendimento?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Bom, o Ministério Público não se atém tanto ao atendimento individual desse preso, que já é feito pela Defensoria Pública. O Ministério Público fiscaliza o todo. Então, nós percorremos estabelecimentos prisionais por setores: cozinha, saúde, trabalho, setor jurídico e, depois, nos reunimos sempre na direção, para tratarmos de todas essas questões e algumas sugestões que nós sempre registramos durante a nossa visita. Se há algum preso que queira conversar, nós atendemos sempre. Em estabelecimentos menores, como centro de triagem, é mais fácil a proximidade com eles. Na máxima, um pouco mais difícil, por conta de segurança e por conta do período em que eles



permanecem dentro das celas. Isso tudo após rebelião, na verdade. Dentro do feminino, o contato é mais fácil e mais próximo, mas também visitamos todos os setores: cozinha, alimentação, questões de saúde. Todos os presos que não podem ser tratados pelo sistema hoje e que pleiteiam isso junto às Vara de Execuções Penais nós encaminhamos para que recebam tratamento fora, inclusive concedendo saídas temporárias para esse tratamento, o que, na verdade, é uma concessão excepcional e que nem tem sido tão excepcional por conta da deficiência do sistema prisional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Eu pergunto à senhora: há alguma denúncia no Ministério Público por prática de corrupção, por superfaturamento de obras, alimentação, outros serviços servidos prestados ao sistema?

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Isso eu preferia que fosse feito reservadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Reservado. Também sobre o PCC, reservado, se a senhora tiver alguma informação.

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Eu agradeço a V.Sa. Já que me deixaram aqui só, os Deputados devem estar em alguma atividade importante. A gente agradece a V.Sa., e nós esperamos que, na reservada, a gente possa contribuir mais com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. LUCIANA MOREIRA SCHENK - Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós pedimos desculpas ao Dr. Francisco Geraldo de Souza e ao Dr. Vitor Guibo, que são juízes da Vara de Execuções. Nós vamos só ouvir aqui o Sr. Cezar Delmondes, que é representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais do Mato Grosso, por 5 minutos.

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Primeiramente, boa-noite. Boa-noite a todas autoridades e aos demais aqui, especialmente ao ilustríssimo Deputado Pedro Teruel, que me convidou para esta sessão aqui hoje. Eu já estive aqui nesta Casa antes tratando sobre o assunto. Bom, eu ouvi os debates e achei louvável o tema, porque é um tema que nos aflige muito nos dias de hoje. E eu vim trazer, assim, uma outra visão. Além das mazelas que o sistema traz



hoje, eu faço parte de um possível sistema que vai, ao meu ver, modificar, e tem tudo para modificar o que nós vimos sofrendo na sociedade em relação ao sistema carcerário. Eu sou agente penitenciário federal de carreira, da primeira turma de agentes do primeiro concurso público, da terceira turma. Nesse convívio que eu tenho lá, nesse meu trabalho, nesse meu ofício, eu vejo que a gente tem uma possibilidade, sim, de conseguir mudar esse assunto que nós estamos falando aqui hoje. Por quê? Eu quero apresentar para os senhores, diante de todas as mazelas, creio eu que há uma especial que, como medida paliativa, ela tem tudo para se transformar num resultado mais próximo para a gente conseguir uma melhoria desse sistema, que é a valorização do agente, do recurso humano dentro de um presídio. Eu tive aqui, em 100 dias, em operação na Penitenciária Jair Ferreira de Carvalho, penitenciária máxima aqui do Estado, fazendo parte de um convênio que houve entre o Governo Federal e o Governo Estadual. Bom, o que os senhores viam, eu vi em 100 dias: todas as mazelas que o sistema sofre, que é visível não só no Estado do Mato Grosso do Sul, como a gente sabe que em todo o Brasil. Porém, há um diferencial que eu quero fazer entre o agente penitenciário federal e os agentes penitenciários estaduais. Durante nossa estadia lá, durante a estadia dos agentes penitenciários federais, não houve nenhuma fuga. Nós apreendemos mais de 70 celulares. Nós conseguimos, através de serviço de inteligência nosso, juntamente com outras polícias, que é uma coisa também que eu gostaria de deixar bem claro, senhores, a integração de polícias é muito importante para a efetivação de medidas práticas no sistema e no combate ao crime, ao meu ver, ao ver da nossa categoria, que aqui estou representando... Durante esse tempo lá, eu pude perceber que a gente tem que valorizar o recurso humano do agente penitenciário, porque é quase impossível o senhor colocar um homem para tomar conta de 100, que é a média do plantão. Pelo menos estou falando para os senhores de quando estive lá. Eram 10 agentes para tomar conta de mil presos. Aí a sociedade vê telejornais e vê matérias de jornais onde está escrito assim: *"Entram celulares. Entram drogas"*. Mas eu pergunto aos senhores: como uma mulher, num domingo, por exemplo, de visita consegue fazer revista cautelar, uma revista criteriosa, em 400, 500 mulheres? Às vezes a gente pega a imagem do agente estigmatizada até pelo próprio nome de carcereiro, do cárcere em si, e não consegue trabalhar isso. Diferente do sistema



penitenciário federal, onde nós temos recursos, nós temos bons salários. Eu gostaria, assim, de frisar que os colegas estaduais pudessem chegar aos nossos salários, e a sociedade desse valor. Porque se o salário é bom e nós temos estrutura, o serviço é bem feito. Basta pegar os números. O Secretário que estava aqui, ele tem esses números, os números que nós tivemos lá. Porque nós tivemos lá justamente uma reforma que houve no presídio. Então, nós fomos dar um apoio lá. E durante esse tempo, nós conseguimos frustrar fugas, nós conseguimos manter ordem. Lá não teve rebelião. Tentativas houve, mas foram todas contidas com muito êxito pelos agentes penitenciários federais, juntamente — quero deixar bem claro — com os bravos agentes penitenciários estaduais, que lutam, além das condições físicas que os senhores viram hoje, com os baixos salários, com ameaças. Eu acho que o recurso humano, em si, tem que ser bem tratado. Nós falamos de estrutura física, os senhores falaram de estrutura física, os senhores falaram de preso. E o agente? Hoje tramita no Congresso, se não me engano, um pedido de emenda constitucional para que a categoria se torne policial. Na verdade, isso, no fundo, tem um interesse de unificar e homogeneizar a categoria. Para quê? Para que não haja distinção. Acho que uma categoria unida, uma categoria bem firmada tem possivelmente várias formas de retribuir à sociedade isso. Então, nós vemos vários agentes em vários Estados, onde eles trabalham sem o colete balístico, sem um curso de preparação para lidar com o preso, sem uma forma de estrutura de conseguir até reabilitar o preso, ressocializar, o que é pedido, porque, às vezes, ele não tem o material, a ferramenta para aquilo. A dificuldade toda é voltada em relação a esse sentido. Então, a gente, como Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais do Estado do Mato Grosso do Sul, quer deixar bem claro aos senhores que o recurso humano, o agente, é e precisa ser valorizado. Peguem o resultado da Penitenciária Federal de Campo Grande, que hoje é exemplo de procedimentos, de conduta. Nós temos presos de alta periculosidade, porém, ao mesmo tempo, nós conseguimos manter a ordem, conseguimos também dar a esses presos o que eles precisam em ressocialização. O Dr. Arcelino está aqui, é o Diretor da Penitenciária. Hoje, mais do que nunca, a penitenciária vem-se voltando para trabalhos de ressocialização, que a Lei nº 7.210 prevê. Então, assim, mas tudo baseado nos



recursos humanos, onde nós temos capacitação, nós temos estrutura física, estrutura material e um bom salário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Um minuto para concluir.

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Bom, na verdade, eu venho deixar aos senhores justamente essa visão do agente penitenciário, que, ante críticas que recebemos, que vem sendo esquematizado desde a Idade Média, porque nós trabalhamos com o refluxo da sociedade, o que a sociedade não aceita por convenções dela mesmo, eu venho deixar claro aos senhores que, por onde os senhores andarem, por onde os senhores estiveram e andarão ainda, olhem com mais atenção o agente penitenciário estadual. Trabalhem, por favor, em cima dessa PEC, porque eu acho que ela tem muito a contribuir com o nosso País. Esse é o meu recado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - Qual é o salário de um agente penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul e um agente federal da Penitenciária Federal do Mato Grosso do Sul?

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Bom, do agente penitenciário do Mato Grosso do Sul eu não sei. Mas o salário inicial líquido do agente penitenciário federal é 3 mil e 600, 3 mil e 700 reais — salário líquido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o teto do agente penitenciário federal?

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Bom, esse é um dos pleitos que estamos querendo, porque não temos um Plano de Carreira definido. Não sei dar essa informação para o senhor, a gente não tem um plano de carreira definido ainda. Como o nosso sistema ainda é muito novo, a nossa penitenciária tem um ano e meio, mais ou menos, de funcionamento, não dá para a gente também ter tudo certinho. Mas o departamento e nós, agentes penitenciário federais, vamos e estamos trabalhando em busca de consolidar essa carreira e fazer com que essa carreira sirva de exemplo não só para o Governo Federal, mas para a sociedade, para que invista nos agentes penitenciários em geral.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos presos tem atualmente na Penitenciária Federal?



O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Não tenho autorização para dar essa informação, posso dizer de forma reservada para o senhor, com autorização do Diretor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem quantos agentes?

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Agentes temos aí, se não me engano, entre 450 e 500 homens, não tenho essa precisão, entre Catanduvas e Campo Grande.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem alguma informação relevante sobre esses presos que lá estão, suas organizações, suas articulações fora da cadeia?

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Não, em relação aos presos, não, mas eu tenho... Acho que, como cidadão, posso dizer ao senhor o que disse antes nesta Casa: quando o Estado não ampara, algum grupo ampara. Então, é notório que algumas facções trabalham em cima de família, trabalham em cima de assistência quando esses presos estão lá dentro. Então, se o Estado não dá assistência, essas facções dão assistência e assim conseguem cativar, cultivar e fazer com que o preso tenha um laço eterno com ele. Essa é a grande verdade. Então, se o Estado consegue agir de forma efetiva nessas pessoas, não só nos presos, mas nos familiares, fazendo um trabalho nesse sentido, abrangendo, dando estrutura, fica difícil para a facção criminosa tentar entrar nesse grupo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o tipo de assistência que essas organizações prestam hoje para os familiares?

O SR. CEZAR AUGUSTO CORREIA DELMONDES - Preferia falar de forma reservada, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valtenir Pereira) - O depoente quer acrescentar informações de forma reservada; a Dra. Luciana Moreira, da mesma forma. Falta ser ouvido o Dr. Antônio André David Medeiros, que também é Promotor da Vara de Execução e o 2 juízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos, neste momento, convidar o Dr. Geraldo, que é Juiz da Vara de Execuções Penais, para que possa fazer uso da palavra também e responder algumas interpelações dos



Parlamentares. Sr. Francisco Gerardo de Souza, Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Srs. Parlamentares da CPI, Deputados Estaduais, autoridades presentes, de tudo que o foi exposto sobre o sistema penitenciário, o sistema carcerário de Mato Grosso do Sul, notadamente da Capital, resta somente me colocar à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. O Relator está com a palavra para fazer a interpelação ao Dr. Francisco Gerardo de Souza.

Estamos também com o Dr. Vitor Guibo, que também é juiz da Vara de Execuções Penais, da 2ª Vara. Acho que seria oportuno, doutor, que pudesse até fazer uso do microfone sem fio, de repente, e poderíamos fazer perguntas intercaladas aos 2 magistrados, o que facilitaria também a participação e o tempo.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o Relator está com a palavra para fazer as perguntas tanto ao Dr. Gerardo quanto ao Dr. Vitor, que já está com o microfone, o que facilitaria um pouco o nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Perguntaria aos 2 juízes quantos processos cada um cuida em ambas as Varas de Execução.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Na 1ª Vara de Execução Penal tramitam aproximadamente 6 mil e 500 processos.

O SR. VITOR GUIBO - A 2ª Vara de Execução tinha, estou com a planilha aqui, 7 mil, 284.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você tem uma idéia de quantos presos respondem a mais de um processo?

O SR. VITOR GUIBO - Os nossos controles no sistema de automação judiciário são por processos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São por processos?

O SR. VITOR GUIBO - São por processos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não tem como saber quantos presos respondem a mais de um processo?

O SR. VITOR GUIBO - Não, o sistema nosso...



O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Não tem como. Há casos de guias de recolhimento, 15 guias, 10 guias de um mesmo preso. Então, não há como computar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A execução penal em ambas as varas está informatizada?

O SR. VITOR GUIBO - Todo o Estado está informatizado com o SAJ. O SAJ é um Sistema de Automação Judiciária que é utilizado por vários Estados: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, se não me engano; Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a remissão da pena, já foi dito aqui que a grande maioria dos presos não trabalha, e os que trabalham, trabalham só internamente, não têm remuneração. Como é esse controle da remissão para o cálculo para progressão? O sistema manda todo mês?

O SR. VITOR GUIBO - O preso faz um pedido através do advogado. Eu quero registrar uma coisa, um dado que não falaram. A Agência Penitenciária mantém um procurador autárquico em cada um dos presídios; cada presídio tem um procurador autárquico, que é um advogado público que auxilia na realização dos pedidos junto à execução penal. Até um deles estava aqui.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - No presídio de segurança máxima são 3. No instituto penal também são 3. De um modo geral, existem pelo menos 2 em cada estabelecimento penal do regime fechado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os senhores fazem visitas mensais aos presídios? Bimestral, semestral?

O SR. VITOR GUIBO - Fazemos visitas mensais. Na colônia penal, eu, particularmente, sou juiz, eu vou, mas eu tenho uma certa dificuldade com relação à segurança. Os senhores estiveram lá, teve um corpo de segurança para garantir a segurança dos senhores. Nem sempre isso acontece quando o juiz vai. Então, nem sempre consigo fazer uma visita ou completa ou fazer mesmo a visita. A última visita que eu fiz foi há duas semanas, parece-me.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa visita é feita só na parte administrativa?



O SR. VITOR GUIBO - Depende da segurança que eu tenho. Se eu tenho uma segurança adequada, consigo andar por todo o estabelecimento. Caso contrário, a gente vai até a área administrativa e pega alguns presos para conversar com ele e fala com o administrativo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor é juiz de execução responsável pela colônia agrícola desde quando? Há quanto tempo?

O SR. VITOR GUIBO - Há um ano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há um ano. O senhor tem conhecimento daquela situação lastimável, não é?

O SR. VITOR GUIBO - Tenho. A situação é horrível. Mas, veja bem: quando eu assumi a 2ª Vara de Execução Penal a situação era horrível na colônia penal agrícola e no presídio semi-aberto feminino, que era um caos; pior no feminino. Nós conseguimos uma gestão junto à Secretaria de Segurança Pública e eles realizaram a transferência do presídio para um outro local, que agora está muito mais adequado. Com relação à colônia penal agrícola, quando nós chegamos, nós também falamos com o Secretário de Segurança, falamos com ele, não sei quantas, mas umas 10 vezes. Inicialmente, a Secretaria de Segurança Pública estava mudando, estava construindo um novo presídio, na saída para Cuiabá, num lugar lá que falaram que era um motel, um antigo motel. Chegou-se a fazer a cedência de alguns presos para a construção, reforma daquele lugar. Por motivo político, porque a população do entorno não concordou, foi recuado. Depois, o Governo começou com a construção perto da máxima — não é, Gerardo? Acho que era perto da máxima. Aí também aconteceu a mesma coisa, a população do entorno fez uma insurgência e o projeto não foi para adiante. E agora, semana passada, nos foi apresentado esse projeto que os senhores tiveram acesso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Vitor, tenho certeza de que o senhor, embora afirmando que tenha limite de fazer as vistorias em função da segurança...

O SR. VITOR GUIBO - Espera aí, eu quero registrar que eu faço as vistorias, faço sempre, e os senhores devem ter ouvido isso. Eu e o Dr. Gerardo vamos sempre. Inclusive, agora há uma determinação do Conselho Nacional de Justiça de que as visitas sejam periódicas, e nós temos feito inclusive na delegacia. Duas



semanas atrás, fomos na 4º DP e na semana passada — não é, Gerardo? — nós fomos em conjunto na DEF.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Nós fazemos visita periódica, inclusive acrescentando agora as delegacias de polícia também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para continuar, pergunto ao Dr. Vítor se neste ano que o senhor está no exercício da Vara de Execução, se o Ministério Público, se a OAB fez algum pleito ao senhor com relação à situação lá da colônia agrícola. Se fez, se o senhor tomou alguma atitude para fazer com que o Governo do Estado adotasse providências, porque...

O SR. VÍTOR GUIBO - A Vara de Execução Penal tem os limites do art. 66 da Lei de Execução. Sou um juiz, eu não construo. Então a gente encaminhou todos à Secretaria de Segurança Pública e à GPEN, para adoção das providências.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Justamente. Estou perguntando se houve alguma representação do Ministério Público ou da OAB que o senhor encaminhasse...

O SR. VÍTOR GUIBO - Foram pedidos e foram encaminhados para a Secretaria de Segurança, para resolução do problema. O problema maior, de há muito tempo, foi causado pela falta de vaga. Ele recrudescer em dezembro. Só em dezembro, a colônia penal teve uma entrada de 300 presos, ocasionada muito principalmente pela alteração do entendimento do STF no sentido de que haveria progressão aos crimes hediondos e, mais ainda, de que a nova lei que estabeleceu critérios diferenciados para a Lei de Hediondos, de dois quintos e três quintos, só se aplicava a partir de março de 2007, a partir da publicação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Vítor, diante da precariedade da colônia penal, é possível o senhor, como juiz responsável por acompanhar os detentos que ali estão, não responsável pela parte administrativa, é possível o senhor determinar a proibição de entrada de novos detentos...?

O SR. VÍTOR GUIBO - A interdição do estabelecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não é interdição, é interditar a entrada de novos, diante dos números, porque sabemos que a interdição de algumas instalações ali, ela deve acontecer mesmo, porque não tem como funcionar, e o Estado já está promovendo a construção de alguns galpões, que



dentro de alguns dias vão estar possibilitando isso. Mas é possível determinar que, enquanto não inaugurarem os novos galpões, a colônia não aceite mais nenhum apenado naquela colônia, mesmo que tenha direito ao benefício? Porque ali para nós não é benefício, ali é um castigo.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Eu gostaria, antes do Dr. Vítor responder, de esclarecer que, se ocorrer essa situação, o regime fechado irá explodir. Porque na máxima nós estamos com capacidade, uma lotação de 400 internos, com 1.400. No instituto penal, lotação de 300 internos, tem 800, 900 presos. No centro de triagem, com uma lotação de 180, já estamos com seiscentos e poucos. Então não há possibilidade de se frear o benefício da progressão da pena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas não tem como colocar mais preso na colônia penal. Vai evitar uma explosão nesses casos aí, e vai permitir a explosão do outro lado, porque, do outro lado da colônia penal, ali sofrem os agentes, ali corre risco a vizinhança, porque não tem limite, e todos os funcionários que ali trabalham.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Mas poderiam estudar outras medidas, como, por exemplo, a liberação do interno de bom comportamento, aquele que já tem mais de 60 dias, que não praticou nenhuma falta. Que concedessem a prisão domiciliar temporária, enquanto construíssem a colônia penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É uma medida.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Mas segurar o regime fechado é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a Vara de Execuções Penais está disposta a analisar essa possibilidade de analisar o comportamento dos presos que estão no semi-aberto que já têm dado demonstração de que realmente estão preparados para ser inseridos na sociedade, para evitar esse colapso?

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Aí cabe ao Dr. Vítor, porque eu respondo pela região fechada apenas.

O SR. VÍTOR LUÍS DE OLIVEIRA GUIBO - Isso aí é de se examinar. Deixe eu explicar uma coisa. No ano passado, eu interditei... O problema do Judiciário é o seguinte. O Judiciário, nós somos a última *ratio*. Nossa intervenção normalmente é extremamente forte. Qual que é a intervenção que diz, a lei que permite ao juiz de



execução? A interdição, total ou parcial, do presídio. Não faço nada contrário à lei. Eu sigo as leis que me são colocadas. No ano passado, eu interditei parcialmente o presídio semi-aberto feminino, por 90 dias. Causou um transtorno enorme. Quero alertar os senhores que, caso eu tomasse uma providência nesse sentido na colônia, poderia causar um transtorno maior ainda na máxima, porque o preso na máxima... O senhor está dizendo *“Não, lá é pior do que a máxima”*, mas ele prefere ir para lá. Se o senhor perguntar isso para ele, ele vai lhe dizer isso. Ele não quer ficar na máxima, ou lá no IPCG ou lá no PTRAN ou lá no CT. Eles querem a progressão. Se essa progressão for cessada, pode haver num problema sério.

O Judiciário tem que ter um pouco de cautela na tomada de suas decisões, principalmente nesse sentido, para evitar um transtorno maior. Até tomaria, se fosse o caso. Não há impedimento, e, se houver necessidade, a gente toma. Acontece que, no ano passado — por isso que eu relatei para o senhor —, nós conversamos com o Secretário de Segurança. Fomos lá e ele falou para a gente: *“Não, vamos resolver passando assim.”* Então não havia motivos para uma interdição imediata, para causar um transtorno maior. Em seguida ele falou: *“Não deu certo lá, mas vamos passar para uma outra vara.”* E nisso foi. E nessa agora a reforma começou, tanto que os senhores perceberam lá: optamos por não interditar, facultamos o trabalho interno de preso.

O nobre Deputado até mencionou que o trabalho deve ser remunerado. Eu lembro que o art. 28 merece regulamentação, até porque um dos incisos diz que o produto do trabalho é para ressarcimento da despesa que o Estado tem com ele — vale dizer, e é só fazer as contas. O mesmo art. 28, salvo engano — eu teria que olhar a lei —, diz assim: a remuneração do preso é três quartos do salário mínimo, e parte ou... esse produto deveria passar por ressarcimento pela vítima e ressarcimento pelo Estado. Isso tudo tem que ser regulamentado. Nosso Estado ainda não regulamentou.

Questões jurídicas à parte, também quero registrar o seguinte: os 2 juízes da Execução Penal, como os 2 promotores, tocam aqui trabalhos pelo Conselho da Comunidade. Os senhores devem ter ouvido falar em trabalho na EMBRAPA, trabalho na Prefeitura. Tudo isso é através do Conselho da Comunidade. Todos esses jardins que estão aqui em redor, no Parque dos Poderes, são cuidados por



preso, Deputado. E esses presos que aqui trabalham através do convênio pelo Conselho da Comunidade recebem 1 salário mínimo — não três quartos, como diz a lei —, recebem vale-transporte e uma cesta básica. Infelizmente, esse é um serviço que é feito só com abnegados. São Conselheiros os juízes, os promotores da Execução, as defensoras, 2 representantes da OAB e representantes da sociedade como um todo. Esse povo tem pouco tempo de trabalho, então a gente tem que correr. Todo Conselheiro tem que correr atrás de incentivo. Apesar disso, é um bom projeto. Só na colônia penal agrícola tem 70 presos trabalhando nesse tipo de projeto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto aos 2 juízes se, nas visitas feitas aos estabelecimentos, se tem relatórios, e, se tiver, eu gostaria que passassem para a Comissão.

O SR. VÍTOR GUIBO - Nas visitas anteriores, muitas das vezes a gente não fazia relatório. A gente faz visitas, faz inspeções, a gente acabava não fazendo relatório. Depois da edição, da regulamentação do CNJ, nós passamos a fazer inspeções, porque o CNJ assim denominou, e essas inspeções nós podemos repassar o relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nessas inspeções, os senhores têm ouvido queixas dos presos, como torturas?

O SR. VÍTOR GUIBO - Não. Nunca ouvi isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não fizeram reclamação nenhuma.

O SR. VÍTOR GUIBO - Não. A mim não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essas visitas dos senhores são feitas nas celas? É chamado por um sorteio para ir no local da...?

O SR. VÍTOR GUIBO - Depende da segurança que eu tenho, eu ouço os presos. Mas é que o juiz, ele não é um advogado. A gente não vai lá para, embora faça isso, muito embora a gente acabe fazendo isso, até porque nós não podemos advogar, nós temos que aguardar que a Defensoria ou que o advogado peticione, para que nós possamos decidir. Eu não posso peticionar e eu próprio decidir isso. Isso seria uma anomalia que não se tolera. Mas a gente vai lá e inspeciona. Muitas das vezes, as nossas visitas são acompanhadas pelo promotor de justiça, pelo



defensor público, e muitas das vezes nós fomos até a cela sim, e conversamos com os presos.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - É comum, num estabelecimento penal, se entrevistar um juiz, entrevistar com os procuradores da autarquia, que estão lá em contato direto com o preso. Então nós pedimos a relação dos internos que presumivelmente teriam direito ao benefício. De posse dessa relação, nós levamos para a Vara de Execução Penal e fazemos uma checagem, para verificar os casos daqueles que têm direito a benefício. Normalmente, aqueles que têm direito a benefício, já está tramitando o pedido de benefício regularmente.

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu queria acrescentar um dado que parece que alguns dos Deputados perguntou. Pode não retratar, mas talvez por amostragem... Eu tenho aqui... Quando nós assumimos a Vara de Execução Penal, nós verificamos alguns problemas e adotamos algumas soluções. Uma delas foi criar uma central de cálculo de pena. Essa central de cálculo de pena verificou, por exemplo, que 31% dos presos tinham várias GRs, ou seja, tinham mais de um processo, e 69% dos presos tinham apenas uma GR.

Eu também queria fazer uma sugestão. Não sei se isso seria o caso, mas eu gostaria de sugerir... Foi um projeto de autoria minha. O Secretário adotou. No Estado, nós somos, a Vara de Execução, a única que implanta a videoaudiência. A videoaudiência tem uma lei que foi de iniciativa agora não sei de qual das Câmaras, passou pela outra, foi à sanção presidencial e eu não sei que fim levou, o que em muito auxiliaria na rapidez, na velocidade desse sistema. Outra coisa seria o controle eletrônico de presos. O controle eletrônico de presos pode evitar a prisão. Por exemplo, caso Maria da Penha. Não adianta nada o juiz, e a gente não faz isso, falar assim: *“Olha, o senhor não pode ir lá há 30 metros da vítima.”* Ele vai cumprir isso? Como é que nós vamos fiscalizar isso? A parte prática não é factível. Com controle eletrônico, isso seria possível. Com controle eletrônico, por exemplo, a meu ver, grande parte do serviço aberto e do semi-aberto pode ser retirado. O senhor está me entendendo? Várias penas poderiam ser substituídas até por esse tipo de controle. Isso é uma sugestão, porque isso aí não tem...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora o controle eletrônico já está autorizado pelo Congresso, já foi sancionado pelo Presidente e os Estados já podem implantar.

O SR. VÍTOR GUIBO - O controle eletrônico de presos na Vara de Execução?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, o monitoramento, pulseira eletrônica.

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu desconheço esse projeto de lei. O senhor tem o número do projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já foi aprovado pelo Congresso Nacional, pela Câmara e pelo Senado, e já foi sancionado pelo Presidente da República. Os Estados já podem aplicar...

O SR. VÍTOR GUIBO - Não foi aprovado não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já foi à sanção.

O SR. VÍTOR GUIBO - Ainda não foi não. Da videoaudiência foi à sanção. Não foi sancionada. Ele retornou por algum motivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Da videoconferência, tem um projeto principal dele, que é do Senador Tasso Jereissati. Eu fui o Relator dele na Câmara, com 2 emendas, porque o projeto, a princípio, ele só permitia a videoconferência do acusado preso. Inclusive fui autor de 2 emendas que ampliaram, tanto do acusado preso quanto da testemunha presa, do acusado solto ou do acusado solto e testemunha presa. Eles fizeram um projeto de lei pensando no Fernandinho Beira-Mar, numa transferência que foi feita dele para acompanhar o julgamento de uma testemunha contra ele. O próprio projeto não atendia àquele problema, porque o advogado do Fernandinho poderia alegar: *"Não, mas aqui a lei diz que o acusado preso é que tem que ser feito videoconferência."* Aqui a audiência não é do acusado, é da testemunha. Então eu fui o Relator e ampliei, para cercar bastante esse fato. O Senado ia votar. O Supremo, mais uma vez, ele entendeu que a videoconferência estava ferindo ali a nossa Constituição...

O SR. VÍTOR GUIBO - Conheço bem a fundo essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o Ministério da Justiça...



O SR. VÍTOR GUIBO - Tem um processo que até a citação era nula. O processo era todo complicado. Além disso, tem 2 decisões, também no Supremo, considerando válida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje, o entendimento do Supremo e do Ministro da Justiça... Inclusive estão...

O SR. VÍTOR GUIBO - Tem 1 decisão do Supremo, essa que o senhor citou, por maioria, e tem 2 decisões do Supremo considerando válida a videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é. E agora o Ministro da Justiça, Tarso Genro, estava tentando construir um acordo lá no Senado, porque essa lei era do Senado, foi para a Câmara, eu fui o Relator, sofreu emendas, volta para o Senado. Acho que foi o caso similar agora da questão do monitoramento eletrônico. Então, já que sofreu alteração...

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu me cadastrei em ambos os projetos, pelo sistema Push do próprio Congresso Nacional, para receber informações, e eu não tive informação de que houve sanção, nem que tenha ido à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para a videoconferência está sendo construído um acordo. O Ministério da Justiça é contra, o Ministro Tarso Genro é contra também a videoconferência. Alguns assessores...

O SR. VÍTOR GUIBO - Se eu presenciar uma videoaudiência realizada aqui no nosso Estado pelo sistema que nós utilizamos aqui, tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sou a favor. O meu Estado também já aplica, o Espírito Santo, e o Estado de São Paulo. Sabemos da economia, da praticidade em todos os aspectos.

O SR. VÍTOR GUIBO - Com todo o respeito, e eu respeito o posicionamento em contrário, é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu também acho absurdo.

O SR. VÍTOR GUIBO - E o monitoramento de preso vai ao encontro das necessidades inclusive do preso. Da sociedade porque vai ter um controle maior, vai retirá-lo da cadeia, vai permitir que ele trabalhe normalmente e vai mantê-lo longe de problemas, porque vai haver um monitoramento efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a CPI também tem esse entendimento. Nós entendemos que o preso, por exemplo, o albergado, que é um



problema hoje no Brasil, o preso albergado ele hoje é a porta de entrada para a droga na cadeia, de arma, porque às vezes ele sai, vai para rua, de tarde... Ele tem que dormir na cadeia. A gente não entende que tipo de raciocínio é esse que de dia uma mente não traz problema à sociedade, é uma mente boa, e à noite a mente é ruim, tem que dormir... porque senão causa problemas. E o preso albergado, ou semi-aberto, quando ele sai para trabalhar e volta, muitas vezes ele tem que sair, deixar um recado a mando de um líder da cadeia, ou quando ele volta ele tem que trazer uma arma ou uma droga para atender um líder, porque senão ele vai morrer dentro da cadeia, e acaba sendo vítima até do sistema. Eu acho que o monitoramento eletrônico, principalmente para o preso do semi-aberto, ou albergado, é um instrumento eficaz, e nos crimes de menor potencial ofensivo também é uma válvula de escape para o sistema caótico que nós vivemos hoje no Brasil. Eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria, antes de fazer as 2 últimas perguntas, eu queria passar para o Dr. Francisco, para o Dr. Vítor e para o representante do Ministério Público uma lista de presos que nós fizemos nos 3 estabelecimentos, que eles reclamam que já cumpriram pena, outros que já têm direito a progressão. Nós temos preso, por exemplo aqui, que alega que foi sentenciado a 7 anos e 10 meses e já cumpriu 8 anos e 2 meses. Há outro que alega que foi sentenciado a 8 anos e 4 meses e já cumpriu 7 anos e 4 meses. Nós gostaríamos de passar e solicitar cópias de alguns processos, para que a gente possa verificar se aquilo que é dito realmente confere, ou não. Porque é muito importante. A gente vai passar a lista para o senhor.

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu posso sugerir o seguinte também: por favor, encaminhe um dessas relações à Defensoria, outra à OAB, porque, como eu disse, se ele tiver alguma coisa e não foi requerido, aí poderia haver requerimento nesse sentido.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Com certeza ele deve ter outra condenação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como nós estamos de passagem, nós gostaríamos de ter a contribuição das autoridades, para a gente pegar cópia dos



processos, porque nós também estamos verificando a qualidade da defesa... E também saber se esses presos...

O SR. VÍTOR GUIBO - O senhor faça o seguinte: elabore a listagem e encaminhe, pode ser por *fax*, para mim ou o Dr. Gerardo. Aí nos remetemos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já estou deixando aqui. A gente pode até depois formalizar, mas já deixo com o senhor.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Os processos da 1ª Vara amanhã estarão à disposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A última pergunta que eu faço, Sr. Presidente, para todos, tanto para os 2 juízes quanto para o Ministério Público, para a OAB e para a Defensoria Pública, é sobre a viabilidade de se fazer um mutirão. Porque nós, em passagem rápida... As queixas dos presos...

O SR. VÍTOR LUÍS DE OLIVEIRA GUIBO - Deputado, posso fazer uma observação, se o senhor me permitir?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não.

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu sempre achei que mutirão é uma coisa que... Eu prefiro sempre achar soluções que corrijam o problema. A gente fazer mutirões acaba atrapalhando, embora eu nunca tenha me negado a isso. O Deputado esteve lá uma vez, nos convocou para um mutirão e isso foi realizado. Depois, numa outra feita, foi a OAB. Aliás, o mutirão da OAB, salvo engano, está em curso.

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Os mutirões são constantes, e tem um mutirão da OAB que está em curso.

O SR. VÍTOR GUIBO - O Dr. Sidney era criminal, mas tem a Dra. Delasnieve que estava verificando esse negócio, para fazer o mutirão. Também eu entrei em contato, e o Dr. Gerardo também, com uma das faculdades, que nos cedeu funcionários... funcionários não, estagiários da faculdade, para nos auxiliar lá nos serviços do cartório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A sugestão dos mutirões, nós estamos provocando os Estados, para saber da viabilidade. O Dr. Valtenir tinha me dito que lá no Estado dele foi organizado e foi exitoso. Porque o que nos angustia, Dr. Vítor, Dr. Francisco, é que o sistema está falido. Nós passamos rapidamente nos Estados e descobrimos coisas absurdas, como essa da colônia agrícola. A gente



desconfia que, se a CPI não passasse aqui, talvez demorasse mais tempo. Nós já vimos presos que recebem alimentação dentro de saco. Nós já vimos presos sendo curados com creolina. Em vários Estados é usado creolina. No meu Estado, creolina é usada para curar bicheira de animais, cavalos que estão com bicheira. E é usada em presos. Nós já temos visto muita denúncia de tortura. Nós temos visto presos com marca no corpo. A gente tem visto preso com quitandas.

O que nos impressiona é que a gente passa rapidamente e a gente vê essas queixas. São muitos presos dizendo: *“Olha, aqui não tem sabonete, é um sabonete para 30 presos.”* Nós já encontramos preso com AIDS. Vimos agora 2 presos com hérnias enormes na barriga. Mostramos aqui. Estão solicitando operação, não há retorno. Presos que merecem ser transferidos não vão. E nós estamos, assim, angustiados, porque permanecer com essa situação é uma situação que angustia tudo. Qual é a saída?

Só para concluir. Nós estivemos em Minas Gerais. Trinta e três presos foram mortos queimados. Os últimos 8 foram queimados porque ficou o juiz... O promotor fazia a petição, o juiz dava uma decisão, o Estado não cumpria, depois fazia um acordo... Essa negociação de Estado, Ministério Público e Juiz levou 5 anos, e o resultado final foi que 8 presos morreram queimados. Aí eu pergunto: não é hora de o Poder Judiciário... O senhor e os 2 juízes são responsáveis pela Execução. Os presos não trabalham, os presos não estudam, estão vivendo junto com animais. Não é a hora de o Ministério Público, de o Poder Judiciário ter uma atitude mais ofensiva, mais forte com relação ao Poder Executivo? Porque o que nós vimos hoje, Dr. Francisco, aqueles homens lá dormindo... O Secretário disse que não viu, não sabe, mas estão lá 80 homens dormindo junto com porcos, homens dormindo debaixo de árvores. Na hora que chove...

O SR. VÍTOR GUIBO - Mas o senhor ficou abismado porque foi lá um dia. Nós estamos há anos. O Dr. Gerardo tem quase 30 anos de magistratura, 20 anos só de Execução. Estou certo Dr. Gerardo?

O SR. FRANCISCO GERARDO DE SOUZA - Vinte anos.

O SR. VÍTOR GUIBO - Vinte anos só de Execução. Nós estamos mais abismados ainda. Não pense que é assim. Agora, eu lembro de novo: nós somos magistrados. Eu acredito muito firmemente que toda essa solução não é mágica.



Lógico que vai ter mágica. Não tem mágica para o sistema carcerário. O sistema carcerário só se resolve se construírem presídios adequados, se construírem hospitais adequados. Não tem mágica. Não tem mágica! Eu sou um pouco avesso a soluções assim pontuais. Vamos resolver... Esse provisório acaba virando definitivo. Eu tenho uma raiva desse negócio de provisório. Acho que o sistema carcerário passa por uma reformulação, e essa reformulação tem que ser geral. E, não tem jeito, tem de ter dinheiro. Está certo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Agora, Dr. Vítor, eu acho que não é só dinheiro. Eu acho que dinheiro ajuda, estrutura ajuda. Mas veja bem.

O SR. VÍTOR GUIBO - É com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou aqui que não chega perto dos presos porque não tem segurança. Nós temos andado em...

O SR. VÍTOR GUIBO - Não chega perto, não. Eu chego, sim. Eu chego em todos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós temos andado em todos os presídios, e nenhum preso faz nenhum gesto contra nós. Eu estou convencido...

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu chego sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu estou convencido... Só concluindo.

O SR. VÍTOR GUIBO - Vou em todos os presídios, converso com eles. Agora, eu não vou colocar em risco a minha segurança nem o nome da minha instituição. O Poder Judiciário não vai se colocar em risco. É lógico. Na colônia penal agrícola, estive lá há 2 semanas. No Presídio Feminino, há mais ou menos 1 semana. Falei com todas as internas do presídio semi-aberto feminino. Quer dizer, é hora de fazer a interdição? Eu acho que é essa a sua pergunta. Deputado, tem vários pontos que têm que ser pensados. Fazer a interdição é um remédio? É. Pode. Ano passado nós utilizamos ele pela metade. É possível utilizar de novo? É. Agora, com prudência e adequação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, nós temos andado no Brasil inteiro. Faltam recursos, falta estrutura, mas eu acho que, sem sentimento humano, pode botar o dinheiro que for. Se não tiver esse compromisso... Porque, Dr.



Francisco, não é só caso de juiz, de Ministério Público, de nós, políticos. Acontece que preso, preso não é prioridade neste País para o Poder Público.

O SR. VÍTOR GUIBO - Posso contar uma historinha só, um parêntese?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não.

O SR. VÍTOR GUIBO - Quando nós fizemos a interdição que ocasionou transferência do presídio semi-aberto feminino para um outro local... Eu não sei, infelizmente eu acho que vocês não visitaram o semi-aberto feminino atual.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Visitamos.

O SR. VÍTOR GUIBO - É porque parece que não estava no roteiro dos senhores, e é próximo lá de uma universidade. Ouvi uma entrevista de uma acadêmica dizendo assim: "*Olha, para que que vai trazer esse povo aqui? Tem tanta calçada para fazer.*" Enquanto a nossa população ficar achando que calçada é mais importante do que gente, nós estamos lascados. Eu concordo com o senhor: gente é gente, não importa se é preso, não importa se é promotor, juiz, deputado estadual ou federal. Gente é gente, e até por isso nós precisamos ter dignidade, mas essa dignidade passa por investimentos. O Conselho da Comunidade aqui, como eu disse para o senhor, tenta dar... E, um dado interessante — eu não sei se isso está correto com o dado, me perdoe se eu errar. Salvo engano, 70% a 80% dos presos que trabalham lá no Conselho não retornam, o que é inverso em outro lugar, no restante da população carcerária.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VÍTOR GUIBO - Não reincide. Mas nós temos consciência de que é uma gota d'água. Nós precisamos de apoio, de apoio do Poder Público, de apoio da sociedade. Infelizmente, o Judiciário não tem voz. É uma grande satisfação estar aqui, porque é uma das poucas vezes que o Judiciário pode falar. Via de regra, o Juiz fala nos autos, e o senhor sabe disso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu deixo a pergunta para os demais entes sobre a questão da possibilidade ou do mutirão ou de qualquer outra medida que possa desafogar o sistema, porque não só os entendidos afirmam que a superlotação, que cria uma série de problemas, é decorrente de excesso de prazo, de falta de aplicação de penas alternativas... Então eu estou preocupado de que... Se a solução for só criar vagas, se não pensarmos em tirar...



O SR. VÍTOR GUIBO - Não é só criar vagas, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... em soltar aqueles que já têm condição de estar soltos... Então, se não é o mutirão, qual é a outra alternativa?

O SR. VÍTOR GUIBO - Não, não é uma solução, não é uma solução. Criar vagas eu acredito que é a mais emergencial. Não é uma só solução. Eu tenho 7 mil processos, nós temos 10 funcionários. Só que fiz um projeto para acelerar o livramento condicional. Criei um centro de atendimento aos sentenciados. É o único do País. Nós utilizamos um centro para atender livramentos condicionais, para agilizar isso. Problema: eu tive que tirar funcionário do meu cartório para atender isso, e não foi repostado. Por quê? Porque o Tribunal de Justiça infelizmente não tinha condições para me repor isso. Criamos uma central de cálculos de pena. Eu vou até repassar isso para os senhores. Esses aqui são os... Hoje, nós temos um controle absoluto de cada um dos processos que entra para cálculo — o mais antigo é de outubro —, por questões de complexidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, além desta lista, vou deixar aqui alguns pro...

O SR. VÍTOR GUIBO - Eu acredito, particularmente, que o aparelhamento do Poder Judiciário, a colocação de... Não sei, mas hospital — o senhor está viajando pelo País —, hospital de custódia de pessoas com medida de segurança, o senhor encontrou algum?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muito pouco.

O SR. VÍTOR GUIBO - Encontrou algum? Sinceramente, eu desconheço um.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No Ceará, acho que nós encontramos um.

O SR. VÍTOR GUIBO - Encontrou um. Meus parabéns, porque eu realmente não tinha conhecimento. Nós não temos aqui. Isso está errado.

Assistente social. A Lei de Execução exige que haja assistência social para o preso e para a família do preso. Muitas das vezes, o preso não tem assistência, quanto mais a família. Mas isso precisa de estrutura, precisa ter o assistente social. Concorda comigo? Então, por isso que eu falo assim... E precisa de investimento nessa área, de investimento federal, investimento estadual, seja lá o que for.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Valtenir.



O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu queria fazer uma consideração com relação à colônia penal. Foi falado em investimento e tudo o mais. Há muito tempo que está-se vivendo, percebendo aquela situação. Eu vejo assim. A OAB provoca o Ministério Público. A Defensoria recentemente ganhou mais uma atribuição, que é entrar com ação civil pública — tem essa legitimidade. Evidentemente, o juiz da Execução não tem a prerrogativa, a competência para poder decidir a respeito disso, mas uma ação civil pública para obrigar o Poder Público a fazer esse investimento é uma alternativa.

O SR. VÍTOR GUIBO - Salvo engano tem, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Já proposta?

O SR. VÍTOR GUIBO - Já existe.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Já existe ação civil pública proposta pelo Ministério Público para compelir o Estado a fazer o investimento?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não, mas o que eu estou dizendo é o seguinte, ação civil pública para investimento, para melhoria nas condições. Seria para isso. Uma ação civil pública nesse sentido facilitaria o quê? A solução do problema. E aí é onde entra o papel do Poder Judiciário. Porque eu digo o seguinte, eu tenho percebido isso... Na condição de defensor público — e em seguida fui para a Câmara de Vereadores —, a gente vê que a dinâmica do Executivo e do Legislativo é bem diferente da dinâmica do Judiciário. No Judiciário você peticona. Se o juiz conceder, tudo bem; não concedeu, você recorre. Você tem vários instrumentos e medidas assim praticamente rápidas de você obter aquilo que você pretende. Na política não, o negócio fica enrolando, enrolando... Pode ver aí, acho que há mais de 7 anos que está essa situação e não se resolve. Então é onde eu digo: o Poder Judiciário tem um papel fundamental exatamente para corrigir as deficiências do Legislativo e do Executivo quando os 2 falham, que é o que está acontecendo com a colônia penal agrícola.

Então, uma ação do Ministério Público, ação civil pública, ou da própria Defensoria, que agora tem essa atribuição, com toda a certeza, o Judiciário, sendo



firme, tem condições sim de compelir o Executivo a resolver essa questão, investir e tornar aquele lugar um lugar salubre. Essa é minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Antônio queria fazer uso da palavra para fazer uma explanação também a respeito dos fatos?

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ DAVID MEDEIROS - Bom, eu sou promotor da Execução Penal também em Campo Grande, como a Dra. Luciana, e eu sou promotor especificamente da colônia penal. No ano de 2004, respondi pela colônia penal agrícola, e na época houve uma tentativa de desativação do semi-aberto lá. Era o único semi-aberto no Estado. Eu entrei com essa ação civil pública e inclusive ela acabou indo para a esfera federal, porque acabou envolvendo presídio federal, e, apesar da celeridade que foi dita, até hoje ela não tem trânsito em julgado. Ela está no TRF 3. E o que aconteceu? Eu retornei novamente, ano passado, para a Execução Penal e para a colônia, juntamente com o Dr. Vítor. Até foi um encontro de novas autoridades. Trocou o Secretário. Estava o Dr. Vítor. Eu voltei. Nós optamos...

Eu não sei se uma coisa que parece clara... não sei se parece clara para os Srs. Deputados é que aqui nós estamos tentando, hoje, não uma política de enfrentamento. Nós, como o Dr. Vítor falou, fizemos mais de 10 reuniões ano passado, com o Secretário e tudo, e vários projetos foram implementados. O que foi dito aqui... Até o Anúncio, que é o Presidente do Sindicato, ele falou. Foi perguntado: *“E a situação da colônia, sempre esteve assim?”* *“Sempre.”* Sempre esteve assim em relação ao número de agentes. Agora, nos meses de dezembro e janeiro, em razão da alteração e da progressão de presos que ficaram retesados nos crimes hediondos, entraram 400 presos. Como foi dito aqui, isso é um presídio inteiro. Na verdade, juntamente até com o Secretário, ano passado, em uma de nossas reuniões, que foi o primeiro projeto que o Dr. Vítor falou, que seria... Ele era para estar pronto em setembro do ano passado. Então nós estamos tentando trabalhar conjuntamente. O que que adiantaria eu, como membro do Ministério Público, dizer: *“Entre com ação civil pública, fiz o meu trabalho”,* e esquecer? Isso daí, eu acho que...

Só para concluir. Então a gente acompanhou tudo isso. Fizemos as visitas, inclusive com o Secretário. Era para estar resolvido, porque a gente já estava prevendo essa entrada de 400 presos lá. Agora, depois desse projeto teve outro.



Também não conseguimos. E agora já estavam construindo. Não é porque os senhores vieram aqui. Nós estamos aqui e estamos trabalhando isso. Faz muito tempo que... Como o Dr. Vítor falou, seria fácil a gente chegar, construir um barracão, alugar, enfiar um monte de presos... Chegam os Deputados aqui, está tudo bonito. Aí vocês vão embora e a gente fica com aquilo lá. A solução que pelo menos tem sido a política do Ministério Público, que nós estamos tentando trabalhar em conjunto com a Secretaria, são soluções definitivas. O exemplo foi dado: o semi-aberto feminino. O pedido de interdição partiu de mim e da Dra. Linda. O que que aconteceu? Caos. O caos no presídio fechado feminino, de outro lado. Porque a gente também tem que lembrar uma coisa, que eu quero botar bem claro. O crime, eu, como membro do Ministério Público, eu tenho que dizer isso aí, ele tem 2 lados: o do autor, que está sofrendo — nós estamos trabalhando por isso — e o das vítimas. O que aconteceu? Teve gente, por exemplo, de homicídio que ganhou prisão domiciliar. Aí vem a vítima do crime: *“Doutor, o cara me matou e está passando na frente da minha casa.”* Não, ele está preso em prisão domiciliar. Então, como membro do Ministério Público, eu fico preocupado com essa situação também, que é a situação de segurança. Porque, se a gente interdita hoje, o que vai acontecer? Foi dito aqui: *“Ah, eles são heróis de estar lá.”* Tudo bem. Mas nós estamos fazendo um trabalho grande, inclusive. Quantas operações tivemos? Na verdade, se não tivesse as operações, quem fugiu e quem cometeu outros crimes... E teve mais, lá já chegou a ter quase 700 presos, se não me engano. Foi resultado dessas progressões. Mas tudo isso foi visto. Tentamos resolver até antes do tempo, com gerenciamentos e pedidos. Era para estar resolvido em setembro do ano passado, e até, por um voto de confiança...

O nobre Deputado é defensor público. Sabe bem que, mesmo com a ação civil pública transitada em julgado, que isso daí pode demorar. Tribunal de Justiça, STJ e STF, para executar isso daí, quanto tempo seria necessário? Como os senhores viram, tem os projetos do Secretário aprovados pelo DEPEN. Inclusive eu estava investigando, e até comentei com o Secretário, que eventual ação civil pública poderia obstar a vinda de recursos pelo DEPEN, que ele tem certas limitações. Então, como aqui nós vemos, vamos dizer assim, nós não estamos num túnel fechado, nós estamos vendo uma luzinha lá, e a gente tem medo de que uma



ação civil pública derrube esse túnel e a gente fique na completa escuridão. Por isso que eu coloquei isso daí.

Até a título de colaboração — o Dr. Vítor já colocou —, a gente tem vários projetos aqui. Tem o projeto da vídeo, que nós estamos aplicando. Esse problema dos presos que reclamaram de estar no fechado, nós implementamos... estávamos fazendo 250 audiências por mês, graças à videoaudiência. Até agora nós seguramos, porque o problema da colônia se tornou tão grave, e quem fugiu acabou. Mas nós trabalhamos nisso, e muito. Por isso que fica até uma visão um pouco... Vocês mostraram várias fotos aqui. Eu vou dizer uma coisa. Isso daqui não é algo para se ver em foto, isso aqui é um filme e tem um roteiro muito grande. E nós estamos trabalhando nisso. Essa foto que do aconteceu foi algo que decorreu nos últimos 3 meses. Os agentes penitenciários podem dizer que não existia esse número de presos na colônia. Não existia. Eu afirmo porque, em janeiro, eu respondi pela Dra. Luciana e fui intimado de 300 progressões do regime fechado, que era o pessoal retesado do hediondo. Então, em 3 meses, acho que até seria demais. Nós tentamos prever isso, para não chegar nessa situação. E agora, hoje, se a gente pedir uma interdição e fechar a colônia, não vai re... eu acredito que não vamos fazer parte da solução, nós vamos fazer parte do problema. Então, como tem esse prazo de 90 dias — foram 120 que o Secretário falou, mais esses 90 dias —, nós acreditamos que a solução provisória vai resolver o nosso problema aqui de condições dos presos. No feminino foi resolvido. Se os senhores tivessem vindo aqui em julho do ano passado, os senhores iam achar a colônia... ia ser tranquilo, porque a gente resolveu os problemas atacando pontualmente, para resolver de vez.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Vamos deixar registrado que a CPI não pediu a interdição de lá. O que a CPI está pedindo é investimento nas melhorias e nas condições para poder receber o preso. E outro questionamento da CPI não é a quantidade de presos lá, é exatamente o ambiente insalubre de como eles estão vivendo. A questão é essa. Então é bom a gente deixar isso bastante claro.

Com relação à ação civil pública, eu não vejo nenhum demérito em você ter uma ação civil pública e continuar conversando, e até firmar um acordo dentro da ação civil pública. E a ação civil pública, com toda a certeza, você com esses



documentos indo ao DEPEN, é um motivo a mais para o DEPEN olhar com carinho aquela demanda. Então eu não vejo nenhuma dificuldade. Você com engenheiro, com laudos dentro de uma ação civil pública, dentro de um processo, isso até facilita para o DEPEN, para ele poder atender a demanda de Mato Grosso do Sul ou de qualquer outra região do País, de qualquer outro Estado.

Então, eu acredito no Poder Judiciário, acredito no Ministério Público, acredito na Defensoria, acredito nas instituições. E o que nós temos que fazer é trabalhar, botar a cara, assumir as nossas responsabilidades e avançar e utilizar de todos os instrumentos necessários e possíveis colocados à nossa disposição, de acordo como está na Constituição, até os princípios implícitos, como é o caso da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança, da vida, que está ali no art. 5º.

Então a gente está aqui exatamente levantando os problemas, para poder ajudar a padronizar um procedimento nacional, dar sugestões, ajudar o DEPEN inclusive na facilitação da liberação desses recursos, conforme — a gente vai mostrar — as dificuldades de cada Estado que já visitamos e haveremos de visitar, exatamente para poder ajudar o sistema penitenciário como um todo. E como já foi colocado aqui, vamos colocar o cidadão em primeiro plano, mesmo que seja aquele que teve problema de convivência social e veio a praticar um delito, veio a ofender a sociedade. Temos que incluir esse cidadão, porque o prejuízo é de toda a sociedade, quando ele continua no mundo do crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Vítor, ao Dr. Francisco Gerardo, ao Dr. Antônio André pela participação aqui conosco. Acho que o importante neste debate é nós colocarmos todos os atores que podem contribuir para soluções do problema carcerário. Aqui representamos o Governo Federal, o Governo de Estados, as instituições, para que o debate possa fluir no meio da sociedade e até para que a sociedade possa se sensibilizar. Nós já dissemos aqui: não é somente querer construir. O Governo Federal, desde 2003, quer construir 5 presídios federais no Brasil. Só conseguiu inaugurar 2 até hoje, porque os Estados não querem presídio federal, embora reclamem que os presos federais não são de competência dele, são de competência da União. Mas não querem presídio federal nos Estados. O Governo quer construir 5 desde 2003. Só conseguiu construir 2 até hoje. Tem 2 presídios que ele não conseguiu ainda um



Estado e uma cidade que queira receber. Na verdade, aterro sanitário, quebra-mola, ponto de ônibus, cadeia, todo mundo quer, sabe que precisa existir, mas todo mundo quer longe da sua casa, ninguém quer perto. Então é um problema sério.

Então a sociedade precisa estar sensibilizada para esse problema. Investir em presídio não é dar regalia para preso, é garantir a segurança da população, e nós estamos convencidos disso.

Sabemos da dificuldade que 2 juízes têm para cuidar de 13 mil processos. São muitos problemas. Nós sabemos que nem sempre as reclamações que são feitas também dentro das celas são verdadeiras, porque a gente sabe que boa parte tem outras acusações, tem outros crimes, mas nós estamos trazendo à tona um debate que precisa ser feito, sabendo da dificuldade do Governo de investir, de deixar de construir um hospital para construir um presídio, porque a comunidade reclama.

Eu tenho 7 anos de vida pública e eu nunca fui convidado para a inauguração de um presídio. Eu não sei quem já foi convidado aqui. Porque ninguém gosta de construir, ninguém gosta de investir, porque não dá para soltar foguete quando inaugura, não dá para fazer festa, não dá para fazer coquetel, porque ninguém gosta de participar de inauguração de presídio. Então é bem melhor construir uma unidade pequena, uma praça, porque faz festa, traz artista, faz um *show* grande, inaugura. E isso não dá voto para ninguém. Tem até pessoas que perguntam a nós, que estamos envolvidos no sistema: *“Por que vocês estão mexendo com preso? Esse negócio não dá voto!”* Até falam assim: *“Esse negócio faz é perder voto.”* Tem muita gente que tem um conceito diferente. Mas, na verdade, é o que nós já dissemos. Nós não estamos aqui para defender preso nem preso nem governo. Nós estamos defendendo um sistema que funcione. Nós sabemos a função de um presídio. E muita gente se engana e pensa que a função do presídio é só reeducar preso. E não é. A primeira função do presídio é interromper a trajetória do crime. Sistema penitenciário, primeira função: interromper a trajetória do criminoso. A sociedade quer ter a sensação de que o elemento que estava trazendo transtorno na comunidade ao ser preso não vai mais incomodar. Essa é a primeira sensação que a sociedade quer ter. Então, a primeira função do presídio: interromper a trajetória do criminoso.



Segunda função: disciplinar aquele elemento, o cidadão. Nem todos que estão presos são bandidos. A maior parte são infratores, cometeram delitos, mas não têm uma mente marginal. Nem todos que estão soltos também não deveriam estar na cadeia, porque tem muitos que não foram presos por sorte, ou por ineficiência da polícia, ou até mesmo da Justiça. Mas a segunda função é disciplinar.

Hoje, o presídio não cumpre a primeira função, porque os presos comandam os crimes de dentro das cadeias. Segundo, não disciplina, porque em muitas cadeias quem manda são os presos. Os agentes têm que pedir licença para andar, como aquela placa, que eles não podem tirar, do PCC, porque senão os presos vão achar ruim com eles.

Terceira função: ressocializar e educar. Agora não dá para aplicar nenhuma política de educação, ou qualificação, ou ressocialização se não tiver espaço, se não abrir novas vagas. Você pode pegar o seu filho e matricular na melhor escola de Campo Grande, os melhores professores, a melhor direção, a melhor apostila, os melhores métodos, mas se numa sala onde couber 40 alunos tiver cem, o ar condicionado não vai funcionar, o aluno não vai aprender, porque uns vão ficar em pé e outros sentados. Então, não tem jeito.

A solução imediata é a que o juiz, Dr. Vítor, disse: investimento. Precisamos investir, precisamos abrir novas vagas, construir novos espaços. E nós temos que ser parceiros nisso. O Governo Federal vai investir 7 bilhões nos próximos 3 anos no PRONASCI, no Programa Nacional de Segurança Pública. Esse ano tem 1 bilhão 260 milhões para investir no sistema prisional. O Governo quer construir 35 mil novas vagas dentro do sistema carcerário. É pouco. Os Governos Estaduais, se participarem também, nós poderemos — quem sabe aí, nos próximos 4 anos, se não aumentar a população carcerária e ficar do jeito que está — reduzir esse déficit de 220 mil para 100 mil vagas no Brasil.

Então, é um problema sério que todos têm a obrigação de encarar. E a Câmara Federal está comprometida. Estamos discutindo as propostas que precisam ser discutidas no Congresso Nacional. Aí vêm as reclamações e as acusações. É culpa do Congresso que faz as leis. Eu quero dizer que as leis elaboradas no Congresso Nacional, somente de alteração do Código Penal, são feitas por policiais federais, que representam as instituições no Congresso; por delegados que foram



eleitos e estão no Congresso; por advogados, que foram eleitos e representam a OAB no Congresso; por promotores, que foram eleitos e representam o Ministério Público no Congresso; por juízes, que são eleitos e representam a instituição no Congresso. E quando se fala no Congresso parece que Deputado saiu de outro planeta e foi implantado lá dentro. Não, é oriundo da sociedade, representando essas instituições. E não existe uma lei aprovada no Congresso, principalmente na área penal, que não tenha a participação de delegado, de advogado, de juiz, de promotor, ou seja ele de qualquer outra instituição. Se as leis são falhas é porque os representantes dessas instituições estão falhando, ou estão defendendo o corporativismo dentro do Congresso Nacional, porque o *lobby* que é feito pelas instituições para patentear as suas ações dentro desse processo é muito grande. É por isso que as leis não saem bem feitas no Brasil.

Na verdade, nós temos uma cultura de fazer lei para ser interpretada. Nós não fazemos lei para ser cumprida no Brasil. Nós fazemos leis para advogado e juiz interpretar. E muitas leis são interpretadas de acordo com a convivência, com a convivência ou com a consciência de quem vai julgar ou de quem vai fazer a defesa. E aí depende do comportamento de cada um. Ou seja, o Congresso Nacional está fazendo a sua parte. Quero mais uma vez dizer: se as leis não são bem-feitas não é culpa do operário, marceneiro ou metalúrgico. É porque os representantes dessas instituições — e todas essas instituições que eu citei têm representantes no Congresso — não colaboram ou não querem. Querem deixar que as leis continuem com brechas para que eles possam utilizar em favor dos seus futuros clientes. Essa é uma verdade que tem que ser dita nesta audiência.

Nós vamos ouvir, agora, o último convidado que se inscreveu para falar, o Sr. Rafael Garcia, que terá 5 minutos para falar, antes de concluirmos nossa audiência. Ele vai falar em nome dos procuradores da entidade pública do Estado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim. Vamos dar, também, 5 minutos para falar. Assim, vamos encerrar a nossa audiência.

O SR. RAFAEL GARCIA RIBEIRO - Sr. Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta CPI, em nome de quem eu cumprimento as demais autoridades presentes na Mesa; nosso Presidente, Coronel Hilton Villasanti Romero, Presidente



da AGEPEN, cumprimento também a sua diretoria; procuradores aqui presentes; todos os integrantes do sistema penitenciário: agentes, oficiais, gestores; autoridades; e demais que compõem esta plenária. Tenho a satisfação, Deputado, nesta oportunidade, de esclarecer alguns pontos que ficaram obscuros na questão do atendimento jurídico. Hoje, o sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul conta com 50 procuradores integrando o quadro do sistema penitenciário. Só na capital temos 12 procuradores atuando diariamente dentro das unidades penais — isso deve ser dito e esclarecido —, além do atendimento da Defensoria Pública, que se reserva mais na questão dos presos processados. Então, nós fazemos o atendimento diariamente. Só na segurança máxima, por exemplo, nós temos 3 procuradores atuando diariamente. E esse atendimento é feito e acompanhado junto com o Ministério Público, com o Judiciário. E quando há algum retardamento, nós buscamos soluções: conversamos com o juiz, conversamos com os promotores, e resolvemos essa situação. Então, o atendimento jurídico do sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul é feito de forma pontual e criteriosa. E isso os nossos juízes e promotores públicos aqui presentes podem ratificar esse tipo de trabalho, o que nós fazemos dentro da unidade penal. A Defensoria Pública, como eu já disse, reserva-se mais ao atendimento de presos processados; raramente faz atendimento de presos condenados. Somente o atendimento é feito junto ao fórum, lá na execução penal. Nos presídios, quem faz somos nós. Deve ser dito que é um trabalho feito por uma categoria que é reconhecida pelo próprio Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, nós temos 50 procuradores atuando no Estado de Mato Grosso do Sul e em todas as unidades penais nossa, e esse atendimento é feito diariamente. Questão de mutirão. Nós fazemos do sistema penitenciário... Além desse atendimento que nós fazemos diariamente, nós fazemos, 2 vezes por ano, 2 mutirões. Reunimos os procuradores e fazemos, naquelas unidades onde tem grande quantidade de presos, para que possamos detectar se existe ou não algum preso com pena vencida, como eles costumam alegar. Pena vencida. Eu posso garantir ao nobre Deputado, com segurança, sem medo de errar, porque eu faço isso com critério, diariamente, sempre fiz: não detectamos mais do que 10% — vou dizer 10%, mas estou colocando índice acima — de que tenha algum preso com algum tipo de pena vencida, hoje, dentro da nossa instituição, e que não tenha



pedido de requerimento feito. Ao nobre Deputado, gostaria que fosse acrescentado, na questão da defensoria, quando deixou uma margem de que praticamente não haveria esse atendimento de forma criteriosa e que alcançasse o objetivo da necessidade desse atendimento. Também ouviu-se dos nobres Deputados da questão de presos que reclamaram de pena vencida. Isso posso dizer que não existe. Pode existir algum caso, assim, esporadicamente. Todos os presos que estão ali estão aguardando alguma análise. Se têm direito a algum benefício, estão aguardando alguma análise do Judiciário. Mas está requerida. Mas essa análise do Judiciário, às vezes, depende... É que, às vezes, ele tem direito num benefício aqui, mas ele está preso por outro processo, lá, em andamento, que também dificulta a análise dessa decisão. Além disso, nós temos, também, atendimento médico, dentista, social e psicológico diariamente, dentro de nossas unidades. Todas as instituições do sistema penitenciário estão amparadas por essas categorias. O sistema da colônia penal agrícola, como V.Exas. constataram lá, hoje, esse excesso de presos que aconteceu, no período de 6 meses para cá, foi o caso que posso dizer de uma anormalidade, em função da questão da progressão dos crimes hediondos. Não se tinha previsão orçamentária, não se tinha unidades penais construídas para acudir todas essas necessidades. Então, aconteceu essa situação. Mas também temos procurado buscar algumas alternativas, como disseram os promotores aqui e o Judiciário, porque não tem como deixar de você conceder a progressão do regime fechado para o semi-aberto, porque, senão, também quebraria lá. Então, o que nós podemos... Eu colocaria como sugestão, junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que selecionemos, então, alguns presos que já tenham, assim, preenchimento de alguns requisitos subjetivos, como bom comportamento, tudo no prazo de 120 dias, e analisemos uma situação de conceder prisão domiciliar a alguns presos que possam se beneficiar, terem condições desse benefício, e conceder prisão domiciliar por 120 dias, até que consigamos terminar a construção dessas unidades novas e atender as necessidades desses presos, para que saiam daquela anormalidade que encontramos lá, hoje. Esses, Deputado, seriam alguns esclarecimentos que eu gostaria que fossem feitos, porque ficou um pouco meio truncado na questão do atendimento jurídico.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos o Sr. Rafael Garcia pela sua participação, colaboração e esclarecimentos postos para nós, neste momento. Agradecemos a sua presença.

O SR. RAFAEL GARCIA RIBEIRO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos passar a palavra agora ao Sr. Arcelino Vieira, Delegado Federal. Falará pelo tempo, também, de 5 minutos.

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Sr. Deputado Neucimar Fraga, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa; senhoras e senhores; demais autoridades aqui presentes, eu, inicialmente, queria registrar a satisfação de estar participando deste evento, por entender, por ser uma questão de foro íntimo, por entender que a saída para muitos problemas da segurança pública esteja realmente no investimento do sistema penitenciário. Porque se o Estado não se desincumbir do ônus de segregar realmente quem deve estar segregado... E como V.Exa. muito bem falou, interromper a trajetória criminosa, as organizações vão ficar cada dia mais permeáveis, vão cada dia mais crescer, e o Estado não vai ter condições de abatê-las no devido momento, quando estiverem demasiadamente crescidas. Inicialmente, tinha sido me comunicado que eu falaria, e preparei uma apresentação um pouco maior. Eu vou tentar ser um pouco mais breve, em razão do adiantado da hora, e vou tentar — V.Exa. recebeu aí um pedido de interdição do presídio federal — fazer a apresentar e, no final, vamos comentar cada um dos itens alegados pela senhora advogada, que, infelizmente, não se encontra presente para nos ouvir, para que as coisas estejam o mais esclarecidas possível. O sistema penitenciário federal nasceu, em 2006, com a reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional, quando criou o Sistema Penitenciário Federal, em razão dos ditames do art. 86, § 1º, da Lei de Execução Penal. Esse artigo, embora a lei fosse de 84, nunca tinha sido... O Sistema Penitenciário Federal não havia sido criado ainda, e o modelo atual é para que os presos que sejam destinados ao Sistema Penitenciário Federal sejam escolhidos, vamos dizer assim, utilizamos um critério qualitativo. Lá, por enquanto, não temos só presos federais. Temos presos federais, presos condenados pelas Justiças Estaduais, mas o critério, atualmente, tem sido o da periculosidade do preso — a periculosidade tanto para a sociedade, quanto a



própria permanência do preso no sistema penitenciário estadual. Há presos que se estiverem em conjunto com outros presos podem ser assassinados. O Sistema Penitenciário Federal, por enquanto, está desenhado para essa população carcerária, que precisa de tratamento especial. Regulamentando o Sistema Penitenciário Federal, foi editado o Decreto nº 6.049, de 2007 — que vou passar mais rapidamente. As penitenciárias federais. São 5 penitenciárias federais, no projeto inicial. Dessas cinco, temos quatro construídas já: duas em funcionamento: uma em Catanduvas; outra, em Campo Grande. Uma em Mossoró; outra em Porto Velho. As de Mossoró e Porto Velho já estão prontas, só aguardando a realização do novo concurso de Agente Penitenciário Federal, para começar a trabalhar, para começar a receber internos. E a quinta, que deve sair do papel este ano, a construção deve se iniciar este ano ainda, é no Distrito Federal. Em cada penitenciária federal, temos a capacidade de receber 208 internos, de modo que no final das 5 penitenciárias teremos 1.040 vagas. Esclarecendo que essas 1.040 vagas são destinadas exatamente para esses presos de maior periculosidade, presos como Fernandinho Beira-Mar; Juan Carlos Ramirez Abadia; o Girotti, que foi o mentor do furto do Banco Central, em Fortaleza. Enfim, presos, líderes de organizações criminosas. Então, uma população carcerária um pouco mais qualificada no crime. A Diretoria do Sistema Penitenciário Federal está dividida em 4 coordenações gerais, com representações em cada unidade. Então, nós teremos em Brasília uma coordenação geral de tratamento penitenciário, que na unidade penitenciária federal corresponde à divisão de reabilitação. Nós teremos uma coordenação geral de inteligência, que na unidade penitenciária é representada pelo órgão de inteligência local. De forma que a tônica do sistema penitenciário federal, embora trabalhando com presos de alta periculosidade, é de, além de segregar, tentar, de alguma forma, ressocializar esse preso. Como, isso? E aí começa já um pouco da nossa defesa, em razão da interdição do presídio federal. É que o Governo Federal investiu 25 milhões de reais na construção de cada unidade penitenciária federal. Dados obtidos hoje demonstram que um presídio normal custaria em torno de 10 milhões de reais. Então, nós temos uma penitenciária por 25 milhões de reais. Penitenciárias federais que têm uma estrutura tecnológica de Primeiro Mundo; uma estrutura tecnológica de fazer inveja para muitos países de Primeiro Mundo. Nós



temos, aproximadamente, 200 câmaras. Todo trajeto de uma penitenciária federal, desde o posto de entrada, até o recolhimento na cela, é filmado e transmitido para uma central de monitoramento, central que fica em Brasília e também na unidade penitenciária local. Por que isso? Para evitar: “*Ah, o preso sofreu agressão; o agente bateu no preso; o agente praticou algum tipo de tortura*”. Tudo é monitorado, os procedimentos são muito rigorosos. Esses procedimentos são analisados, como eu falei, por essa central de monitoramento, e que percebendo qualquer erro de procedimento, no final do dia, no relatório gerado no final do dia, nós temos condições de corrigir o eventual erro que tenha acontecido. Para que isso seja possível, nós temos como operadores do sistema penitenciário federal os agentes penitenciários federais.

Foi falado aqui do salário médio de 1 agente penitenciário estadual. O agente penitenciário federal tem um salário um pouco... bem diferenciado, um salário que, para os padrões atuais, é um bom salário. Foi investido em treinamento desses agentes. Todos eles tiveram treinamentos para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um agente federal?

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Líquido, dá 3.600 reais. São 4.500 brutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Inicial?

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Nós temos 250 agente, aqui.. Duzentos e trinta agentes penitenciários federais, aqui, para cuidar de 128 internos. Já também utilizando da proporção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só pela matemática, vocês têm 2 agentes para cada preso?

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aqui, na Colônia Penal, são 2 agentes para tomar conta de 600.

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - É. Pelos dados obtidos aqui, foram 800 agentes para 1.000 presos. Nós temos 230 agentes para 128 presos.



Claro que são distribuídos em plantões. Então, nós vamos ter... em cada plantão gira em torno de 50 agentes para cuidar dos 128. Mas o nosso sistema é diferenciado. É um sistema que é 1 só por cela. No sistema penitenciário federal temos, para cada cela, 1 único interno. Podem passar, porque mais à frente nós vamos... Aí é a foto da Penitenciária de Catanduvas. A próxima é a Penitenciária Federal de Campo Grande, e as regras na penitenciária, que vou passar mais rapidamente. Já falei no início, que o ingresso é um critério qualitativo, não é um critério quantitativo de pena, nem quem promoveu a condenação, mas em razão da qualidade dele, como preso de alta periculosidade. Vamos passar. Depois da inclusão. Quando o preso chega na penitenciária federal, por ordem do juiz da Execução Penal federal — que aqui no Estado é representado pelo Dr. Odilon e pela Dra. Raquel —, ele passa... na penitenciária ele entra numa triagem. Nós chamamos de triagem um período de até 20 dias em que o preso fica recolhido para tomar conhecimento de todas as regras da penitenciária federal. Pode passar. Quando está submetido à triagem, ele vai receber tratamento médico, tratamento odontológico, consultas com assistente social, psicólogas, e será feita toda uma análise criminológica dele. Além disso, ele vai receber uma cartilha onde serão informados os direitos e os deveres dele, dentro da penitenciária federal, e um *kit* de higiene. Esse *kit* é distribuído 2 vezes por semana. Ele recebe um *kit* com Prestobarba, creme dental, escova de dente, 2 conjuntos de calças, 2 conjuntos de camisas, toalhas, papel higiênico. Enfim, tudo o que ele precisa para conviver dentro da unidade penitenciária é fornecido pelo Estado. Nada entra de fora. Em razão disso, é um sistema caro. O preso, em média, custa 4 mil reais por mês. Quatro mil reais por mês, sendo que nós temos um médico à disposição; nós temos um dentista à disposição, a 30 metros da entrada da cela dele. Então, se algum interno passar mal, se algum interno sentir dor de dente, como foi relatado hoje, ele tem condições de ser tratado logo de imediato. Se isso não ocorre, nós temos parcerias com o Estado, parcerias com a Secretaria Municipal, que nos atende também de pronto. Tivemos casos de presos que chegaram precisando de cirurgia, foram submetidos a tratamento cirúrgico, e hoje estão bem na unidade. O acesso aos visitantes é um acesso também bem rastreado. Os presos são submetidos... Os visitantes dos presos são submetidos a uma análise, e a revista também é uma



revista um pouco diferenciada. Dentro da vigilância nós temos equipamentos da mais alta tecnologia. São câmeras... Como eu falei, são 200 câmeras digitais, detectores de metal, espectrômetro. Esse é um equipamento que muitas polícias não têm. É um equipamento que consegue detectar vestígios de drogas e explosivos. Então, se eventualmente houver suspeita de que o preso teve acesso à droga, ele pode ser submetido ao exame do espectrômetro, e vamos verificar que realmente teve contato físico com a droga ou com qualquer explosivo. Todo o trajeto é monitorado, como eu falei. Para entrar na área de segurança, qualquer pessoa, inclusive o juiz da execução, o diretor da penitenciária, qualquer autoridade é submetida a um exame biométrico com as digitais. Então, você deixa as digitais lá, e o sistema só vai liberar a sua entrada se ele reconhecer que a digital é de alguém que foi devidamente cadastrado.

Nós temos aí a foto do detector de metal que utilizamos, a catraca de acesso por digitais. Então, qualquer visitante vai ser submetido a um cadastro e, posteriormente, vai colocar as digitais naquele equipamento para poder ter acesso à parte de segurança. Aí, os Raios X, o espectrômetro, que é esse equipamento que eu falei que detecta partículas de explosivos e drogas. As visitas, a entrada — aí só uma foto. Ali é uma foto representando o cadastro. Como é feito o exame biométrico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aquele ali acho que sou eu.

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - (*Riso.*) Na segurança são aproximadamente 17 portas que separam a entrada até a parte de segurança; 200 câmeras; central de monitoramento; 250 agentes bem treinados; armas não letais na área de segurança; armas de grosso calibre na área externa; celas individuais de 6 metros quadrados, com cama, banco e mesa de concreto; contato com advogados através de parlatórios; espaço próprio para visitas — não existe visita em cela; visita íntima em espaço adequado; solário para o banho de sol, registrando que o grupo máximo que circula na penitenciária federal são 13 internos. Então sempre são grupos de 13 internos. São 13 internos que vão ser submetidos a banho de sol. Se eles vão para a aula, são também sempre 13 internos. Aí o croqui de uma cela. Pode passar. A comunicação dos agentes com os presos. O projeto inicial era de



que houvesse a implantação do microfone de lapela para que a conversa fosse gravada. Infelizmente até agora não foi possível implementar essa tecnologia, porque não existe no mundo uma empresa habilitada para isso. Uma única empresa, da Dinamarca, nos visitou no mês passado para implantar esse sistema. Então, está em vias de aquisição pelo sistema penitenciário. Aí a foto das nossas torres. A foto dos parlatórios: o advogado de um lado tem contato com o preso do outro lado. O advogado não tem contato físico com o preso. Medidas de reabilitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Delegado, V.Sa. tem 2 minutos para concluir.

O SR. ARCELINO VIEIRA DAMASCENO - Nós implementamos cinemateca, xadrez, futebol, acesso a acervo bibliotecário, assistência educacional e religiosa — tem aula para presos analfabetos e semi-analfabetos —, e toda uma atividade de assistência social. Na saúde, como eu falei: dentista, médico, auxiliar de enfermagem e psicólogo; sempre lá na própria unidade penitenciária, em que o preso pode, de imediato e na medida em que necessitar, fazer uso desse serviço médico. E 4 refeições diárias: peso mínimo de 700 gramas no almoço e no jantar, e devidamente acompanhadas por nutricionistas. Essa é a alimentação que o preso recebe pelo Estado, não vem de fora. Aí fotos do setor de saúde, consultório dentário. Algumas parcerias que nós temos aí com o Estado, através da Secretaria de Educação, onde são ministradas aulas para os internos; municípios, através do atendimento à saúde; Ministério do Esporte, começando hoje o Projeto Pintando a Liberdade, e algumas entidades privadas. Então, só para concluir a minha fala, que foi bem rápida, gostaria de registrar... Infelizmente a advogada não se encontra presente para que a gente possa argumentar e convidá-la, ela e a Comissão de Direitos Humanos da OAB, se assim quiser, a visitar o nosso presídio. Porque, infelizmente, embora o Governo Federal tenha se empenhado bastante em resolver essa questão, criando o Sistema Penitenciário Federal, nós ficamos à mercê — eu não sei qual é o motivo — de alegações levianas, alegações sem sentido e sem qualquer tipo de prova. Pedido de interdição. Argumenta-se que o presídio tem muita sujeira, que as celas estão entupidas, que os ralos estão entupidos, e, portanto, são impróprias para a utilização humana. Quero registrar que nós temos 208 vagas e temos 128 internos. Então, seria impróprio da parte da direção manter um preso



dentro de uma cela entupida, com vaso entupido, se há uma outra cela que ele pode utilizar e não está entupida. Então, é realmente uma informação inverídica que nos causa estranheza. Além da sujeira, ela alega que os presos não são submetidos a nenhum tipo de vacinação, sendo que todos os presos, quando são submetidos à triagem, são vacinados — nós temos o cartão de vacinas de todos os internos devidamente carimbados, devidamente executados pelo serviço médico. Também não cabe alegar esse tipo de... E, por fim, a qualidade da água, que também questionam, por estar próxima a um lixão. Então, só registrando a insatisfação da nossa parte em estar promovendo... E eu falo com satisfação de perceber que a maioria dos problemas que foram hoje relatados aqui o Sistema Penitenciário Federal ainda não tem, por ser um pouco diferenciado. A gente sabe que o recurso alocado é bem maior do que o Estado, e, embora o Governo faça toda esse esforço, ainda existem pessoas que muitas vezes querem, me parece, difamar o Sistema e andar no caminho inverso. Então, agradeço a atenção de todos e me disponho a algum esclarecimento, se a Comissão achar que deve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos ao Dr. Arcelino. Eu já conheço... A CPI já teve a oportunidade de visitar o presídio de Catanduva e de conhecer todo o sistema de funcionamento também. Por isso eu acho que os esclarecimentos ficam dispensados por parte da gente.

Nós tivemos na época com o Dr. Damásio nos acompanhando lá e nos dando todas as explicações a respeito do funcionamento. Realmente é um presídio que tem um custo bem acima dos demais presídios do Brasil, mas tem uma finalidade também totalmente diferente, e é uma coisa que a população tem que entender. Às vezes se faz a seguinte pergunta: *"Ah, mas quanto é que custa um preso para o Estado?"*. Às vezes falar que um preso custa 4 mil reais parece muito, mas aí a pergunta: quanto custaria para sociedade esse preso solto? Pode custar a sua vida, pode custar a vida do seu pai, do seu filho, pode custar a vida de um ente querido. E a vida não tem custo. Então, o custo que o Estado tiver que ter para manter um cidadão, que leve risco para a sociedade, preso, ele nunca será caro, desde que não seja fruto de superfaturamento de obra, superfaturamento de contratos, ou de manipulação. Desde que seja o custo real entre o Estado e o serviço contratado.



Mas nós temos que quebrar este tabu: o custo de um preso e o custo de muitos soltos seria muito maior, infinitamente maior do que o custo que o Estado tem às vezes para mantê-lo. E é por isso que, mesmo com o custo alto de um preso... Nós sabemos que se o presídio ainda cumprisse — ainda tem falhas — a sua função de interromper a trajetória do crime, e agora, quem sabe, do comando do crime, porque ainda tem, até por interferência de organismos nacionais e internacionais e alguns conceitos que nós temos no Brasil de que ainda se comanda o crime mesmo de dentro de um presídio de segurança máxima, como é o caso de Fernandinho Beira-Mar, que, através de contato com advogados, que na verdade funcionam como pombos-correio do crime, os advogados de Fernandinho Beira-mar... Inclusive foi fruto de uma interpelação que nós fizemos à OAB Federal a respeito da origem dos honorários ilícitos de muitos advogados. E teve até uma reação por parte da OAB, porque nós questionamos essa questão — um ponto que a sociedade tem que começar a debater um dia —, por que só o advogado pode receber dinheiro do crime no Brasil. E Fernandinho Beira-Mar tem 20 advogados. Ele não é filho de pai rico, não é funcionário público aposentado, não é herdeiro de nada. Ele paga advogado com dinheiro de assassinato, tráfico de drogas, tráfico de armas, de roubo, de seqüestro. Só que depois que o dinheiro do crime entra na conta, ele vira dinheiro oficial e não tem problema mais.

Então, nós questionamos essa questão também na OAB Federal. E inclusive a CPI é autora também de uma proposta que diz que todo honorário de advogado devia ser ajuntado dentro do processo, para que o cliente pudesse comprovar que ele tem condição de pagar honorário e que o dinheiro dele não é fruto de roubo, não é fruto de assalto, não é fruto de seqüestro, não é fruto de nada, porque todo cidadão, quando compra algum bem, tem que declarar a origem do recurso. E a origem, se for ilícita, nós sabemos que nós podemos responder por alguma ação.

Hoje, se for feito um assalto aqui e forem roubados 10 milhões e na fuga os ladrões perderem 1 milhão, o cidadão que achar aquele 1 milhão e levar para casa, a polícia vai atrás e prende. Mas aqueles 9 milhões que sobraram do assalto, se o assaltante contratar advogado por 8 milhões para defendê-lo, ele pode pagar porque não tem problema. Aquele dinheiro já não tem mais problema nenhum. Já está lavado. E é o que muitos desses traficantes fazem: contratam advogados com



honorários altíssimos. Depois que o dinheiro entra na conta de alguns advogados, os advogados vão lá e compram um apartamento e põem no nome da tia, no nome do sobrinho, e o dinheiro fica lavado. É fruto de preocupação também do Congresso, e a OAB também deveria se preocupar um pouco com esta questão: honorários ilícitos, principalmente de advogados que atuam para facções criminosas, que têm dinheiro sobrando. É o caso de Fernandinho Beira-Mar, que tem mais de 20 advogados; é o caso do PCC. Só o Marcola tinha 34 advogados que o atendiam lá em São Paulo e que a CPI também teve a oportunidade de tomar depoimento.

Nós queremos agradecer o Dr. Arcelino e nós vamos passar a palavra agora ao nosso Deputado aqui, para a consideração final. Logo em seguida, vamos encerrar os trabalhos desta Comissão.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Quero agradecer a oportunidade e quero aqui falar em nome do Deputado Coronel Ivan, também, que me transferiu essa atribuição, ele que é militante dos direitos humanos e membro... Representa esta Casa como membro titular no Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Eu sou, para quem ainda não sabe, Presidente da Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos desta Casa. Por isso, o nosso Presidente, Deputado Jerson Domingos, e o nosso Primeiro-Secretário, Deputado Ary Rigo, pediram que eu fizesse a representação da Casa na acolhida e nas boas-vindas da CPI, para tratar desse problema.

Quero entregar aqui o material. São fotografias tiradas na colônia, por detentos, em que há algum tipo de agressão. E foi enviado para nós — chegou agora, durante esta audiência — pelo Deputado Estado Maurício Picarelli. Ele já teria apresentado essas fotos no programa dele, de televisão. Então, passo oficialmente às mãos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI recebe este CD, essas informações eletrônicas, e solicita à secretaria da Comissão que possa anexá-las e incluí-las em toda a documentação recebida durante o dia nesta audiência.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Entrego também uma relação de aproximadamente 40 presos, que declararam ter problema com direito adquirido e não concedido. Entre eles, 1 que acusa problema de doença; outro, de espancamento. Então, passo também oficialmente à CPI. Foi anotado hoje, durante



a visita, como aqueles vários papezinhos que a gente recebe cada vez que visita a colônia. A colônia, ou segurança máxima, ou qualquer presídio.

Queria fazer algumas considerações rápidas.

O Governo Federal, eu tenho assistido, Deputados da CPI — Deputados Neucimar, Domingos Dutra, Valtenir Pereira —, o Governo Federal, quando há uma calamidade pública numa cidade ou num Estado, ele se faz presente. Então, a gente vê ele mandando contingente para o Rio de Janeiro, mandando recursos para onde teve uma inundação. E eu quero considerar, pelo que vocês viram aqui em Mato Grosso do Sul, que o sistema carcerário de Mato Grosso do Sul passa por uma calamidade pública. Eu gostaria que o Governo Federal não só esperasse sensibilidade nossa, dos sul-mato-grossenses, mas que o Governo Federal tivesse também um mínimo de sensibilidade para também reconhecer que o problema aqui não fica restrito à responsabilidade apenas do Estado.

Vou pedir que minha assessoria prepare o PIB de todos os Estados, o PIB, e a quantidade de presos que têm todos os Estados, para a gente ver como está a situação de Mato Grosso do Sul com relação a qual é a nossa receita, o nosso potencial, e qual a nossa população carcerária. Tenho certeza de que nós estamos aqui com uma defasagem muito grande com relação a São Paulo, Minas Gerais etc. É para nós bastante interessante a presença do Governo Federal.

Outra coisa. Não é a primeira vez, como presidente e militante da área de direitos humanos, que a gente ouve — e, com certeza, os membros da Pastoral Carcerária que estão aqui também — quando a gente visita os presídios e vê o que vocês viram nos presídios: calamidade, coisas as mais absurdas possíveis, sofrimento, falta de atendimento à saúde. E quando a gente chega numa reunião dessas, pela maioria dos pronunciamentos, está tudo bom. Então, está certo no Judiciário; o Judiciário provou aqui que está tudo certo no Judiciário. O Ministério Público provou que está tudo certo no Ministério Público. Os funcionários provaram que está tudo certo com os funcionários; agente penitenciário está tudo certo; a Defensoria, está tudo certo, está fazendo tudo o que é para fazer e que está na lei. Todo o mundo está fazendo tudo certo, e os presos continuam apodrecendo lá dentro. Então, eu não sei o que está acontecendo. O Executivo está fazendo. Eu tenho elogiado o Executivo, porque está tomando iniciativas concretas, efetivas de



botar recursos, verbas em cima etc., mas o que me surpreende é que, enquanto a gente fica ouvindo e falando que todo o mundo está fazendo aquilo que é a sua obrigação, ninguém está falhando com a sua obrigação, os presos estão sofrendo lá.

Uma das coisas que falaram hoje lá. Não sei se é possível, se a lei permite, eu não sei se o Ministério Público vai deixar, porque o Ministério Público de vez em quando interfere não deixando que se faça alguma coisa de melhoria da qualidade de vida do preso... O Ministério Público faz isso. O juiz geralmente fala que a lei não dá atribuições para ele ir além daquilo que é defender a parte que lhe toca, e também não faz nada além da lei para poder amenizar o sofrimento dos presos. E aí eu pergunto o seguinte... Muitos presos estavam perguntando o seguinte: estão dando 2 horas por dia, de sol, e o resto trancado naquele moquiço fedido, fétido, que está lá dentro, com 18, 20, 30 presos amontoados lá dentro. E eles são obrigados a ficarem lá 22 horas por dia dentro daquilo lá. E ainda falam que tem final de semana que não tem banho de sol. Então, eles devem ficar mais do que 24 horas trancados lá dentro. Se a lei obriga a fazer isso... Eu fico surpreso que a lei obrigue a tratar de forma desumana quem está lá dentro. E quando a gente passa por lá e recebe centenas de papeizinhos... Pode ser que... A maioria disto aqui... Vamos supor que 90% disso aqui seja tudo mentira, mas se tiver 10%... Eu estou cansado de receber de monte. Eu tiro xerox dos papeizinhos que eu recebo lá e mando para todo o mundo: para a Defensoria, para o Ministério Público. Cópia dos papéis que recebo lá, daquele monte de papel. Mas se tiver 10% disso que não tenham seus direitos respeitados, eu acho que tem que se fazer alguma coisa, porque é direito de uma pessoa.

Então, se o direito dessa pessoa está misturado no monte de mentiras de outros que não sabem, do erro de cálculo porque não sabem, alguém... Acho que alguém de nós aqui, alguém — se não for os senhores, as senhoras, vai ter que ser eu, vai ter que ser o Deputado — vai ter que ir lá falar para o preso: *“Preso, você se acalme aí porque o seu cálculo já foi feito, revisto e você não cumpriu a pena e vai ficar aqui mais 1 ano, mais 3 meses”*, para acalmar, porque a situação de eles não terem resposta, de eles estarem indignados com um monte de gente... Um de vocês perguntou lá: *“Quem é que já está com direito adquirido aqui entre vocês?”* Metade levantou a mão. Será que isso não é um início de tensão desaconselhável para um



sistema prisional, que possa gerar um tumulto interno? Porque se a pessoa pensa na cabeça dele que ele já tem liberdade e que não está... Ele está se sentindo injustiçado. E a coisa mais explosiva que pode acontecer não é uma pessoa se sentir injustiçada, mas centenas de pessoas se sentirem injustiçadas. Então, se juntam as centenas e falam: *“Você está injustiçado, eu estou, você está... Pô, nós não podemos aceitar isso!”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Então, aquela tensão que a gente possa ter de estar preocupado que possa impedir, e até é uma preocupação correta da segurança, dos juízes, de visitar o presídio... De repente, a gente até melhora essa segurança se alguém der resposta para esses 40 aqui, falar para ele: *“Você não tem direito”*. Porque se não falar nada para eles, eles estão achando que têm direito. Então, esse monte de nomes que nós passamos para vocês... Podem todos eles não terem direito, mas alguém tem de ir lá e falar: *“Nós calculamos, nós vimos o seu processo e está aqui a resposta: você não tem”*.

E outra também que denuncia demais é a questão de sumiço de documento. Um monte de gente lá diz que a Polícia queimou os documentos; outro fala que a Defensoria ou não sei quem lá, ou o autárquico pegou os documentos para levar não sei para onde e não voltou lá, e ele está sem documento. Então, tem que chegar para esse cara que falou que está sem documento e perguntar: *“Para quem que você entregou o documento?”* E chegar e falar assim: *“A Defensoria não sumiu com seu documento. O Autárquico não sumiu com esse documento. Onde é que está esse seu documento?”* Então, alguma resposta até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Então, são coisas... Estou fazendo rapidamente o apanhado, por quê? Porque isso está todo dia no convívio nosso aqui. E a pior coisa que existe num problema desse tipo não é existir o problema, é a gente perder a capacidade de se indignar com o problema. O choque que vocês tiveram aqui todos nós já tivemos. Mas quem sabe se o choque que nós tivemos hoje, de presenciar o que vocês presenciaram, foi menor do que o de vocês? Porque todos aqui fora vocês 3, já tivemos contato com aquilo, já ficamos indignados, já saímos atrás de buscar solução e não tivemos solução. Todo mundo, do secretário,



defensor, juiz, todo mundo já se indignou muito. Eu acho que já hoje não está se indignando tanto. Então, a pior coisa é a gente achar que não tem solução e continuar aceitando. Então, parece que a gente parte para uma aceitação, até pela repetição da situação, de uma aceitação disso como se fosse... Então, termino voltando por onde comecei: a situação aqui... Na minha avaliação, tenho certeza de que a Pastoral Carcerária, os religiosos estão lá tentando, com muito esforço, ajudar na ressocialização dos presos, acalmar os ânimos, alimentar a esperança de quem está lá detido, alimentar a esperança lá. Nós estamos aqui vendo uma calamidade pública. E se é calamidade pública não é assunto para é resolvido apenas pelo Governo do Estado pelas autoridades aqui de Mato Grosso do Sul. É um assunto que tem que ter a interferência e o apoio do Governo Federal. Então, eu queria aqui fazer uma reivindicação: por favor, convença o nosso amigo, o meu amigo, o Ministro Tarso Genro, que eu já conversei com ele aqui quando ele veio aqui trazer um monte de equipamentos para a Polícia, para a Segurança, conversei com ele assim: *“Mato Grosso do Sul tem que ser entendido de forma diferenciada com o resto do País”*. Diferenciação. Nós queremos diferenciação. Então, que o Ministro possa diferenciar Mato Grosso do Sul no atendimento à questão prisional. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós agradecemos à Assembléia Legislativa, aos Deputados aqui que estiveram conosco — o nosso companheiro Teruel, o companheiro Ivan, Deputado e Coronel Ivan, que também esteve conosco aqui durante toda a audiência. Agradecemos aos funcionários da Assembléia, aos taquígrafos que estão conosco aqui, às taquígrafas, ao pessoal do som, aos cinegrafistas da *TV Assembléia*. Queremos agradecer a presença às instituições aqui: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal; aos representantes da Pastoral Carcerária, da OAB, dos agentes penitenciários, da sociedade civil organizada. Queremos agradecer ao Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, que proporcionou toda a logística para apoio à Comissão, para os trabalhos da Comissão aqui no Estado do Mato Grosso do Sul. Queremos parabenizar o nosso Secretário do Mato Grosso do Sul, Dr. Jacini, pela sua luta. Sabemos que o problema existente realmente é um problema sério. Não é fácil de resolver dentro de 1 ano, mas as suas ações têm sinalizado os esforços necessários para que, nos próximos meses, nós possamos ter algumas soluções para os problemas que nós



encontramos aqui no Estado do Mato Grosso do Sul. Queremos parabenizar o esforço e queremos reiterar aqui o nosso compromisso de estar buscando junto ao DEPEN a parceria necessária, Deputado Teruel. E com certeza nós vamos estar em outra audiência junto com o Ministro da Justiça e os representantes do DEPEN, quem sabe com a presença do Secretário daqui, de Justiça, para discutir realmente uma política de atenção prioritária do Governo Federal em apoio ao Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista a relação que o Estado tem com os países fronteiriços, que abastecem o País com as drogas, e tem aumentado a população carcerária aqui, justamente pelo art. 12 e o art. 33. Queria agradecer a presença ao Juiz, Dr. Francisco Gerardo, ao Dr. Vítor, da Defensora Pública, à OAB, ao Ministério Público, que também esteve conosco aqui durante toda essa nossa audiência.

Agradecemos a presença a todos e declaramos encerrada esta audiência pública aqui na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aqui o povo faz tanta questão de falar “do Sul”. E é por isso que nós vamos inclusive visitar o Mato Grosso amanhã, para Mato Grosso do Sul não ficar com ciúme. “*Por que vieram só a Mato Grosso do Sul?*”

O SR. PEDRO LUIZ TERUEL - Espero que lá vocês chamem eles de Mato Grosso do Sul. Errem de vez em quando e chamem de Mato Grosso do Sul lá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós vamos...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu tenho um consolo: quando eu digo lá na Câmara que eu sou de Mato Grosso, o pessoal pergunta: “*Campo Grande?*” Eu falo: “*Não, Cuiabá*”. Aí, então, para não ter problema, eu falo: “*Sou de Mato Grosso, Cuiabá*”. Aí eles sabem de onde eu sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas eu quero inclusive parabenizar aqui a cidade, cidade muito bonita, eu não conhecia. Parabéns à cidade de Campo Grande, que nos surpreendeu pela beleza. Pelo menos nos locais por onde passamos achamos muito bonito. Pelo menos os corredores estão muito bonitos. Tomara que essa beleza esteja estendida também aos bairros das periferia, em torno da cidade.

Parabéns à cidade de Campo Grande, parabéns ao Governo do Estado!



Quero parabenizar o Governo do Estado, porque foi o primeiro Governador, que a gente teve notícia, que visitou um presídio. Foi ontem. Quero parabenizar. Eu tenho certeza de que o que ele viu lá ontem ele não deve ter gostado e deve estar inclusive solicitando aí o apoio dos seus Secretários de Planejamento de Fazenda para liberar mais recursos do Secretário de Justiça trabalhar. Não é verdade? Então, mesmo sendo uma visita repentina, mas é difícil um Governador visitar um presídio. Então, ele teve coragem de ir lá visitar, e deve ter visto com os próprios olhos os problemas encontrados ali naquela unidade prisional.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)